

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM
LOGÍSTICA**

EQUIPE GESTORA

Alex Marcório Santiago
Diretor Geral e P.I.

Mariza Marques Santiago
Diretora Acadêmica

Fábio Augusto de Oliveira
Secretário Geral

COORDENADOR DO CURSO
Carla Meiry de Souza

INTEGRANTE DO COLEGIADO DO CURSO
Antônio Ferreira de Castilho Neto

Carla Meiry de Souza

Denise Cristina Martins dos Santos Nery

Djair dos Santos Lacerda Junior

Jose Américo de Lacerda Junior

José Auricícero Sousa Silva

Lara Misztela dos Santos

Lívia Cristhina Freitas e Souza

Lucimar Duarte

Mariza Marques Domiciano Santiago

Nayane Soares de Lima

Sergio Amoedo de Castilho

INTEGRANTE DO N.D.E.

Carla Meiry de Souza

Gabriela Rodrigues

José Auricícero Sousa Silva

Lara Misztela dos Santos

Nayane Soares de Lima

SUMÁRIO

1. DADOS INSTITUCIONAIS	6
1.1 Mantenedora	6
1.2 Mantida	6
1.3 Breve Histórico Institucional	6
1.4. Contexto Econômico, Social e Educacional da Área de Inserção	8
1.4.1 Inserção Regional	8
1.4.2 Chegada da Ferrovia	9
1.4.3. Histórico da Cidade	10
1.4.4. Clima	11
1.4.5. Economia	11
1.4.6. Transporte Coletivo	12
1.4.7. Saúde	12
1.4.8. Território e Ambiente	13
1.4.9. Educação	13
1.4.9.1 População no Ensino Médio Regional	13
1.4.9.2. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior	14
1.4.9.3. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior	14
1.4.9.4. Metas do Plano Nacional de Educação	15
2 APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO	17
2.1 Contextualização do Curso	17
2.2. Base Legal	18
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
3.1 Justificativa da Oferta do Curso	19
3.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	19
3.2.1 Políticas de Ensino	21
3.2.2 Políticas de Iniciação Científica	23
3.2.3 Políticas de Extensão	24
3.2.4 Políticas de Pós-Graduação	27
3.2.5 Políticas de Inclusão Social	29
3.2.6 Políticas de Responsabilidade Social	32
3.2.7. Políticas de Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e de Patrimônio Cultural	33

3.2.8 Políticas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Nacional Sustentável	34
3.2.9 Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial	36
3.2.10 Políticas e Ações de Estímulo à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógica, Tecnológica, Artística e Cultural	37
3.2.11 Políticas de Gestão Acadêmica	38
3.2.12 Estratégias e Meios para Comunicação Interna e Externa	39
3.3. Concepção do Curso	40
3.4 Objetivos do Curso	42
3.4.1 Gerais	43
3.4.2 Específicos	44
3.5. Perfil do Profissional Egresso	44
3.5.1 Perfil Específico dos Egressos	Erro! Indicador não definido.
3.5.2 Competências e Habilidades Gerais:	Erro! Indicador não definido.
3.6. Flexibilização Curricular	47
3.7 Interdisciplinaridade	49
3.8 Contextualização e Articulação Teoria-Prática	50
3.9 Percurso Formativo	51
3.10 Acessibilidade Metodológica	52
3.11 Diferenciais e Inovação no Curso	53
3.12 Estrutura curricular	54
3.13 Curricularização da Extensão	55
3.14 Conteúdos Curriculares	56
3.15 Grade Curricular	59
3.15 Ementário	Erro! Indicador não definido.
3.16 Atividades Complementares	79
3.17 Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem	80
3.17.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras	82
3.17.2 Recursos Audiovisuais	83
3.17.3 Recursos Tecnológicos e Rede de Comunicação	83
3.18 Apoio ao Discente	83
3.18.1 Formas de Ingresso	87
3.18.2 Programa de Apoio Financeiro	88

3.18.3 Estímulos à Permanência	88
3.18.4 Ações de Nivelamento	88
3.18.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	89
3.18.6 Programa de Monitoria	90
3.18.7 Apoio a Organização Estudantil	91
3.18.8 Apoio à Participação de Discentes em Eventos	91
3.18.9 Participação em eventos técnico-científicos	91
3.18.10 Programa de Acompanhamento dos Egressos	91
3.19 Procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem	93
3.20 Sistema de avaliação do projeto do curso	95
3.20.1 Autoavaliação do Curso	95
3.21 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	98
3.22 Equipamentos de Informática	100
3.22.1 Infraestrutura de Informática	101
3.22.1.1 Laboratórios de Informática	101
3.22.1.2 Biblioteca	101
3.22.1.3 Rede Wi-fi	101
4. CORPO DOCENTE	103
4.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE	103
4.3. Coordenação do Curso	104
4.4 Colegiado do curso	107
4.4.1. Funcionamento do colegiado de curso	107
4.5 Titulação e formação do corpo de Docentes	110
5 INFRAESTRUTURA	114
5.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	114
5.2 Espaço de trabalho para o coordenador	115
5.3 Sala dos professores	115
5.4. Salas de aula	116
5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	116
5.6 Biblioteca	117
5.6.1. Bibliografias Básica e Complementar por Unidade Curricular (Uc)	119
5.6.2. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo	119
5.7 Manutenção e Conservação da Infraestrutura Física	120
5.8 Manutenção e Conservação dos Equipamentos	122

5.9 Plano De Expansão da Infraestrutura Física	123
6. ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	124
6.1. Acessibilidade Física, Pedagógica, Atitudinal e das Comunicações	124
6.2 Adaptabilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida	125
6.3. Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Visual	126
6.4. Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Auditiva	127
6.5. Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	129
7. REFERÊNCIAS	132
ANEXOS	133
Anexo I – Regulamento das Atividades Complementares	133
Anexo II – Regulamento de Monitoria	137
Anexo III – Regulamento do Programa de Nivelamento	140
Anexo IV – Regulamento do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAPI	141
Anexo V – Regulamento da Ouvidoria	145
Anexo VI – Regulamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE	147

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 MANTENEDORA

DADOS DA MANTENEDORA			
Cód. Mantenedora	1544		
CNPJ	04.701.425/0001-89		
Razão Social	SOCIEDADE MESTRA DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIAS S/A		
Categoria Administrativa	Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil		
CEP	74935900		
UF	GO	Município*:	Aparecida de Goiânia
Bairro	CIDADE EMPRESARIAL	Endereço*:	H-44
Telefone(s)	(62) 3258 6000	Fax:	(62) 3258 6000
E-mail	direcao2345@yahoo.com.br		

1.2 MANTIDA

DADOS DA MANTIDA			
Código da Mantida:	14303		
Nome da Mantida:	FACULDADE PADRAO DE SENADOR CANEDO		
Sigla:	FAPSC		
CEP:	75250000		
UF:	GO	Município:	Senador Canedo
Bairro:	Conjunto Morada do Morro	Endereço Sede:	Rua S 4 Q. APN Lt. 23
Telefone(s):	6299921512 51997202934	Fax:	62-99921512
Site	www.faculdadepadrão.com.br	e-mail	direcao2345@yahoo.com.br
Organização Acadêmica:	Faculdade	Categoria Administrativa:	Privada com fins lucrativos

1.3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Faculdade Padrão de Senador Canedo com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Senador Canedo, no Estado de Goiás, será um estabelecimento privado de ensino superior, particular em sentido estrito, mantido pela Sociedade Mestre de Educação e Cultura de Goiás S/A, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro no município de Senador Canedo, Estado de Goiás, e com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás. A Mantenedora foi criada com o objetivo de contribuir com a formação de nível superior, consolidando uma política de ampliação do acesso à educação, uma vez que se identificou uma demanda em Senador Canedo, Estado de Goiás, que se encontra em processo de desenvolvimento econômico e social, exigindo a qualificação da população para o mercado de trabalho regional.

Conforme consta em seu Contrato Social, o objetivo da Faculdade Padrão de Senador Canedo será a exploração das atividades de educação de ensino superior, treinamentos, consultoria e assessoria em ensino, também a ministração de cursos de pós-graduação *lato sensu*, bem como o ensino e treinamento a distância dos cursos de graduação, tecnológicos, licenciaturas e pós-graduações e todas demais atividades correlatas e comuns. Assim, a proposta da Sociedade Mestre de Educação e Cultura de Goiás S/A se coaduna com os objetivos de desenvolvimento do Estado de Goiás, no que tange à melhoria de indicadores relacionados com a educação superior, que ainda enfrenta grandes desafios, e principalmente com a necessária ampliação do acesso à educação.

É compromisso da Mantenedora desenvolver um projeto de educação que atenda à sociedade goiana, proporcionando infraestrutura física, administrativa e acadêmica adequada aos cursos que serão implementados pela Faculdade Padrão e ao desenvolvimento das atividades de ensino, investigação científica e extensão. A Faculdade Padrão de Senador Canedo foi credenciada pela Portaria nº667 de 12/07/2018, publicada no DOU de 13/07/2018. Juntamente com o credenciamento, foram autorizados 04 (quatro) cursos de graduação, são eles:

Código	Grau	Curso	Vagas Anuais	Índices
1351179	Bacharelado	ADMINISTRAÇÃO	100	CC: 5(2016) CPC: - ENADE: -
1351183	Tecnológico	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	100	CC: 3(2017) CPC: - ENADE: -
1351182	Tecnológico	LOGÍSTICA	100	CC: 3(2016) CPC: - ENADE: -
1351180	Tecnológico	MARKETING	100	CC: 4(2017) CPC: - ENADE: -

A ideia de criar uma Faculdade que, vá além do tradicional, formando pessoas que possam se adaptar ao exigente e competitivo mercado de trabalho atual, de tal forma que, o egresso da PADRÃO seja reconhecido pela fácil adaptabilidade, sendo capaz de atuar em qualquer ramo que escolher, mas que possa, principalmente, promover a discussão e defesa de interesses atuais de empresas, bem como, fomentar o Mercado Empresarial como pensadores modernos, escritores

da atualidade e futuros docentes já treinados para os novos caminhos da Educação Superior.

O ensino da Faculdade Padrão preocupa-se com o papel importante na formação de seus discentes, conforme se pode verificar em seus Projetos Pedagógicos dos Cursos, a qualidade no ensino permanecerá com o devido respeito ao seu histórico a importância, mas será estudada a partir de uma visão multidisciplinar, sempre contraposta a questões da atualidade, a fim de que possa conduzir à efetivamente prática do conhecimento teórico. Assim, a PADRÃO foi pensada. Criar uma faculdade moderna, com discussões práticas conduzidas por renomados professores, visando a formação profissional e, qualificação dos egressos em modelos práticos da atualidade. A região de implantação da sede da instituição foi especialmente escolhida pelos mantenedores por sua importância histórica e socioeconômica para o Estado e para o País.

1.4. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO

1.4.1 INSERÇÃO REGIONAL

A Faculdade Padrão de Senador Canedo - PADRÃO está inserido no município de Senador Canedo, que hoje, conforme Tabela 1, conta com 03 instituições de ensino superior ativas sendo assim distribuídas:

Tabela 1: Número de IES no Estado de Senador Canedo

Código IES	Instituição(IES)	Tipo de Credenciamento	Categoria Administrativa
19198	FACULDADE DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE GOIÁS (FATEG)	Presencial - Superior	Privada com fins lucrativos
17680	FACULDADE EVANGÉLICA DE SENADOR CANEDO (FESCAN)	Presencial - Superior	Privada sem fins lucrativos
14303	FACULDADE PADRAO DE SENADOR CANEDO (FAPSC)	Presencial - Superior	Privada com fins lucrativos

Fonte: e-MEC 2022

Senador Canedo é um município brasileiro do estado de Goiás. A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para no ano de 2019 mostrou que Senador Canedo tem 121.447 habitantes. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em junho de 2011 registram-se em Senador Canedo 51.439 eleitores ou 1,27% do eleitorado de Goiás. Em 2015, a cidade foi citada entre as 50 cidades pequenas mais desenvolvidas do Brasil, ocupando a quarta colocação no

ranking, atrás apenas das cidades de Paulínia-SP, Lucas do Rio Verde-MT e Ipojuca-PE. As primeiras tradições rurais da cidade, logo tiveram novos rumos junto à chegada do trem. Porém a modernidade trazida pelos trilhos, não tirou do município valores históricos e culturais que se encontra em ruas, nas construções mais antigas, nas festas e tradições deixadas pelos pioneiros.

Senador Canedo é sede do maior Polo Petroquímico do Centro-Oeste brasileiro, localizada na região metropolitana de Goiânia, possuindo uma localização geográfica privilegiada, com acesso aos principais centros de distribuição de passageiros, cargas e de comercialização. O seu desenvolvimento econômico e social é referência em Goiás e no país como uma cidade que obteve grande crescimento econômico e habitacional. A cidade é um dos maiores arrecadadores de ICMS e a quinta mais competitiva, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Com um amplo crescimento no setor de serviços, na área de habitação e comércio em geral.

- a. **Localização estratégica** – Fácil acesso a importantes rodovias de integração estadual e federal, com vias de acesso ao Porto Seco de Anápolis e Aeroporto Santa Genoveva, importantes centros de distribuição.
- b. **Potencialidades de mercado** – A cidade fica a 180 quilômetros de Brasília e 900 quilômetros de São Paulo e integra a região metropolitana de Goiânia, tem um total de 1.766.588 habitantes, 33,29% da população do estado.
- c. **Empresas e Indústrias de Destaque:** Distritos Industriais com empresas do setor moveleiro, confecção, cartonados, cerâmicas, alimentícias, químicas, entre outros.
- d. **Polo Petroquímico:** sede da subsidiária da Petrobrás – Transpetro, empresas do ramo de combustível, gás GLP e derivados de petróleo.

1.4.2 CHEGADA DA FERROVIA

A implantação da estrada de ferro, a Rede Ferroviária Federal S/A, na década de 30, mudou completamente a estrutura do povoado. Com a chegada da ferrovia foi montado um grande acampamento, no local onde atualmente está a velha usina de cozinhar dormentes. O local era, e ainda é muito plano, por isso deram nome ao local de Esplanada. Com o movimento da construção da ferrovia muitos agregados

dos fazendeiros ficaram com vontade de morar em Esplanada, para ficar mais perto da Estação.

Surge então o primeiro loteamento de propriedade de dona Natália Ambrozina, o loteamento recebeu o nome de Vargem Bonita e ficava abaixo da Estação. A primeira rua aberta foi a José Calaça, depois a Salatiel e assim por diante. A Estação recebeu o nome de Senador Canedo, porque naquela época, todas as Estações construídas recebiam o nome de um político importante. No período Antônio Amaro da Silva, influente fazendeiro da região tinha renome nacional como senador da República.

Em 1953, o povoado foi elevado à condição de Distrito de Goiânia. No início da década de 80, Senador Canedo experimentou um crescimento populacional, com a chegada do transporte coletivo e o projeto Goiás Hortigranjeira, aumentou a demanda por novas escolas de ensino fundamental, o ensino médio que até o momento ainda não havia sido implantado, consolidou-se com a construção do colégio Pedro Xavier Teixeira. Neste período já eram grandes os rumores de emancipação política, só que a maioria da população não estava a par do movimento e nem sabiam o significado de tal feito.

1.4.3. HISTÓRICO DA CIDADE

Por volta das décadas de trinta e quarenta, a região onde hoje é o município de Senador Canedo, era composta por grandes fazendas, distantes uma das outras. Terras que até o início do século XX pertencera ao Senador Antônio Amaro da Silva Canedo, nas décadas de trinta e quarenta, e que depois ganharam outros donos. A região tornou-se rota das grandes boiadas que saíam do norte do País ou do norte do estado de Goiás e eram conduzidas em direção à região Sudeste. A comitiva levava meses para chegar a seu destino. O pouso das boiadas era feito a cada trinta quilômetros.

O município de Senador Canedo possuía duas regiões onde eram os pousos das boiadas. A região do Bonsucesso (Batata) e a região Bonito, divisa com o município de Bela Vista de Goiás. Entre os moradores da época na região onde hoje é Senador Canedo listavam os seguintes fazendeiros: Dona Coracy, Dona Delfina Araújo, Dona Maria Evaristo, os senhores: Firmino Rodrigues, Antônio Canedo, Orlando Ribeiro, Senhor Joventino, Senhor Elizeu, Senhor Joviano, Sérgio Araújo, Elizário Cícero Viera, Antônio Pedro, Senhor Porfírio, Joaquim Lino, Senhor Benício,

Senhor Ademário, Doutor José Camilo, Benedito Cândido, João Rodrigues, Pedro Semino, Chico Roldão e Joaquim Capoeira. As fazendas da região eram cultivadas com grandes lavouras de fumo, o que dava serviço temporário aos filhos dos agregados dos fazendeiros. E uma parte de criadores de bois, com agricultura voltada para o sustento e para trocas.

A origem de Senador Canedo está relacionada a Goiânia, com a estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal. O crescimento da cidade ocorreu na trilha aberta na construção da ferrovia, e as primeiras famílias trabalhadoras eram oriundas do estado de Minas Gerais e Bahia. Hoje há uma grande migração de Paraenses e Maranhenses, tendo até uma festa anual dos maranhenses.

O nome da cidade é uma homenagem ao senador Antônio Amaro da Silva Canedo, primeiro representante do estado de Goiás em cenário nacional. Em 1953, o povoado foi elevado à condição de distrito de Goiânia e em 1989 a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a emancipação do município. Foi sancionada como Lei 10.435 de 9 de janeiro de 1988 pelo então governador Henrique Santillo. Destaca-se também, atualmente, o pólo petroquímico, com diversas empresas do setor situadas na proximidade da cidade, entre outras está a Petrobrás.

1.4.4. CLIMA

A cidade possui um clima tropical semiúmido sendo quente na primavera e verão e ameno no outono e inverno. No inverno as temperaturas mínimas podem despencar para até 10°C. Porém, as máximas podem ser superiores a 27°C. (Temperaturas típicas de um dia de inverno: mín. 11°C/máx.28°C). Na primavera, são registradas as maiores temperaturas. Há casos em que as temperaturas máximas podem alcançar ou ultrapassar os 37°C. (Temperaturas típicas de um dia de primavera: mín. 20°C/máx.35°C). No verão as temperaturas ficam mais amenas: entre 19°C e 29°C. (Temperaturas típicas de um dia de verão: mín. 20°C/máx.28°C). No outono, as temperaturas ficam mais amenas variando entre 13°C e 27°C. (Temperaturas típicas de um dia de outono: mín. 14°C/máx.27°C).

1.4.5. ECONOMIA

A principal atividade econômica da cidade é o complexo petroquímico da Petrobras e indústrias relacionadas. Além do pólo petroquímico, destaca-se ainda o setor comercial, em ampla ascensão, bem como a expansão dos empreendimentos imobiliários. com a chegada de novas indústrias o PIB de Senador Canedo deve pular

do 6º lugar no PIB de Goiás, para o 4º lugar, ultrapassando as cidades de Rio Verde e Catalão. Destaca-se também a indústria, com empresas como a Ultragaz, Jaepel, Petrobras, JBS Friboí, TESCOAN, Sol Bebidas, Savoy, Ontex, Tecnomont e Cicopal.

- PIB per capita [2018] 33.324,44 R\$
- Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015] 71,1 %
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] 0,701
- Total de receitas realizadas [2017] 459.400,54 R\$ (×1000)
- Total de despesas empenhadas [2017] 387.549,68 R\$ (×1000)

1.4.6. TRANSPORTE COLETIVO

Além de permitir a ligação entre Senador Canedo e Goiânia, o Terminal Osvaldo Augustinho Cardoso - atualmente conhecido como Terminal Senador Canedo - integra linhas que dão acesso aos principais bairros de um dos municípios que mais tem crescido na Região Metropolitana de Goiânia. Algumas das linhas que integram o transporte coletivo alimentam aos bairros adjacentes, ao município de Caldazinha, o Distrito Agroindustrial de Senador Canedo e centralidades da capital goiana, como o Shopping Flamboyant, Condomínio Portal do Sol e ao Terminal Bíblia, um dos mais movimentados da Região Metropolitana.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Senador Canedo tem para o ano de 2020 uma população estimada de 118.451 pessoas, enquanto no CENSO de 2010 possuía 84.443 pessoas, sua densidade demográfica de acordo com CENSO 2010 é de 344,27 hab/km²

Ainda de acordo com IBGE em 2019, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 24 de 246 e 80 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 651 de 5570 e 1817 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 199 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4330 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

1.4.7. SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14.81 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 84 de

246 e 68 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1966 de 5570 e 1604 de 5570, respectivamente.

1.4.8. TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 25% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 63.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 104 de 246, 194 de 246 e 52 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3354 de 5570, 3499 de 5570 e 2710 de 5570, respectivamente.

1.4.9. EDUCAÇÃO

A educação em Senador Canedo é composta por 39 escolas municipais, 6 colégios estaduais, 18 escolas particulares, 1 unidade do Instituto Federal de Goiás (IFG), 1 unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E mais 4 unidades de ensino superior na cidade.

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] 96,8 %
- IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019] 5,5
- IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019] 4,6
- Matrículas no ensino fundamental [2020] 17.999 matrículas
- Matrículas no ensino médio [2020] 4.506 matrículas
- Docentes no ensino fundamental [2020] 597 docentes
- Docentes no ensino médio [2020] 199 docentes
- Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020] 37 escolas
- Número de estabelecimentos de ensino médio [2020] 7 escolas

1.4.9.1 População no Ensino Médio Regional

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sendo evidenciada na região de inserção da Faculdade Padrão. Na região de inserção o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser

associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior.

De acordo com os Resultados do Censo Escolar (INEP/2021) foram registradas em Senador Canedo 4.586 matrículas iniciais no ensino médio (regular, educação de jovens e adultos e educação especial), o que confirma a existência de demanda potencial para a formação superior na localidade.

1.4.9.2. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior

Segundo o Censo da Educação Superior (INEP/2022), em Senador Canedo são ofertadas 1.160 vagas em cursos superiores de educação presencial. O número de alunos inscritos em processos seletivos no mesmo ano foi de 2062, o que já revela um contingente significativo de pessoas interessados em realizar cursos superiores de educação presencial.

Código IES	Instituição (Sigla)	Organização Acadêmica	Categoria	Ano Referência	CI	IGC	Situação
19198	FACULDADE DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE GOIÁS (FATEG)	Faculdade	Privada com fins lucrativos	2015	3	-	Ativa
17680	FACULDADE EVANGÉLICA DE SENADOR CANEDO (FESCAN)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	2016	4	-	Ativa
14303	FACULDADE PADRAO DE SENADOR CANEDO (FAPSC)	Faculdade	Privada com fins lucrativos	2017	3	-	Ativa

De acordo com dados do Cadastro e-MEC (2022), em Senador Canedo 03 (três) instituições de ensino superior oferecem o Curso de Graduação em Administração, na modalidade presencial, no total são 400.

1.4.9.3. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

Senador Canedo teve, no ano de 2021, uma taxa de escolarização líquida estimada em 33,9%. A taxa de escolarização bruta, que mede, percentualmente, o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino, foi estimada, para o ano de 2020 no município, em 46,3%.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, de 26 de junho de 2014, para o período de 2014 a 2024, é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. A taxa de bruta calculada para o município de Senador Canedo demonstra claramente as

necessidades do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região.

1.4.9.4. Metas do Plano Nacional de Educação

No Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, encontram-se as seguintes diretrizes e metas:

- Diretrizes: melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Metas: a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração está alinhado com os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no que tange aos seguintes aspectos:
 - Aumentar a oferta de vagas no ensino superior em Senador Canedo, contribuindo para elevação da taxa bruta de matrículas nesse nível de ensino, que está distante da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE);
 - Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior, visto que em Senador Canedo onde se situa a Faculdade Padrão com população, em 2010, de 1.302.001 habitantes, são oferecidas 59.053 vagas em cursos de graduação presenciais;
 - Diversificar, regionalmente, o sistema de ensino superior, mediante a oferta de um curso de grande importância, que visam a contribuir para o desenvolvimento da região;
 - Assegurar a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pela Faculdade Padrão de forma a melhor atender às necessidades diferenciais e às peculiaridades regionais;
 - Facilitar a inclusão na educação superior, através de programas de compensação de deficiências de formação anterior, permitindo-lhes,

desta forma, competir em igualdade de condições com os demais estudantes;

- Institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da investigação científica, da extensão e da gestão acadêmica.

2 APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO

Ancorado nas bases curriculares, o presente documento trata do conjunto de diretrizes e estratégias que nortearão o funcionamento das atividades pedagógicas Do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo. Neste sentido, este documento deve ser entendido como instrumento de balizamento das práticas educacionais no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Logística desta Instituição, a partir dos princípios definidos pela Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Um dos princípios que fundamentaram o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo é a flexibilização curricular. Este princípio permite olhar o currículo como uma organização de conteúdos atrelada à diversidade da nossa realidade institucional. Por conseguinte, evidenciar a importância de se buscar e de se construir permanentemente uma estrutura curricular que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social.

Deste modo, este Projeto Pedagógico contempla as discussões e debates travados até o presente momento junto à comunidade acadêmica que integra o Curso Superior de tecnologia em Logística, assim como outros organismos a ele vinculados, com vistas à melhoria da organização didático-pedagógica da sua graduação e a atualização de seus princípios e estratégias de inserção social e de transformação da realidade regional. É nesse cenário que o Projeto Pedagógico do CST em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo vem sendo construído para atender às demandas da comunidade acadêmica e a sociedade da qual o curso estará a serviço, sendo indissociável de um modelo de perfil do egresso que concatena formação acadêmica de excelência, postura ética, responsabilidade social, habilidades, competências, conhecimento teórico e prático do Tecnólogo em Logística.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO/DADOS DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA
VAGAS	100
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	O Curso de Tecnologia em Logística terá a duração de 1900 (mil e novecentas horas) horas-aula de 60 minutos horas, a serem integralizadas no prazo mínimo de 04 semestres e, no máximo, de 06 semestres letivos.

2.2. BASE LEGAL

O Curso Superior de Tecnologia em Logística, é essencialmente um curso de graduação com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional. Os instrumentos orientadores do Curso, e norteadores deste Projeto Pedagógico, vão desde as Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação tecnológica, Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016) até as definições administrativas e pedagógicas da Faculdade Padrão. O Curso Superior de Tecnologia em Logística tem definidas suas bases legais de funcionamento na Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Curso Superior de Tecnologia, em sua sede constante do seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Atende, ainda, ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de Educação Ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O PPC está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A demanda por profissionais na área de Logística é crescente e permeia todos os setores econômicos conforme a natureza de sua atuação. O Curso superior de tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo tem por objetivo formar profissionais que atuem com competência, ética e compromisso social e que sejam capazes de enfrentar os desafios atuais do mercado de trabalho. A formação abrangente e de base científica dá oportunidade aos alunos de desenvolver senso crítico empreendedor, liderança e espírito de equipe.

Assim, objetiva-se capacitar profissionais ao exercício de atividades dentro do contexto da Logística de forma ética e responsável. Para tanto, o curso procura oferecer aos alunos oportunidades de exercer e aperfeiçoar seus conhecimentos na busca de métodos e técnicas para o exercício da profissão. Isto é possível mediante um processo de aprendizagem que envolve paulatinamente todos os níveis de complexidade da profissão do tecnólogo em Logística, por meio da interdisciplinaridade e flexibilidade da matriz curricular.

3.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A implantação e a consolidação do curso ocorrerão mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O PDI estabelece as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais. A Faculdade Padrão de Senador Canedo implantou as políticas previstas para o ensino na modalidade presencial e a distância, de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI e PPC).

Ao definir os termos da sua política para o ensino superior, toma como ponto de partida a compreensão de que esta, se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais. À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade Padrão de Senador Canedo elegeu como sua função primeira empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

As políticas institucionais visam a promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de autoestudo, ao encorajamento para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos diversos cenários de ensino aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação, ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão, à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão do Projeto Pedagógico do Curso que oferece e à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política no curso que oferece.

No curso, as atividades de iniciação científica estarão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Faculdade Padrão de Senador Canedo está inserida. Assim, o Núcleo Docente Estruturante do curso, incentivará a iniciação científica para a qualificação do ensino. No curso, as atividades de extensão são desenvolvidas, visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta, os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica; e captando demandas e necessidades da sociedade para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Caracteriza-se pela viabilização prática e compartilhamento com a comunidade do conhecimento sistematizado pelo saber humano e daquele produzido na Faculdade Padrão de Senador Canedo.

A gestão da Faculdade Padrão de Senador Canedo, articulada à gestão do curso, seguirá as políticas estabelecidas nos documentos oficiais, destacando-se Regimento, PDI e PPC, documentos que norteiam o cumprimento das políticas de gestão da Faculdade Padrão de Senador Canedo. São realizadas reuniões com a Direção e Coordenação para discutir assuntos de interesse do curso. O Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa da Instituição contará com a participação do Coordenador do Curso, membro do Colegiado de Curso e do NDE. Assim, assuntos de interesse do curso tratados pelo NDE e pelo Colegiado de Curso são, quando necessários regimentalmente, encaminhados à Direção e ao Conselho Superior.

3.2.1 Políticas de Ensino

A Faculdade Padrão de Senador Canedo ao definir os termos da sua política para o ensino superior, toma como ponto de partida a compreensão de que essa se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais. À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade Padrão de Senador Canedo elegeu como sua função primeira, empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo almeja, dessa forma, formar pessoas de visão transcendente aos aspectos técnicos da sua área de atuação, capazes de aplicar o conhecimento produzido, mas também de criticá-lo e oferecer soluções práticas diante das mudanças que se apresentam. Nesse sentido, abandona a formação estritamente técnica e de caráter “enciclopédico”, baseada em procedimentos e métodos de ensino que privilegiam a memorização e a apreensão acrítica de conceitos e valores, para se estruturar em torno de uma proposta avançada, tendo por base inovações de caráter pedagógico que buscam a formação de consciências criativas e não repetidoras de conteúdo.

A ação do ensino é fundamentada na construção de um processo de socialização do conhecimento. O ensino deve permitir um crescimento progressivo de aprendizagem, dinâmico como um processo estrutural de construção. Deve-se priorizar a articulação entre teoria e prática através de ações propostas tanto em nível curricular e em atividades complementares, quanto pelo envolvimento dos docentes e a integração das diversas áreas do conhecimento.

Cabe ressaltar ainda que todas as ações no âmbito da Política de Ensino consideram as necessidades de atualizações curriculares (conforme necessidade e regulamentação) e diversas possibilidades didático-pedagógicas dentre as quais merecem destaque: a oferta de componentes curriculares, conforme o caso; a existência de programas de monitoria; a oferta de nivelamento (quando necessário); oferta de disciplinas/cursos e atividades transversais a todos os cursos; existência de plano de mobilidade acadêmica firmado com outras instituições (nacionais ou internacionais); e, principalmente, a atuação constante e obstinada na promoção,

viabilização e incentivo de ações inovadoras. Todas essas ações encontram-se devidamente sistematizadas e regulamentadas, conforme o caso.

O ensino de graduação deve estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, buscando formar profissionais capazes de incorporar uma sociedade mais humanitária, atuando sobre grupos populacionais e/ou indivíduos no atendimento de suas necessidades. Para tanto, é necessário considerar o egresso como agente transformador do processo social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

Assim, as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, representam orientações para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs da Faculdade Padrão de Senador Canedo. As propostas de formação são construídas a partir das competências básicas e deverão ser pautadas na organização de conhecimentos e habilidades, na capacidade de relacionar a teoria com a prática e na preparação para o trabalho e a cidadania. Focada nessas premissas norteadoras, a política de ensino Faculdade Padrão de Senador Canedo está pautada nas seguintes diretrizes:

- Estímulo a formação generalista, interdisciplinar e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- Incentivo a sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a Iniciação Científica individual e coletiva, assim como os estágios, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- Articulação entre o ensino, a Iniciação Científica e a extensão;
- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas;
- Acompanhamento dos egressos.

3.2.2 Políticas de Iniciação Científica

A Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolverá atividades de Iniciação Científica nas suas áreas de atuação acadêmica, desenvolvendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas ao ensino e à extensão. As atividades de Iniciação Científica estarão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual está inserida e alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida. Desta forma, na vigência do PDI, a Faculdade Padrão de Senador Canedo prevê a implantação de sua Política de Iniciação Científica por meio de regulamento próprio. De acordo com o seu Regimento, a Faculdade Padrão de Senador Canedo incentiva a Iniciação Científica por todos os meios ao seu alcance, principalmente através do(a):

- cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;
- manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como, Biblioteca, documentação e divulgação científica;
- formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- possibilidade de concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de determinados projetos;
- realização de convênios com entidades patrocinadoras de Iniciação Científica;
- intercâmbio com instituições científicas;
- programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

A Iniciação Científica deverá ser desenvolvida em todos os cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, envolvendo professores e alunos. A instituição, com vistas ao desenvolvimento da Iniciação Científica, envidará esforços no sentido da fixação de professores, inclusive através de mecanismos de estímulo financeiro aos professores–pesquisadores, tornando-os disponíveis à essa atividade, sem prejuízo dos seus trabalhos no campo do ensino.

As atividades de Iniciação Científica são coordenadas pelas Coordenação de Planejamento, Iniciação Científica e Extensão, sob a supervisão da Diretoria Acadêmica. A execução dos projetos de Iniciação Científica, na Faculdade Padrão de

Senador Canedo, é disciplinada por resolução do Conselho Superior. Para executar as atividades de Iniciação Científica, a instituição aloca recursos próprios de seu orçamento anual e/ou fazer uso da captação de recursos de outras fontes. Para financiamento de projetos, a seleção contemplará, entre outros, os seguintes critérios gerais:

- a) relevância do tema proposto;
- b) concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes;
- c) cronograma de trabalho.

Cabe ressaltar que a Faculdade Padrão de Senador Canedo não mede esforços para promover o incentivo a participação de discentes e docentes, gerando como frutos a melhoria na produtividade científica e busca através do estabelecimento de canais disponibilizar mecanismos de transmissão dos resultados alcançados para a comunidade. Isso sem mencionar que está sempre apoiada pelo Núcleo de Ideias que incentiva e premia ações e resultados inovadores.

3.2.3 Políticas de Extensão

As ações acadêmico-administrativas planejadas para a extensão, continuam a ser implantadas na Faculdade Padrão de Senador Canedo, em conformidade com as referidas políticas dispostas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, bem como normatizadas por regulamento próprio. São oferecidas à comunidade, interna e externa, ações de extensão sobre temas específicos e de interesse institucional, sujeitos a planos e projetos próprios, submetidos aos respectivos Colegiados de Curso. Tais ações, são organizadas ao menos uma vez a cada semestre letivo, corresponderão a um evento (simpósio, congresso, jornada, encontro, palestras, cursos etc.) sobre temas atuais nas áreas dos cursos, que mereçam estudo e pesquisa mais aprofundados, reservando obrigatoriamente, sempre, espaço para as temáticas essenciais tais como: educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, direitos humanos e educação ambiental e sustentabilidade.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo entende a extensão como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implicará em relações multi, inter e transdisciplinares

interligando a Instituição nas suas atividades de ensino e de iniciação científica com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional-cidadão, através das formas de transmissão e aplicação de seu acervo humano e material para elevar o bem estar da sociedade, implementando, com qualidade, projetos de educação continuada, científicos, culturais, artísticos, esportivos, de lazer, assistenciais e comunitários para a sua integração com a comunidade.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolve atividades de extensão, compreendendo atividades que visam promover a articulação entre a Instituição e a comunidade, permitindo, de um lado, a transferência para sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e Iniciação Científica, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela Instituição, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. As atividades extensionistas têm como objetivos:

- Articular o ensino e a Iniciação Científica com as demandas da sociedade, buscando o compromisso da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade organizada, em todos os níveis (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos);
- Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
- Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Instituição de Ensino Superior;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais–cidadãos;
- Participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;
- Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares;
- Favorecer a reformulação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores,

alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da Instituição de Ensino Superior.

De acordo com o Regimento, a Faculdade Padrão de Senador Canedo mantém atividades e serviços de extensão à comunidade, articulados com o ensino e a Iniciação Científica, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de seus cursos. As atividades e serviços são realizados, principalmente, sob a forma de:

- atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
- participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

As atividades de extensão, no âmbito da Faculdade Padrão de Senador Canedo, são realizadas sob a forma de:

- **Cursos de Extensão:** são cursos ministrados que têm como requisito algum nível de escolaridade, como parte do processo de educação continuada, e que não se caracterizam como atividades regulares do ensino de graduação;
- **Eventos:** compreendem ações de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico como ciclo de estudos, palestras, conferências, congressos, encontros, feira, festival, fórum, jornada, mesa redonda, reunião, seminários e outros.
- **Programas de Ação Contínua:** compreendem o conjunto de atividades implementadas continuamente, que têm como objetivos o desenvolvimento da comunidade, a integração social e a integração com Instituições de Ensino;
- **Prestação de Serviços:** compreende a realização de consultorias, assessoria, e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores e que utilizam recursos humanos e materiais.

A extensão é desenvolvida em todos os cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, envolvendo professores e alunos. Deverá traduzir-se em ações concretas que rompam com o elitismo e atendam às necessidades da população. As atividades de extensão são coordenadas pela Coordenação de Planejamento, Iniciação Científica e Extensão, sob a supervisão da Diretoria Acadêmica. Para

executar as atividades de extensão, a Faculdade Padrão de Senador Canedo aloca recursos próprios de seu orçamento anual e/ou fazer uso da captação de recursos de outras fontes.

3.2.4 Políticas de Pós-Graduação

Atualmente, não apenas o setor empresarial, mas o setor público e o social exigem, cada vez mais, maior qualificação dos seus profissionais. A graduação passa a ser, apenas, o primeiro estágio dessa qualificação. O contexto de crescente inovação tecnológica e a rapidez das informações em uma economia globalizada altamente competitiva, impõe uma permanente atualização e uma qualificação profissional múltipla, mas necessariamente especializada. A pós-graduação surge nesse cenário, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mercado de trabalho, mas para sua permanência e crescimento.

Um esforço considerável vem sendo realizado, por instituições públicas e privadas, no sentido de proporcionar uma oferta de possibilidades de pós-graduação com competência e qualidade. A esse esforço se associa a Faculdade Padrão de Senador Canedo, mediante sua política de pós-graduação, estabelecida de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais e em sintonia com as novas exigências de inserção da sociedade contemporânea.

A política de pós-graduação é um exercício de construção de parâmetros que balizem a atuação da Faculdade Padrão de Senador Canedo, de forma mais eficiente, para atingir seus objetivos e metas no campo da pós-graduação, Iniciação Científica e extensão, consoante diretrizes que buscam fornecer respostas aos desafios impostos no cumprimento de sua missão. Dentro desta perspectiva, entende-se que essas atividades de pós-graduação, Iniciação Científica e extensão não podem estar dissociadas, mas caminham juntas e integradas em um sistema de interação e complementariedade constante e sistemático.

Este plano procura ultrapassar a rigidez de um processo de planejamento centralizado e de longo prazo, para ser entendido como a afirmação de um programa de ação racional passível de adaptações impostas pelas mudanças imprevisíveis e aceleradas, definindo objetivos e estratégias de intervenção que possam dar respostas eficazes às demandas e carências da sociedade. Dentro dessa perspectiva

e, em linhas gerais, o desenvolvimento de um programa no campo da pós-graduação, Iniciação Científica e extensão – elo entre o ensino, a Iniciação Científica e a sociedade, tendo como referência a inovação, a transformação e a excelência, norteia-se por 02 (dois) grandes eixos de atuação:

1. Gerar conhecimentos novos que possam ser aplicados à ciência, à sociedade em geral e na melhoria do ensino de graduação por meio do(a):
 - Desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem e da ampla articulação didático-científica com retorno para o aperfeiçoamento e atualização das matrizes curriculares dos cursos de graduação.
 - Desenvolvimento de investigações científicas aplicadas, ampliando o domínio das áreas de conhecimento a que estão vinculadas, e adaptando-as à inovação tecnológica e ao surgimento de novas abordagens teóricas.
 - Integração dos alunos de graduação em programas de iniciação à Iniciação Científica, buscando despertar vocações e incentivar, entre os estudantes de graduação, talentos potenciais para tal Iniciação e, em consequência, para a produção científica e para o ensino.
2. Promover a integração da instituição com a comunidade local, numa articulação entre o tecido produtivo e o tecido social, de modo competitivo, mas também, cooperativo, por meio do(a):
 - Formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação no mercado de trabalho, fomentando cursos de pós-graduação.
 - Promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com outras instituições acadêmicas, setor empresarial, setor público e terceiro setor.
 - Busca de alternativas para programas de Iniciação Científica e pós-graduação, identificando áreas de interesse e vocação institucional para criar linhas de Iniciação Científica coerentes e articuladas.

- Criação de programas de extensão que possibilitem a inserção dos alunos em projetos sociais que estimulem a responsabilidade da participação cidadã.

Ainda como diretriz de ação nesse campo, propõe-se que o modelo tradicional de educação pós-graduada, que privilegia apenas atividades acadêmicas voltadas para a docência e a investigação, esteja associado a uma estrutura mais flexível, com a criação de cursos profissionalizantes, que atendam a demanda do mercado por profissionais mais preparados para lidar com novos cenários políticos, econômicos, sociais, com novas técnicas e novos desafios. Essa flexibilização nas práticas de ação não compromete a qualidade, nem reduz a missão ou o seu papel institucional, mas está sintonizada com as exigências do mundo contemporâneo e vai refletir a capacidade da instituição em dar respostas às demandas sociais emergentes.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolve atividades de ensino de pós-graduação lato sensu, com programas organizados. Com o objetivo de desenvolver e aprofundar a necessidade específica por qualificação de profissionais de nível superior, de professores e de pesquisadores, das áreas empresarial, estatal e do terceiro setor, capacitando-os a atuar em diferentes contextos, num ambiente em permanente transformação, buscando uma abordagem interdisciplinar e integrada aos diversos segmentos da sociedade, com adaptabilidade e flexibilidade diante da inovação.

As atividades de ensino de pós-graduação são realizadas em estreita relação com a graduação visando a melhoria e a renovação desse nível de ensino. Esta integração graduação/pós-graduação deverá ocorrer na melhoria da qualificação dos docentes e na melhoria da atuação desses professores na graduação através de uma ampla articulação didático-científica.

3.2.5 Políticas de Inclusão Social

A política de inclusão social estabelecida pela Faculdade Padrão de Senador Canedo tem como objetivo principal, proporcionar condições de acesso ao ensino superior a grupos historicamente discriminados, tendo como perspectiva básica direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos. A educação inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional. Implica não apenas o acesso à educação, mas principalmente, a permanência na Instituição de pessoas

portadoras de necessidades especiais, sem qualquer tipo de discriminação. Exige o atendimento, em condições igualitárias a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que essas pessoas possam apresentar.

A proposta de inclusão social da Faculdade Padrão de Senador Canedo fundamenta-se, prioritariamente, na maior democratização do acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade a seus cursos, sem comprometimento do critério de mérito como legitimador desse acesso. Dessa forma, a inclusão social não se refere apenas à questão racial e, por esta razão, tem de ser vista de forma mais abrangente, envolvendo padrão econômico e necessidades especiais. São objetivos da política de inclusão social:

- Promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de cursos de nivelamento, voltados para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na Faculdade Padrão de Senador Canedo;
- Aumentar o número de estudantes negros, afrodescendentes e indígenas, concluintes dos cursos de graduação da Faculdade Padrão de Senador Canedo;
- Propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- Reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- Promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo mediante apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes negros e afrodescendentes ao ensino superior, o desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes negros e afrodescendentes, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo também desenvolve uma política de apoio aos alunos carentes. Neste sentido, a Faculdade Padrão de Senador Canedo providenciou a adesão cadastro no Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, permitindo que os seus alunos possam ser beneficiados com o financiamento concedido, e sua adesão ao Programa Universidade para Todos –

ProUni, viabilizando mais um mecanismo de inserção e manutenção de alunos de baixa renda sem diploma de nível superior.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo apoia seus alunos em suas dificuldades de aprendizagem, orientando-os e estimulando-os a superá-las mediante o acompanhamento de professores, Coordenadores de Curso, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico ao Discente, e por meio de oferecimento de cursos de nivelamento. Ainda em sintonia com as novas demandas apresentadas pelo avanço da tecnologia da informação e com as políticas governamentais para o setor, desenvolverá uma política de inclusão digital, como estratégia específica de inclusão social. A política de inclusão digital da Faculdade Padrão de Senador Canedo possui os seguintes objetivos:

- Contribuir para o processo de inclusão digital de forma integradora, envolvendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento da pessoa;
- Garantir o direito à comunicação em redes de computadores aos cidadãos que não possuam condições financeiras para adquirir equipamentos e serviços que a propiciem;
- Estabelecer mecanismos democráticos de acesso à informação e às novas tecnologias;
- Incentivar o processo permanente de autoaprendizado e de aprendizado coletivo em tecnologias de tratamento da informação;
- Fortalecer a organização de comunidade e a democracia participativa, mediante a criação de listas de discussão, sítios para a divulgação de informações e notícias, fóruns eletrônicos para debate e outras modalidades de interação da comunidade;
- Capacitar para a formação de multiplicadores, aptos a atuar em programas de inclusão digital desenvolvidos no ambiente interno e externo da Instituição, envolvendo sindicatos, associações, entre outros;
- Oferecer, aos alunos ingressantes, cursos de capacitação para uso de ferramentas básicas em informática, correio eletrônico institucional, acesso à Internet e ambiente para digitação de trabalhos acadêmicos.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo adotou, ainda, políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência. Para tanto, estará empenhada em promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e do Decreto nº 5.296/2004 e do Decreto nº 5.626/2005, que a regulamentam. A Faculdade Padrão de Senador Canedo garante a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014.

3.2.6 Políticas de Responsabilidade Social

O trabalho desenvolvido pela Faculdade Padrão de Senador Canedo na área educacional reflete o seu compromisso com a responsabilidade social. A Instituição tem como componentes da sua função social, entre outros:

- a preocupação quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados;
- a permanente promoção de valores éticos;
- a realização de programas de incentivos à comunidade acadêmica;
- o estabelecimento de parcerias com instituições públicas.

Nas atividades de ensino, são incluídas, sempre que pertinente, no conteúdo dos componentes curriculares, temas de responsabilidade social. Além disso, são realizados cursos e eventos diversos versando sobre a temática. As atividades de Iniciação Científica são voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida, fortalecendo o compromisso institucional com o desenvolvimento da região. Na extensão, a Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolverá atividades sobre temas relevantes que tenham impacto de melhoria na sociedade quanto à inclusão social; desenvolvimento econômico e social; defesa do meio ambiente e memória cultural.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo adotará ainda políticas de educação inclusiva voltadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando o acesso e a permanência de alunos que apresentam alguma deficiência; assim como políticas de proteção dos direitos da pessoa com transtorno

do espectro autista, conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014.

3.2.7. Políticas de Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e de Patrimônio Cultural

A Faculdade Padrão de Senador Canedo promove ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural da região onde a IES está inserida. Nesse sentido, a Faculdade Padrão de Senador Canedo organizará seminários temáticos sobre a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região. Também incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos, conteúdos e atividades que abordem os temas citados acima. Em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), a Faculdade Padrão de Senador Canedo implementa ações no sentido de:

- Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional e brasileira;
- Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial regional;
- Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- Propiciar o acesso à arte e à cultura;
- Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- Estimular a sustentabilidade socioambiental;
- Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores.

Para o período de vigência do PDI, a Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolve ações de estímulo às participações de docentes e discentes em atividades de ensino, Iniciação Científica e extensão, e em eventos culturais e artísticos, internos e externos; envolvendo aspectos de diversidade, meio ambiente e saúde, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

3.2.8 Políticas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Nacional Sustentável

A Faculdade Padrão de Senador Canedo promoverá ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida. Para tanto, a Faculdade Padrão de Senador Canedo estabeleceu parcerias que possam incentivar o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida, objetivando o desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social. A educação ambiental será uma dimensão da formação acadêmica, atividade intencional da prática social, que deverá imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

A educação ambiental na Faculdade Padrão de Senador Canedo visa a construção de conhecimentos, desenvolvendo habilidades, atitudes e valores sociais, fomentando o cuidado com a comunidade de saúde e vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído. Na Instituição, a educação ambiental adotará uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultural, a saúde, a produção, o trabalho e o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

A partir do que dispõe a Lei nº 9.795/1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da educação ambiental na Faculdade Padrão de Senador Canedo:

- totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

- vinculação entre ética, educação, saúde, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

A Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012, estabeleceu que a inserção dos conhecimentos concernentes à educação ambiental nos currículos da educação superior pode ocorrer:

- pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

A importância crescente da educação superior tem sido reconhecida mundialmente, não apenas em função do valor instrumental da formação acadêmico-profissional e das atividades de Iniciação Científica e tecnológica em meio ambiente para o desenvolvimento nacional sustentável, mas, também, por sua contribuição decisiva para uma formação ética e cultural mais ampla da cidadania democrática. A formação superior é considerada primordial para a diminuição de desigualdades e promoção de justiça social, estratégica para a produção de riqueza do país e o desenvolvimento sustentável.

Com a inserção, na matriz curricular de seus cursos de componentes curriculares ou conteúdos relacionados ao tema responsabilidade social, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento nacional sustentável, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e desenvolvimento de projetos e ações de inovação social, a Faculdade

Padrão de Senador Canedo buscará avançar no seu papel de formadora de profissionais competentes e cidadãos éticos e responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico regional.

3.2.9 Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial

A Faculdade Padrão de Senador Canedo também está comprometida com as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. Para tanto, a Faculdade Padrão de Senador Canedo incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo cumpri, nas atividades de ensino, nas atividades de Iniciação Científica e nas atividades de extensão, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004; e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP nº 08/2012, Resolução CNE/CP nº 01/2012.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira, a Faculdade Padrão de Senador Canedo incluirá nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso que ministrará, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº 01/2012, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, foi considerada na construção deste PPC e PPI e dos PDIs dos cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, no ensino, na Iniciação Científica, na extensão, bem como nos diferentes processos de avaliação. A Resolução CNE/CP nº 01/2012 estabeleceu, ainda, que a inserção dos

conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

- pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

3.2.10 Políticas e Ações de Estímulo à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógica, Tecnológica, Artística e Cultural

A Faculdade Padrão de Senador Canedo estimulará a difusão das produções acadêmicas, científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais. Para tanto, premiará professores, estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação e funcionários técnico-administrativos da Faculdade que publiquem artigos ou capítulo de livro, em periódicos ou editoras, classificados no Sistema Qualis (CAPES/CNPq) como internacional ou nacional, em uma das áreas do conhecimento reconhecidas. Desse modo, as estratégias de estímulo à produção acadêmica da Faculdade Padrão de Senador Canedo atendem aos seguintes objetivos institucionalmente:

- Contribuir para a sistematização e institucionalização de estudos e investigações científicas;
- Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos de Iniciação Científica;
- Possibilitar uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
- Assegurar suporte qualitativo da formação profissional dos estudantes.

Em relação aos discentes, as estratégias de estímulo à produção acadêmica da Faculdade Padrão de Senador Canedo, atenderão aos seguintes objetivos:

- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva;

- Proporcionar o domínio da metodologia científica, estimulando o pensamento científico e a criatividade;
- Prepará-lo para o acesso à pós-graduação.

Em relação aos docentes, as estratégias de estímulo à produção acadêmica da Faculdade Padrão de Senador Canedo, atenderão aos seguintes objetivos:

- Estimular o aumento de sua produção científica;
- Incentivar o envolvimento de docentes em atividades de Iniciação Científica;
- Melhorar a qualidade do ensino e a eficiência da aprendizagem.

3.2.11 Políticas de Gestão Acadêmica

O modelo desenhado para a Faculdade Padrão de Senador Canedo dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração, agilidade e flexibilidade para responder às necessidades da Instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite ainda ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional. A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica, técnica e administrativa. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade interna, possibilitando para cada setor, autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

No que se refere à gestão institucional, esta exige que a função gerencial seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da Instituição e tenha a capacidade de responder às demandas e às expectativas da comunidade interna e externa; reconstruir, quando se fizer necessário, as ideias e os conteúdos do PDI; acompanhar

as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam a Instituição e o ensino superior; aperfeiçoar o processo de avaliação de modo a reunir estudos e orientações que subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas que conduzam à execução do PDI.

3.2.12 Estratégias e Meios para Comunicação Interna e Externa

A Faculdade Padrão de Senador Canedo organizará estratégias e meios para a comunicação interna e externa, com o objetivo principal de promover a imagem institucional e difundir as atividades de ensino, Iniciação Científica e extensão. A instituição necessita utilizar-se de dispositivos para torná-la visível e legítima perante seu público. Para tanto, sua informação deve ser clara e seguir determinadas estratégias de enunciação, através de uma linha direta, um canal de comunicação entre Instituição e seu público interno e externo, que apresente grande valor institucional.

Os meios a serem utilizados para a comunicação interna na Faculdade Padrão de Senador Canedo são: memorando; ofício; comunicado; intranet etc. Entre os meios de comunicação externa, a Faculdade Padrão de Senador Canedo utilizará os seguintes dispositivos: televisão; rádio; outdoor; jornais; panfletos; folders etc. Para que a comunicação seja eficaz e eficiente, a escolha do meio a ser utilizado leva em consideração a informação que se pretende transmitir e, principalmente, o público a que se dirige (interno ou externo).

A Ouvidoria é um canal de ligação entre a Instituição e a comunidade acadêmica, com a finalidade de estabelecer uma comunicação democrática, identificar necessidades e entraves existentes e buscar soluções para as queixas e indagações apresentadas, bem como coletar propostas visando a busca da excelência no atendimento e o fortalecimento da cidadania.

A implantação da Ouvidoria na Faculdade Padrão de Senador Canedo deve ser considerada como peça fundamental para as soluções dos problemas enfrentados, representando uma nova alternativa para o público interno e externo. Desta forma, a Faculdade por meio da Ouvidoria, passa a conhecer melhor o seu público, podendo mensurar ou solucionar problemas existentes ou até mesmo antevê-los.

3.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

No campo do Logística, em particular no cenário mercadológico, as novas perspectivas da economia global delineiam processos inovadores, ajustando tecnologias de ponta, programas de qualidade, melhoria contínua na gestão, enfim busca-se a excelência na prestação de serviços e na oferta de novos produtos. O curso constitui-se com base nas Diretrizes Curriculares para curso de Superior de Tecnologia em Logística, visando oferecer formação acadêmica em total sintonia com as exigências do mercado, com o código de ética que rege as funções do tecnólogo em Logística o processo de mudança e suas novas configurações no mercado.

A percepção que se tem atualmente na área do curso a ser oferecido é de transformações profundas e rápidas e isso exige um novo perfil para os profissionais que atuarão em todas as áreas de grande abrangência, como é o caso do tecnólogo em Logística. Trata-se de um campo de trabalho exigente, complexo e competitivo, que provoca e promove constantemente mudanças de paradigmas e modelos tradicionais cedem definitivamente seu espaço às abordagens sistêmicas, estruturas enxutas e modelos de gestão em que predominem o estilo participativo e inovador.

O curso apresenta-se com uma estrutura curricular consistente e flexível, contendo disciplinas e atividades de caráter básico, profissionalizante e conteúdos complementares diversos. Essa estrutura permite introduzir rapidamente, na velocidade exigida pelo mercado, alterações e modificações que complementem os conteúdos. Para tanto, são realizadas análises, a fim de apresentar novas técnicas, teorias e abordagens, adequando-se às necessidades do momento presente.

Neste sentido a Faculdade Padrão de Senador Canedo visa ainda atender as necessidades da região e o perfil demográfico, formando profissionais comprometidos com o processo de qualidade, a busca da eficiência, da eficácia e de resultados, voltados primeiramente para a ética e a valorização da cidadania, baseado na seguinte missão de curso:

- ✓ Desenvolver formação profissional e cidadã, voltada para gestão, planejamento, organização e controle das pessoas e organizações,

integrando ações de ensino, iniciação científica e extensão, ações de empreendedorismo e de responsabilidade social, balizando-se continuamente por conhecimentos teórico-práticos e metodológicos, bem como pelo desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes relevantes para atuação na área de Logística.

O curso está, também, ancorado na Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional; na Resolução CNE/CES nº. 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências; na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, sobre Políticas de Educação Ambiental; com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Ainda, a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nas disciplinas e atividades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Logística, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004). Importante destacar que há uma visível integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, conforme as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002).

É importante destacar que há uma visível integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, conforme as políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002). A infraestrutura institucional apresenta condições de acesso para pessoas com necessidades educativas especiais, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

O presente Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística é o resultado da construção coletiva na sua revisão produzida durante reuniões do NDE e do Colegiado do Curso, dos quais participaram os docentes sob a

coordenação da coordenadora do Curso. À Coordenação do Curso coube a tarefa de planejar, coordenar todo o processo, os encontros e elaborar as atas do que foi produzido.

Buscou-se elaborar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística para que este refletisse o desejo dos docentes em fazer parte de um Curso Superior de Tecnologia em Logística com ênfase na integração das diversas áreas do conhecimento responsáveis pela formação do/a aluno/a. A sua construção procurou contemplar oportunidades para que o futuro profissional da área esteja capacitado para cuidar/educar/gerenciar/pesquisar de forma crítico-reflexiva, sempre atento às inovações da profissão e do mercado de trabalho, participando da construção do conhecimento, gerando e utilizando pesquisas, um profissional que represente o esforço do Curso Superior de Tecnologia em Logística para atender às expectativas de excelência dos cursos ministrados pela Faculdade Padrão de Senador Canedo.

3.4 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Logística, dentro de sua concepção, reúne um conjunto de funções tradicionais associadas ao progresso e a transmissão do saber: inovação, ensino e formação, conhecimento e educação permanente. Essas funções contribuem para o desenvolvimento indispensável, depositário, criador e pertinente do processo de ensinar. Na qualidade de um curso autônomo na investigação e na criação do saber, este contribui com a sociedade promovendo a formação de profissionais generalistas, com condições de atuar de maneira individual ou em equipes multiprofissionais utilizando o movimento e os recursos físicos e naturais. No âmbito de seu papel social, o curso pode pôr a sua autonomia a serviço do debate das grandes questões éticas e científicas com as quais se confrontará a sociedade de amanhã. Pode, além disso, ser instrumento de reforma e de renovação de educação, concedendo mais espaço à formação científica e tecnológica para corresponder à procura de especialistas que estejam a par das tecnologias mais recentes e sejam capazes de gerir sistemas cada vez mais complexos.

O curso foi construído a partir da necessidade detectada, com base na realidade socioeconômica local regional de se formar profissionais voltados para o mercado de trabalho, desenvolvendo uma visão multidisciplinar, mas sem perder de

vista as peculiaridades das questões locais. A estrutura curricular dispõe de uma relação com várias áreas do conhecimento, conduzindo o aluno ao aprofundamento do saber, permitindo uma vivência prática, bem como o engajamento nas atividades, tendo como referencial os princípios da interdisciplinaridade e flexibilidade.

Foi tomado o cuidado para que haja o sequenciamento lógico das disciplinas, objetivando preparar o acadêmico para atuar na área do curso. Ressalta-se que este sequenciamento possibilita a formação paulatina e continuada do profissional desejado pelo curso. Todas as etapas de formação visam fornecer ao profissional uma bagagem com todas as habilidades e conhecimentos que o tornarão aptos a atender os objetivos delineados quando da concepção do curso.

Os objetivos são a definição dos resultados esperados no final do tempo previsto para a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Logística. Os objetivos gerais e específicos do curso devem atender aos critérios de clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas e compatibilidade com a concepção filosófica e a missão do curso e da IES. O objetivo geral esclarece e determina de modo amplo a contribuição do Curso para a formação do aluno. Os objetivos específicos caracterizam o desdobramento do objetivo geral, redigidos de modo mais concreto, alcançáveis em menor tempo e explicitam desempenhos finais observáveis e mensuráveis.

3.4.1 GERAIS

Promover a formação de um profissional empreendedor, com capacidade e aptidão para compreender questões científicas, técnicas sociais e aspectos econômicos da produção e do seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, nos vários segmentos do campo de atuação do profissional de logística. O profissional sairá preparado para otimizar os processos de aquisição, armazenamento e distribuição de materiais dentro do conceito de cadeia de suprimento, bem como para analisar aspectos de dimensão e localização de Centros de Distribuição, visando à minimização

de custos operacionais e tributários, sem perda na qualidade dos serviços, e possibilitando vantagens competitivas para a empresa.

3.4.2 ESPECÍFICOS

O Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo terá como objetivos específicos formar o tecnólogo em Logística apto a:

- Desenvolver competências associadas à utilização dos métodos e técnicas modernas aplicados às atividades de planejamento, execução e controle de logística, visando à movimentação de bens materiais e serviços;
- Capacitar o discente para utilizar conscientemente os conceitos fundamentais de logística e sua relação com os demais setores das empresas e da economia, levando em conta não apenas as particularidades regionais, mas também os aspectos ligados ao comércio interestadual e internacional;
- Atender a demanda de mercado e das empresas, oferecendo profissionais especializados, atualizados e competentes que seguirão as normas de embalagem, movimentação, estocagem e distribuição de bens materiais e que detenham o “saber-fazer” logístico.
- Permitir que o discente entenda o todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e integrado, bem como de suas relações com o ambiente externo;
- Desenvolver sólidos conhecimentos das práticas gerenciais que os capacite a gerenciar pessoas como diferencial competitivo;
- Preparar cidadãos éticos, com espírito empreendedor para absorver novos conhecimentos e garantir ao pleno exercício da cidadania e do desenvolvimento de sua capacidade profissional;
- Proporcionar ao discente um ambiente de aprendizagem que permita um equilíbrio entre a teoria e a prática.

3.5. PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO

A Faculdade Padrão de Senador Canedo visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular a iniciação científica e promover o

desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. O Projeto Pedagógico de cada curso deverá abranger as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas estão coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica e o trabalho de curso. Sendo assim, a Faculdade Padrão de Senador Canedo busca, por meio dos projetos pedagógicos de seus cursos, proporcionar aos alunos aptidões globais para:

- desenvolver ações, tanto em nível individual quanto coletivo, dentro de seu âmbito profissional;
- assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema a que esteja ligado, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para eles;
- realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética;
- desenvolver ações fundamentadas na capacidade de tomar decisões, visando o uso apropriado, a eficácia e o custo-efetividade, dos valores humanos e recursos materiais disponíveis;
- serem acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral;
- dominar a comunicação verbal, não-verbal, habilidades de escrita e leitura e de tecnologias de comunicação e informação;
- trabalhar em equipe multiprofissional, assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade, além de compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- tomarem iniciativas e a atuar com criatividade e inovação;
- serem capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática;
- serem empreendedores; e

- terem responsabilidade social no exercício de suas atividades profissionais.

Para alcançar este perfil profissional geral delineado, deverão ser desenvolvidas nos alunos, ao longo dos cursos, competências e habilidades para:

- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

- desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

- refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle ou supervisão;

- dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;

- conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;

- lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional.

Neste contexto, o perfil profissional em Logística a ser formado pela Faculdade Padrão de Senador Canedo deverá estar apto a atuar no planejamento e gestão na formação empresarial especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos.

Deverá também desenvolver as competências necessárias para gerir pessoas, além de demonstrar capacidade para trabalhar em equipe e tomar decisões. Espera-se também que habilidades para se comunicar, liderar e negociar sejam desenvolvidas.

3.5.1 Perfil Específico dos Egressos

- Desenvolver e posteriormente demonstrar que detém habilidades e competências gerenciais para atuar nas atividades demandadas pela gestão logística nas organizações;
- Demonstrar todos seus conhecimentos de técnicas e métodos em gestão adquiridos durante o curso;
- Demonstrar o embasamento teórico e prático, referentes aos conhecimentos e atitudes necessários ao melhor desempenho das atividades usuais da gestão em logística;
- Ter visão sistêmica do negócio e estruturar pensamento estratégico diante dos desafios da gestão logística nas organizações;
- Demonstrar as competências que permitam identificar e apresentar soluções aos diversos problemas encontrados pela área de logística.
- Contudo, ao final do Curso de CTS em Logística, os egressos estarão habilitados a exercer suas funções junto ao mercado de trabalho.

3.6. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Flexibilizar consiste em estar preparado e disposto a articular o “domínio específico”, o “domínio prático” e o “domínio ético” com a formação identitária e subjetiva dos profissionais a serem formados. De forma mais ampla, significa superar o modelo tradicional baseado na especialização estrita, rumo à uma formação aberta à articulação entre domínio específico (da teoria) e domínios mais amplos requeridos pela ação humana no mundo do trabalho. E esta ótica perpassa por fomentar e possibilitar o aprender a aprender “sozinho” e de “maneira solidária e cooperativa”. Enfim, de forma resumida significa, dentro da ótica do ensino superior regulado pelo estado, criar possibilidades de permitir ao estudante a possibilidade de intervir na escolha de trajetórias de formação diversificadas na “universidade”.

Para o estudante, a flexibilização curricular, inegavelmente, traz benefícios que no mínimo possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento e o desenvolvimento de visão crítica mais abrangente, pois permite a busca por mais aprendizado. Na Faculdade Padrão de Senador Canedo, considerando que o Ensino Superior no Brasil é altamente regulamentado na forma de Leis, Portarias e outros

que delimitam e até determinam o curso através de Diretrizes Curriculares Nacionais, definições de cargas horárias mínimas, definições de tempo de integralização, definições de carga horária e forma de articulação dos estágios, buscou-se a flexibilização curricular articulada de maneira que os benefícios dessa fossem agregados aos cursos, tais como o presente.

Para tanto, na definição da estrutura curricular do curso, se deu especial atenção a: articulação da teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso, busca incessante por um ensino centrado na produtividade dos alunos, uma formação articulada, mas principalmente integrada à realidade cultural, econômica e social da região e do Brasil, fomento a permeabilidade de informações, conhecimentos, saberes e práticas mesmo no ensino “disciplinar” e promoção a interdisciplinaridade. Para que isto seja possível é necessário, entretanto entender que a flexibilidade curricular depende de estruturas flexíveis exercitadas na Faculdade Padrão de Senador Canedo e curso, as quais são ilustradas a seguir:



Vale destacar que dentro das premissas descritas no âmbito do curso, define-se unidades curriculares específicas vocacionadas à flexibilização, assim como as disciplinas optativas que, no primeiro caso, permite que ao futuro profissional, ressalvadas às premissas legais e escolha disciplinas que cursa e, no segundo caso, permite ao NDE do curso, a determinação de plano de ensino adaptável às necessidades formativas e ou do mercado de trabalho. Isto, logicamente seguida da flexibilização inerentes a integralização do Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A flexibilização curricular permite também a adaptação às diferenças individuais, respeitando os diversos ritmos de aprendizagem, integrando as dessemelhanças locais e os distintos contextos culturais, garantindo um currículo que

funcione como um fluxo articulado de aquisição de saber, em um período, tendo como base a diversidade e o dinamismo.

3.7 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade propicia o diálogo entre os vários campos do conhecimento e a integração do saber, visando a superar uma organização curricular tradicional, que coloca as disciplinas como realidades estanques, fragmentadas, isoladas e dificulta a apropriação do conhecimento pelo aluno. A interdisciplinaridade favorece visão contextualizada e percepção sistêmica da realidade, permitindo compreensão mais abrangente do saber.

A interdisciplinaridade integra o saber, propiciando a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, conseqüentemente, os processos de intervenção e busca de soluções. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em novas bases, recuperando dimensões como a criatividade, a imaginação e a capacidade de lidar com a incerteza. A interdisciplinaridade não significa uma justaposição de saberes, nem implica uma comunicação reduzida entre as disciplinas. Envolve a elaboração de um contexto mais geral, no qual as disciplinas em contato são modificadas, passando a depender claramente uma das outras. Promove, portanto, intercâmbios mútuos e recíprocas integrações entre as disciplinas.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem grande poder estruturador, pois, as definições, os contextos e os procedimentos que são estudados pelos alunos são organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas e atividades acadêmicas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limites da disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar novas questões. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender.

Na promoção do estudo interdisciplinar e significativo, a forma de integralização das disciplinas, conforme consta dos planos de ensino, evidenciam em cada período a forma e quais disciplinas tem a responsabilidade de sintetizar/aplicar/estender conceitos, práticas etc. Tais disciplinas podem tanto promover a integração no interior de um mesmo período quanto entre períodos de um

mesmo curso ou de cursos distintos. Ou seja, a interdisciplinaridade, a integração, pode ser feita também apenas em algumas das suas atividades em várias disciplinas.

Adicionalmente, as disciplinas do curso estão inter-relacionadas e se integram em função dos objetivos do curso e do perfil do egresso. Cabendo destacar a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Supervisionado e as Práticas Pedagógicas como um todo como ferramentas de construção da aprendizagem de modo interdisciplinar. Através do estímulo institucional, os docentes, coletivamente, se dedicam ao planejamento e à implantação do ensino interdisciplinar, tendo como apoio as instâncias formais, como Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

Além disso, a Faculdade Padrão de Senador Canedo tem se empenhado seriamente à prática da inovação acadêmica, com destaque às metodologias ativas de ensino e aprendizagem, instrumentos amplamente compatíveis com a interdisciplinaridade. Para tanto, investe no preparo de seus docentes pois a interdisciplinaridade está diretamente condicionada ao conhecimento e experiência destes. A interdisciplinaridade, é sempre estimulada e paralelamente há espaço garantido nas diversas disciplinas de práticas estrategicamente previstas, no desenvolvimento curricular.

3.8 CONTEXTUALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

A contextualização busca a adequação do currículo às características do acadêmico e do ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos alunos e com o contexto social, ou seja, articular a teoria com a prática. Para atender a esse princípio, buscou-se adequar o processo de ensino e aprendizagem à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Desenvolveram-se estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes. Nessa perspectiva, as práticas curriculares implementadas estão pautadas no conhecimento das características dos alunos, buscando respeitar suas personalidades e suas identidades.

O princípio da contextualização permite, ainda, pensar um currículo de forma abrangente, com ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de

transmissão e reprodução do saber. A contextualização envolve o estabelecimento de relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos.

Estes três princípios ganham dimensão na estrutura curricular do Curso, que segue o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais estabelecem para a organização curricular, a necessidade de contemplar conteúdos relacionados com a formação geral, a formação técnica e a formação prático-profissional. Uma das principais prioridades da coordenação do Curso, além das atividades previstas nos atos normativos do MEC, do CNE e da própria IES, é a de exercer a contextualização e interdisciplinaridade, objetivando a formação do profissional capaz de colocar em ação os conhecimentos e valores adquiridos para desempenhar com eficácia e eficiência as competências profissionais adequando às necessidades do mundo de trabalho.

De forma geral o aprendizado contextualizado, pode ser definido como a vinculação do conhecimento à sua origem e à sua aplicação, isso implica, no âmbito da sala de aula considerar o cotidiano e a realidade regional, as experiências vividas pelos alunos e, quais são suas prováveis áreas de atuação como profissionais. Ou seja, dar um significado real ao conhecimento adquirido. Para que isto ocorra, os docentes são orientados e capacitados a sempre manter o aluno no papel central como protagonista de seu aprendizado, usando os conhecimentos trocados na resolução de problemas, isto através da colocação de situações comuns ao futuro profissional, trazendo o cotidiano para a sala, “aproximando” o dia a dia do conhecimento científico. Isso é sempre possível, pois inúmeros e, praticamente, inesgotáveis são os campos e contextos de experiências que podem ser utilizados para significar o conhecimento. Cabe ressaltar ainda, que as disciplinas são hierarquizadas em períodos, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do profissional.

3.9 PERCURSO FORMATIVO

O percurso formativo refere-se à estrutura de formação de um curso e do modo como se organizaram as unidades curriculares de formação profissional. Na construção do percurso formativo são considerados a estruturação dos sistemas de ensino e a programação das atividades do curso que devem garantir o progressivo

avanço do aluno no seu processo de aprendizagem e formação profissional, evitando-se interrupções e repetições de conteúdos e experiências. Sua construção garante ainda que não haja divisões que impeçam o futuro profissional em dar continuidade a seus estudos, a cada etapa vencida, não comprometendo, assim, as perspectivas de uma formação permanente e continuada.

A construção do percurso formativo do curso considerou em um primeiro momento, a previsão de que as “qualificações” são obtidas por meio do cumprimento das etapas que correspondem a formações que originam conhecimentos e habilidades definidas, previstas e desejadas. Em um segundo momento, considera que as etapas (e conseqüentemente as habilidades e competências adquiridas) correspondem às necessidades do mercado de trabalho.

Com isto, as experiências formativas dos egressos têm um potencial de aproveitamento, tanto para o profissional quanto para o empregador, em duas direções: verticalmente, porque um conjunto de qualificações de níveis menores pode levar a titulações de níveis superiores; horizontalmente, porque cada qualificação corresponderia uma competência necessária.

E, nesse contexto, foi construído o presente currículo e, dentro deste, seu percurso formativo, garantindo-se a consideração da importância da organização do projeto de educação integral, referentes às etapas a serem seguidas por um indivíduo no seu processo de formação profissional. Do ponto de vista das políticas de emprego, o reconhecimento de competências e habilidades e a construção dos percursos, permite entender melhor a correspondência entre os requisitos demandados e os perfis construídos.

3.10 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Para o atendimento pleno à missão da Faculdade Padrão de Senador Canedo, a acessibilidade é requisito imprescindível e, em seus projetos pedagógicos nos quais são alinhadas todas as questões do curso, a diversidade humana é atendida e, o conceito de acessibilidade é verificado e acolhido de forma ampla, e não apenas restrita a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que entende-se a acessibilidade como um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. Desse modo, os cursos na Faculdade Padrão de Senador Canedo buscam atender e trabalhar a acessibilidade de forma

integral. Para tanto, atenta-se para as dimensões atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e metodológica.

No que se refere a acessibilidade metodológica na Faculdade Padrão de Senador Canedo e seus cursos, as metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, por meio de análise, reflexões e ainda adaptações dos conteúdos programáticos previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, de forma a conceber o aprendizado, o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional sem barreiras e acessível. Sendo assim, no curso investe-se na promoção da diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, implantação de novas metodologias, uso de vários estilos de aprendizagem, novos conceitos de avaliação de conhecimentos e habilidades, novos conceitos de fluxograma, produtividade, dentre outros detalhados em cada um dos planos de ensino.

3.11 DIFERENCIAIS E INOVAÇÃO NO CURSO

A coordenação do curso desempenha papel integrador e organizador na implantação e desenvolvimento da estrutura curricular, planejada conjuntamente com o corpo docente, buscando integrar o conhecimento das várias áreas. Para a implementação e execução do currículo, a coordenadora trabalha com o seu Núcleo Docente Estruturante – NDE, seu Colegiado de Curso e demais professores.

Entende-se a inovação no âmbito curso como uma ruptura paradigmática que além de promover ou provocar mudanças metodológicas ou a inclusão de recursos tecnológicos, é entendida como a compreensão do conhecimento e, portanto, a uma alteração nas bases epistemológicas da prática pedagógica. Desta forma, as inovações se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências e, exigem dos docentes o preparo para transformar o desejo de saber em mola propulsora e emancipatória.

Promover ações que visam buscar dentro e fora de seus muros, contribuições para fomentar a inovação no âmbito de seus cursos. Destas empreitadas, diversas ações têm sido utilizadas, tais como:

1. **Estímulo ao desenvolvimento de competências socioemocionais:** as dificuldades atuais dos futuros profissionais vão muito além dos conhecimentos tradicionais. Para que logrem êxito no mercado de trabalho atual se faz necessário dotá-lo de competências socioemocionais que

podem ser exercitadas com a inserção de experiências inovadoras como ações de cidadania, solidariedade, transformação do ambiente e sustentabilidade, as quais costumam motivar e, de forma surpreendente, despertar o perfil protagonista nos futuros profissionais;

2. **Atividade contextualizada:** cada disciplina disponibilizada, conta com uma atividade contextualizada que traz à tona, como objeto de estudo, um *case*. É um instrumento pedagógico que deve servir para o aprendizado do aluno sobre como agir em situações reais, bem como as consequências dessas ações. Através desta atividade o estudante deve ser capaz de suscitar questões para debate e ter elementos que permitam tomada de posição e definição de cursos de ação;
3. **Metodologias Ativas:** os nossos cursos possuem estratégias diferenciadas que atuam como promotoras da aprendizagem ativa. Aprendizagem ativa pode ser definida com base na atuação direta do aluno no processo – ele se envolve e vai além do ver e ouvir; principalmente, pensa sobre o que está fazendo. O professor passa a ser aquele que orienta os estudos dos alunos, oferecendo materiais e estratégias adequados para a aprendizagem, ao mesmo tempo em que identifica as potencialidades dos estudantes e os ajuda a desenvolvê-las;
4. **Desafio Colaborativo:** em cada disciplina encontramos esta atividade que é a nossa estratégia de sala de aula invertida (metodologia ativa). O objetivo da atividade é despertar o interesse do aluno pela pesquisa, o conhecimento de novas linhas de pensamento e promoção do debate de ideias. Por isso, o desafio colaborativo fica aberto desde o início da disciplina, pois o aluno, ao final de seus estudos pode, inclusive, voltar à sua postagem inicial ratificando ou retificando suas opiniões iniciais;

3.12 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo, em consonância com o disposto no Catálogo Nacional de Cursos Tecnólogos, articula conhecimentos, competências e habilidades em torno dos seguintes núcleos estruturantes: núcleo de conteúdos básicos, núcleo de conteúdos profissionalizantes e núcleo de conteúdo específicos que caracterizem

a modalidade. A abordagem curricular integrada e transversal ocorre mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, previstos nos conteúdos de componentes curriculares constantes da matriz curricular.

A matriz curricular do Curso de Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo define os conteúdos que são tratados. Os conteúdos obedecem a um sequenciamento ao longo do Curso e da integração horizontal (mesmo período sequencial) e vertical (diferentes períodos sequenciais) das disciplinas. As disciplinas voltadas à prática profissional possuem o objetivo de contribuir para articulação teoria-prática dos conhecimentos científicos e tecnológicos próprios do Curso.

3.13 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

O processo de Curricularização da extensão visa atender aos documentos nacionais que tratam das políticas para a Educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação 2014-2024, da LDB 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior e ao Plano Nacional de Extensão, além de documentos norteadores das práticas pedagógicas da Faculdade Padrão de Senador Canedo. Incorporar nos currículos a lógica da extensão como demanda necessária na matriz curricular existente do curso, garante que 10% (dez por cento) da carga horária total correspondam às ações de extensão (PNE, Meta 12.7).

Na prática, pode-se dizer que há um espaço de diálogo e de atuação para garantir ao estudante uma relação mais aberta entre os campos dos saberes e conhecimentos disciplinares com as questões mais amplas que norteiam a realidade social e coletiva. As atividades de extensão constituem aportes decisivos à formação do acadêmico, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas.

Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a participação do estudante nas ações de Extensão deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão. A extensão no Curso de Logística deve estar articulada ao ensino e à pesquisa, e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico.

O presente projeto pedagógico prevê o direcionamento de 10% da carga horária do Curso de Logística para programas de extensão, aos quais poderão estar vinculados projetos (conjunto de ações estruturadas, com periodicidade e objetivos

definidos) cujas ações são efetivadas através de atividades disciplinares (diagnósticos/avaliações/levantamentos, extensão tecnológica, cursos, palestras, eventos, produção/publicação/produtos, outros). Tais atividades são propostas semestralmente, em disciplinas específicas, com carga horária prevista conforme a grade do curso, podendo ou não haver interdisciplinaridade. Neste caso, a carga horária será contabilizada entre os docentes das disciplinas envolvidas na ação.

3.14 CONTEÚDOS CURRICULARES

O planejamento curricular idealizado para o curso é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre a concepção, objetivos e perfil de egresso desejado. Os conteúdos curriculares expressam ainda coerência com as diretrizes curriculares nacionais, com as políticas institucionais e legislações do ensino superior que regem esta modalidade.

O currículo traz uma multiplicidade de conhecimentos que constrói uma formação humanista, crítica e reflexiva. O encadeamento das disciplinas que compõem o currículo estabelece uma relação de interdependência entre os conteúdos de várias Ciências e áreas de conhecimento. O currículo contempla atividades complementares, como um instrumento de interdisciplinaridade e um ambiente propício ao desenvolvimento de novos campos ou temas emergentes. Essas atividades concedem flexibilidade curricular ao curso, proporcionando a oferta de conteúdos variáveis, contemporâneos aos avanços e às mudanças da sociedade, da Ciência e da tecnologia.

As Atividades Complementares, componente curricular obrigatório, que podem ser realizadas ao longo do curso, e possibilitarão o reconhecimento por avaliação de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, são hipóteses em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso. As Atividades Complementares orientam-se, também, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos e Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Estas atividades com caráter complementar podem ser implementadas na instituição, mediante eventos como congressos, palestras, estágios extracurriculares, monitorias, visitas técnicas, seminários, entre outras, superando assim, a lógica tradicional onde as atividades não consideram a realidade dos educandos. Podendo também ser realizadas fora da faculdade.

Ademais, os temas relacionados a Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e Indígena estão inclusos nos conteúdos disciplinares obrigatórios e, ainda, nas atividades complementares em consonância com a legislação vigente. Há integração dentre as disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

Foi considerado também assuntos voltados aos Direitos Humanos, bem como aspectos de sustentabilidade, entendendo a necessidade da aderência do projeto pedagógico do curso com o desenvolvimento integrado e sustentável da região. Assim, o projeto atende aos pilares básicos de desenvolvimento integrado e sustentável, que são: ecológico, econômico, social, cultural e o político – como preconiza os padrões de qualidade definidos pelo MEC.

Para obtenção do título, o discente deve cursar e ser aprovado em todos os componentes curriculares e integralizar a carga horária total explícita na representação gráfica do curso, já computadas as horas de Atividades Complementares. Neste contexto, o curso atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

Nos termos da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004, os aspectos concernentes à educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito à história e cultura afro-brasileira e indígena, são abordados no componente curricular **História da África e Cultura Afrodescendente e Seminário Temático I: Culturas Brasileiras e Diversidades Étnicas**, que integram a matriz curricular do curso.

Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01/2012, os aspectos concernentes à educação em direitos humanos são abordados no componente curricular **Seminário Temático II: Educação e Direitos Humanos**, que integra a matriz curricular do curso. A abordagem curricular integrada e transversal ocorre mediante temas relacionados

com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, previstos nos conteúdos dos componentes curriculares constantes da matriz curricular.

O estudo das políticas de educação ambiental, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, é assegurado pela integração da educação ambiental aos componentes curriculares do Curso de modo transversal, contínuo e permanente. Além disso, foi introduzido o componente curricular **Seminários Temáticos III: Meio Ambiente e Sustentabilidade**. A abordagem curricular integrada e transversal ocorre mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental previstos nos conteúdos dos componentes curriculares constantes da matriz curricular.

Por outro lado, no desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares do Curso, os estudos, as investigações científicas e as atividades de extensão observam os princípios básicos da educação ambiental previstos no artigo 4º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999:

- Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- Permanente avaliação crítica do processo educativo;
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- Reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A Disciplina de **LIBRAS** está inserida na estrutura curricular do Curso, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005. Cabe a ressalva que consta do calendário de atividades de extensão a oferta de LIBRAS à comunidade acadêmica, visando a formação e capacitação não só do futuro profissional docente, mas também os profissionais administrativos que trabalham no atendimento e suporte à comunidade interessada na inclusão.

3.15 GRADE CURRICULAR

DISCIPLINAS				
1° PERÍODO	C.H. TEORIA	C.H. PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
Introdução a Administração	50	30	0	80
Fundamentos da Logística Empresarial	40	30	10	80
Matemática Aplicada	50	30	0	80
Introdução a Economia	50	30	0	80
Empreendedorismo	40	30	10	80
Seminário Temático I: Culturas Brasileiras e Diversidades Étnicas	20	0	20	40
Subtotal	250	150	40	440
2° PERÍODO	C.H. TEORIA	C.H. PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
Estatística	50	30	0	80
Contabilidade Básica	40	30	10	80
Administração Pública	40	30	10	80
Movimentação, armazenagem e embalagem	40	30	10	80
Administração da Produção	40	30	10	80
Seminário Temático II: Educação e Direitos Humanos	20	0	20	40
Subtotal	230	150	60	440
3° PERÍODO	C.H. TEORIA	C.H. PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
Gestão de Custos e Legislação	40	30	10	80
Logística e Marketing Internacional	40	30	10	80
Pesquisa Operacional Aplicada à Logística	40	30	10	80
Distribuição e Transporte	40	30	10	80
Logística em E-commerce	40	30	10	80
Seminários Temáticos III: Meio Ambiente e Sustentabilidade	20	0	20	40
Subtotal	220	150	70	440
4° PERÍODO	C.H. TEORIA	C.H. PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
Gestão da Cadeia de Suprimentos	40	30	10	80
Administração	80	0	0	80
(TICs) Tecnologia	40	30	10	80
Gestão da Qualidade	50	30	0	80
Sistemas de Informação em Logística	50	30	0	80
Optativa	40	0	0	40
Subtotal	300	120	20	440
Total das Disciplinas	1000	570	190	1760

DISCIPLINAS OPTATIVAS	C.H.
Logística Reversa	40
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	40
Gestão financeira	40
Plano de Negócios	40
Podendo ter outras disciplinas aprovadas pelo NDE	

Resumo	CH
Carga horária das Disciplinas Teóricas	1000
Carga horária das Práticas relacionadas a disciplinas	570
Atividades Extensionistas	190
Atividades Complementares	140
Carga Horária Total do curso	1900

3.15.1 EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO

EMENTA: Compreender os conceitos básicos da administração e sua evolução, da organização de empresa e dos diversos tipos de organização; Definir o ambiente das empresas e suas características pessoais; Avaliar as áreas funcionais da organização e seus inter-relacionamentos; Conhecer quais as características organizacionais adequadas para confrontar diferentes ambientes de negócios; Entender as funções do processo administrativo e decisório; Identificar a missão e visão da empresa e seus objetivos e metas; Analisar a gestão de informações e a visão sistêmica dentro das organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARNEY, Jay B. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. 3ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. 7ed. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCOUSÉ, Ian. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2013. Biblioteca virtual

MARQUES, Silvio Antônio. **Improbidade administrativa**: ação civil e cooperação jurídica internacional. São Paulo: Saraiva, 2010. Biblioteca virtual

FREITAS FILHO, Fernando Luiz. **Gestão da inovação**: teoria e prática para implantação. São Paulo: Atlas, 2013. Biblioteca virtual

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração estratégica**: foco no planejamento estratégico. Atlas, 2010 Biblioteca virtual

PINTO, Éder Paschoal (org.). **Gestão Empresarial**: Casos e Conceitos de Evolução Organizacional. Saraiva, 2007 Biblioteca virtual

FUNDAMENTOS DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL

EMENTA: Conceitos e fundamentos da administração de materiais e logística. Estoques. Armazenamento e movimentação de materiais. Logística Integrada e Supply Chain Management. Logística de Distribuição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, Ronald. H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2015.

POSO, Hamilton. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2015.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati (org.). **Logística e Gerenciamento na Cadeia de Suprimentos**: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WANKE, Peter F; MAGALHÃES, Andréa. **Logística para micro e pequenas empresas**. Atlas, 2011 Biblioteca virtual

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Biblioteca virtual

NOGUEIRA, Amarildo Souza. **Logística empresarial**: uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012. Biblioteca virtual

CORONADO, Osmar. **Logística integrada**: modelo de gestão. São Paulo: Atlas, 2011 Biblioteca virtual

CASTIGLIONI, José Antonio Mattos. **Logística operacional**: Guia Prático. 3ed. São Paulo: Erica, 2013 Biblioteca virtual

MATEMÁTICA APLICADA

EMENTA: Funções de 1º e 2º grau. Conjuntos e subconjuntos. Exponencial e logaritmos. Introdução à Limites e continuidades. Diferenciação Simples. Derivadas. Aplicações econômicas e administrativas (Custo, Receita, Demanda e Oferta, Taxa de depreciação etc.). Prática em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MUROLO, Afrânio Carlos; BONETTO, G. **Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade**. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, F. C. M.; ABRÃO, M. **Matemática Básica para Decisões Administrativas**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAN, S.T. **Matemática Aplicada à Administração e Economia**. 9ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOLDSTEIN, L. J. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. 12.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. Biblioteca virtual

MÜLLER, Franz August. **Matemática Aplicada à Negócios**. Saraiva, 2009 Biblioteca virtual

ASSAF NETO Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 12ed. São Paulo:Atlas, 2012. Biblioteca virtual

BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. **A matemática das finanças**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2008 Biblioteca virtual

ANTONIK, Luis Roberto. **Matemática financeira: Instrumentos financeiros para tomada de decisão em administração, economia e contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2012. Biblioteca virtual

INTRODUÇÃO A ECONOMIA

EMENTA: Conceitos de economia. Modelos microeconômicos. Mercados e preços. Demanda. Oferta. Teoria da firma. Mercados competitivos. Estruturas de mercado. O problema da incerteza. Eficiências. Papel do Governo. Macroeconomia: fundamentos e problemas. Modelos macroeconômicos. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento e estrutura do PIB. Distribuição espacial do PIB.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Macroeconomia: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PINHO, Diva Benevides e Outros. **Manual da Economia**. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 3-WESSELS, Walter J. **Microeconomia: Teoria e Aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8ed. LTC, 2014 Biblioteca virtual

LACERDA, Antônio Corrêa de; et al. **Economia Brasileira**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Biblioteca virtual

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2011 Biblioteca virtual

ICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia**. 12ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Biblioteca virtual

BARBIERI, Fabio; FEIJÓ, Ricardo L. Chaves. **A metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas**. Paulo: Atlas, 2013. Biblioteca virtual

EMPREENDEDORISMO

EMENTA: Compreender os conceitos de empreendedorismo, intraempreendedorismo, empreendedorismo externo e consultoria; Identificar o papel do empreendedor, consultor e gestor dentro de uma organização; Realizar o diagnóstico de necessidades organizacionais, relacionadas aos recursos humanos; Identificar oportunidades de implantação de novos projetos, por meio da análise das oportunidades de desenvolvimento organizacional pelas pessoas; Gerenciar os recursos empresariais, o marketing, as finanças a produção e as pessoas; Desenvolver plano de negócio, com foco nos resultados e analisando os recursos de implementação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIZOTTO, Carlos Eduardo Negrão. **Plano de Negócios para empreendimentos inovadores**. São Paulo: Atlas, 2008

DORNELAS, José Carlos Assis. **Plano de Negócios: Seu guia definitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5.ed. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LENZI, Fernando César. **A Nova Geração de Empreendedores:** guia para elaboração de um plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009 Biblioteca virtual

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. 4ed. São Paulo: Manole, 2015. Biblioteca virtual

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações:** aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006. Biblioteca virtual

BERNARDI, Luiz Antônio. **Empreendedorismo e Armadilhas Comportamentais:** causalidades, emoções e complexidade. São Paulo: Atlas, 2015 Biblioteca virtual

LEITE, Emanuel. **O Fenômeno do Empreendedorismo.** São Paulo: Saraiva, 2008 Biblioteca virtual

SEMINÁRIO TEMÁTICO I: CULTURAS BRASILEIRAS E DIVERSDADE ÉTNICA

EMENTA: Estudos temáticos que envolvem as questões étnico-raciais, a dimensão ética e dos direitos humanos na sociabilidade capitalista. Cultura. Diversidade. Construção da Nação. Diversidade étnica, religiosa e espaço público. Cultura afro-brasileira e indígena. mestiçagem e racismo. Preconceito e discriminação. Ações afirmativas. Legislação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHICARINO, Tathiana. **Diversidade cultural.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). **Currículo:** questões atuais. Campinas-SP: Papirus, 1997.

PAULA, Claudia Regina de. **Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CÔRREA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e diversidade.** Curitiba: Editora InterSaberes, 2012.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

2º SEMESTRE

ESTATÍSTICA

EMENTA: Séries estatísticas. Preparação de dados para análise estatística. Medidas estatísticas. Separatrizes. Assimetria e curtose. Arredondamento de acordo com a precisão desejada. Gráficos. Probabilidades. Distribuição de probabilidades. Aplicações dos softwares estatísticos com uso do computador. Testes de hipóteses sobre as provas paramétricas e não paramétricas aplicáveis à pesquisa no campo da Administração. Prática em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LARSON, Ron; BETSY, Farber. **Estatística Aplicada**. 4ed. São Paulo: Pearson PrenticeHall Brasil, 2010.

MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2013

OLIVEIRA, João Urbano Coutinho de. **Estatística: Uma nova abordagem**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. 3ed. São Paulo: Atlas. 2010 Biblioteca Virtual2-SHARPE, Norean R., De VEAUX, Richard D.; VELLEMAN, F. **Estatística Aplicada: Administração, Economia e Negócios**. Bookman, 2011 Biblioteca Virtual

MOORE, David S.; NOTZ, William; FLIGNER, Michel A. **A estatística básica e sua prática**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014 Biblioteca Virtual

CLARK, Jeffrey, Downing, Douglas. **Estatística Aplicada**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Biblioteca Virtual

SARTORIS, Alexandre. **Estatística e Introdução à Econometria**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Biblioteca Virtual

CONTABILIDADE BÁSICA

EMENTA: Conceitos básicos contabilidade. Registros e sistemas contábeis. Análise de questões contábeis. Relatórios contábeis. Aplicação dos conhecimentos da ciência e da técnica contábil voltado à estruturação de balanços e do conjunto dos demonstrativos contábeis. Uso da informação contábil pela administração. Estrutura

das demonstrações financeiras. Instrumental básico de análise. Análise e interpretação econômico-financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WARREN, Carl S.; REEVE, et al. **Fundamentos de Contabilidade: Aplicações**. 22 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS; Eliseu; KANITZ, Stephen Charles. **Contabilidade introdutória**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 9ed. São Paulo: Saraiva, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10ed. São Paulo: Atlas, 2013. Bibliotecavirtual

ICECONTI, Paulo. **Contabilidade Básica**. 16ed. São Paulo. Saraiva, 2013 Biblioteca virtual

Quintana, Alexandre Costa. **Contabilidade Básica: com Exercícios Práticos de Acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade do CFC**. Atlas, 2014 Biblioteca virtual

SILVA, César Tibúrcio, RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **Curso de Contabilidade Básica**. V. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 2015 Biblioteca virtual

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de contabilidade introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014 Biblioteca virtual

MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E EMBALAGEM

EMENTA: Noções básicas de almoxarifado. Objetivos de Armazenagem. Procedimentos de recebimento de materiais. Equipamentos para manuseio e movimentação de materiais. Inventário Físico. Sistemas de armazenagem de materiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, Ronald. **Logística Empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física**; tradução Hugo T. Y. Yoshizak. São Paulo: Atlas, 2015

MOURA, Reinaldo Aparecido. **Equipamentos de Movimentação e Armazenagem**. 5.ed. São Paulo: IMAM, 2000.

MOURA, Reinaldo Aparecido; BANZATO, Eduardo. **Aplicações práticas de equipamentos de movimentação e armazenagem de materiais**. São Paulo: IMAM, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JACOBS, F. Robert, CHASE, Richard B. **Administração da Produção e Operações: O Essencial**. Bookman, 2009 Biblioteca virtual

MARTINS, Petrônio G. e ALT, Paulo R. C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3.ed. São Paulo: Saraiva. 2009 Biblioteca virtual

CORRÊA, Henrique L., GIANESI, Irineu N., CAON, Mauro. **Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP - conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle Applications e outros softwares integrados de gestão**. 5ed. Atlas, Biblioteca virtual

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento e controle da produção**. 2ed. São Paulo: Manole, 2015 Biblioteca virtual

PAIVA, Ely Laureano, Jr., José de; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. **Estratégia de produção e de operações: Conceitos, melhores práticas, visão de futuro**. Bookman, 2011 Biblioteca virtual

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

EMENTA: Conceitos de administração de material. Funções e objetivos da administração demateriais. Normalização: classificação e especificação de materiais. Administração patrimonial: funções e objetivos, atividades voltadas a materiais permanentes, móveis, máquinas e equipamentos. Estrutura da administração de materiais e patrimonial; modelos e condicionantes ambientais. A logística de materiais e estoques. A organização eo pessoal de compras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Marco Aurélio. P. **Administração de Materiais: Princípios, conceitos e gestão**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014

GONÇALVES, Paulo Sergio. **Administração de Materiais**. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2014

CORRÊA, Henrique L; CÔRREA, Carlos A. **Administração de Produção e Operações: Manufatura e Serviços, Uma abordagem estratégica**. São Paulo, Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMATO neto, João. **Gestão de sistemas locais de produção e inovação (clusters/APLs): um modelo de referência**. Atlas, 2009. Biblioteca virtual

CORRÊA, Henrique Luiz. **Teoria geral da administração:** abordagem histórica da gestão de produção e operações. Atlas, Biblioteca virtual

MARTINS, Petrônio. **Administração da Produção Fácil.** São Paulo: Saraiva, 2008
Biblioteca virtual

GURGEL, Floriano C. do Amaral. **Administração Do Produto.** 2ed. Atlas, 2008
Biblioteca virtual

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de materiais:** uma abordagem introdutória, 3ed.
Manole, 2015 Biblioteca virtual

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EMENTA: Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Considerações sobre o novo papel do estado e da administração pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea.** 4ed. São Paulo:Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública.** São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin (org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** 7ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração Pública:** foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014. Biblioteca virtual

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais, 4ed. São Paulo: Atlas, 2014 Biblioteca virtual

NASSAR, Elody. **Prescrição na Administração Pública.** 2ed. São Paulo: Saraiva, 2008Biblioteca virtual

SANTOS, Diogo Palau Flores D. **Terceirização De Serviços Pela Administração Pública:** estudo da responsabilidade subsidiária. São Paulo: Saraiva, 2010 Biblioteca virtual

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública:** análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. Atlas, 2013. Biblioteca virtual

SEMINÁRIO TEMÁTICO II – EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Principais elementos que compõem a problemática do tema Direitos Humanos: origem, conceituações, concepções, fundamentos, marcos legais, sistema de proteção e gestão pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHICARINO, TATHIANA. **Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2016.

SAITO, Temi. **Direitos Humanos**. Curitiba: Contentus, 2020.

VIANA, Ana Cristina Aguiar. **Direitos Humanos - Aspectos Históricos, Conceitos e Conjunturais**. Curitiba: Contentus, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BELLO, Enzo (Org). **Ensaio crítico sobre direitos humanos e constitucionalismo**. Caxias do Sul-RS: Educus, 2012.

MELLO, Cleydson de Moraes. **Direitos Humanos da construção histórica aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Processo, 2021.

OLIVEIRA, Mara, AUGUSTIN Sérgio. **Direitos Humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul-RS: Educus, 2013.

RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira (coord.). **Direitos Humanos e democracia em construção: desafios atuais**. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020

3º SEMESTRE

LOGÍSTICA EM E-COMMERCE

EMENTA: Estudo a respeito da Logística no Comércio Eletrônico refletindo a respeito de seus conceitos e a aplicação de práticas, possibilitando ao aluno compreender o comércio eletrônico desde a fase de elaboração até a entrega ao destinatário final da mercadoria adquiridas em ambiente virtual, correlacionando os principais conceitos de logística em todas as fases do processo. Introduzir estudos relacionados as estratégias de logística para a lojas virtuais envolvendo planejamento, logística reversa e priorizações no “*timing*” de atendimentos, permitindo ao egresso o adequado desenvolvimento de atividades logísticas relacionadas ao comércio eletrônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação**. São Paulo: Atlas, 2010

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: criando redes que agregam valor.** São Paulo: Cengage Learning, 2009

FLEURY, Paulo F.; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber F.(org.). **Logística empresarial: a perspectiva brasileira.** São Paulo: Atlas, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARBACHE, Fernando S.; et al. **Gestão de logística, distribuição e trade marketing.** Riode Janeiro: FGV, 2012

SILVA, Leandro L. **Aumente suas vendas com e-Commerce.** Rio de Janeiro: CiênciaModerna, 2009

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade.** São Paulo: Novatec, 2009

CASTRO, Luciano e, NEVES, Marcos Fava. **Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão.** Atlas, 2005

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de vendas.** 8ed. São Paulo: Atlas, 2005

GESTÃO DE CUSTOS E LEGISLAÇÃO

EMENTA: Conceitos centrais do Direito Tributário aplicado nas operações logísticas locais, nacionais e internacionais; conceitos de Direito Privado e Público, nacional e internacional; diretrizes centrais do Direito Comercial, Internacional e Nacional; Relação de consumo entre pessoas físicas e ou jurídicas, privadas, públicas e mistas, em suas três dimensões legais, federal, estadual, municipal; Identificações e nomenclatura ONU; Fatores determinantes da composição dos preços e seus custos; Métodos de precificação; Os tipos de custeio e sua relevância na composição do preço; Um aprofundamento da relação comercial a luz do CDC; Conceito de Posse e Propriedade. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções centrais de Falência e Concordata.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNI, Adriano L. A. **Administração de Custos: Preços e Lucros.** São Paulo: Atlas, 2010. FAZZIO Junior, Waldo. **Manual de Direito Comercial.** São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, H. B. **Curso de Direito Tributário.** 29ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLORA, Valério; OLIVEIRA, Simone E. **Gestão de Custos: Metodologia para a Melhoria da Performance Empresarial.** Curitiba: Juruá, 2010.

DUBOIS, Alex; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz E. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, G.P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo. Atlas. 2010

SOUZA, Marcos de, DIEHL, Alberto. **Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração**. Atlas, 2009

MAUSS, César Volnei, SOUZA, Marcos de. **Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. Atlas, 2008

LOGÍSTICA E MARKETING INTERNACIONAL

EMENTA: O ambiente internacional (aspectos econômicos, financeiros, políticos, normativos e culturais). Características dos mercados na economia globalizada. Estratégias da logística nas operações globais. Implicações dos acordos econômicos na distribuição física internacional. Global Sourcing. Planejamento de operação global. O marketing nos mercados internacionais. Estratégia de acesso ao mercado internacional. Seleção de mercados, entrada e formas de operação. Estratégias de produtos e de comunicação no mercado global. Definição e avaliação do plano logístico internacional. Cadeia logística internacional. International Commercial Terms – INCOTERMS na definição da logística. Modais de transporte internacional – Aquaviário, aéreo e terrestre. Intermodalidade e Multimodalidade. Embalagem para transporte. Movimentação internacional de carga. Seguro no transporte internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KEEDI, S. **Logística de Transporte Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2007

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14ed. Pearson, 2013

PALÁCIOS, T.M.B. **Estratégias de Marketing Internacional**. São Paulo: Atlas, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COBRA, Marcos. **Administração de marketing**. 2ed. Rio São Paulo: Atlas, 2011
Bibliotecavirtual

ROCCO, Luciano, ROCHA, et al. **Decisões de Marketing: Os 4Ps**. São Paulo: Saraiva, 2010. Biblioteca virtual

KOTLER, Philip. **Marketing social: Influenciando Comportamentos para o bem**. 3ed
Porto Alegre: Bookman, 2011. Biblioteca virtual

MINADEO, Roberto. **Gestão de Marketing: Fundamentos e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2008. Biblioteca virtual

NIQUE, Walter. LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de marketing: uma orientação para o mercado brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2013. Biblioteca virtual

PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À LOGÍSTICA

EMENTA: Conceitos básicos. Modelagem matemática de problemas. Programação Linear. Método Simplex. Análise de Sensibilidade. Problemas de Fluxo em Rede: Problemas do Transporte, do Transbordo, de Fluxo Máximo e de Caminho Mínimo. Resolução de Problemas de Roteamento e Programação de Rotas. Localização de Instalações e Facilidades. Dimensionamento de Frotas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACHTERMACHER, G. **Pesquisa operacional na tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2007

HILLIER, F. S; LIEBERMAN, G. J. **Introdução à pesquisa operacional**. São Paulo: McgrawHill, 2006

CORRAR, Luiz J. L; THEOPHILO, C. R. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**. São Paulo: Atlas, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLIN, E. C. **Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia**. São Paulo: LTC, 2007

AUGUSTO, Daniel. **Pesquisa Operacional**. São Paulo: Editora Cengage, 2010

CORRAR, Luiz J. L; THEOPHILO, Carlos Renato. **Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração**. São Paulo: Atlas, 2003

HARA, Celso Minoru. **Logística: armazenagem, distribuição, trade marketing**. 5.ed. São Paulo: Alínea, 2013.

TAVARES, Mauro Calixto. **Gestão estratégica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE

EMENTA: Processo de Distribuição Física. Identificação, recebimento e atendimento a pedidos. Separação e preparação de pedidos. Expedição de Pedidos. Planejamento e Programação do Transporte. Canais de distribuição: conceito, estratégias, tipos e estruturas. Histórico e importância do transporte. Transporte de cargas e de passageiros. Sistemas e modais de transporte: características, vantagens e

desvantagens. Transporte Multimodal e Intermodal. Panorama do transporte de cargas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVAES, A. G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Campus, 2007

BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais, distribuição física**. São Paulo: Atlas, 2010

FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. **Logística e Gerenciamento na Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIRES, S. **Gestão da Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2004

GASNIER, Daniel Georges. **Gestão de Estoques e Suprimentos na Cadeia de Abastecimento**. São Paulo, Iman, 2009

LUNARDI, ANGELO L. **Condições internacionais de compra e venda**. São Paulo: Aduaneiras, 2011

ALVARENGA, A. C. **Logística aplicada: suprimento e distribuição física**. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

LUDOVICO, Nelson. **Logística de transportes internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III: MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

EMENTA: Histórico da Educação Ambiental. Abordagens da Educação Ambiental e elementos para uma educação crítica. As relações homem-sociedade-ambiente. Sustentabilidade e Educação Ambiental. Meio Ambiente e desafios para uma educação no século XXI. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. São Paulo: Gaia. 2004.

GUERRA, J.A.T.; CUNHA, S. B. (Org.) **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PHILIPPI JR, A, PELICIONI, M.C.F. **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. São Paulo: Manole. 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. Campinas: Papirus. 2003.

DIAS, G.F. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia. 2006.

NUNES, E.R.M. **Alfabetização Ecológica: Um caminho para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora do Autor. 2005.

REIGOTTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA. 2004

4º SEMESTRE

GESTÃO DE CADEIA DE SUPRIMENTOS

EMENTA: Definições, tipos; Planejamento da Demanda Logística; Gestão da cadeia de suprimento. Planejamento da Oferta Logística; Projeto da Rede Logística; Gestão de Estoques modais; Transporte; Coordenação da Rede Logística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, R. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2001
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006

GASNIER. Daniel Georges. **Gestão de Estoques e Suprimentos na Cadeia de Abastecimento**. São Paulo, Iman, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOWERSOX, D. J., CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, P. **Logística Reversa: Meio Ambiente e Competitividade**. São Paulo: PrenticeHall. 2003.

VIANA, J. J. **Administração de Materiais: Um Enfoque Prático**. São Paulo: Atlas, 2002.
CORRÊA, Henrique Luiz. **Administração de cadeias de suprimentos e logística: o essencial**. São Paulo: Atlas, 2014.

SIMCHI-LEVI, David, KAMINSKY, Philip, SIMCHI-LEVI, Edith. **Cadeia de Suprimentos Projeto e Gestão**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E RECURSOS PATRIMONIAIS

EMENTA: Conceitos de administração de material. Funções e objetivos da administração de materiais. Normalização: classificação e especificação de materiais. Administração patrimonial: funções e objetivos, atividades voltadas a materiais

permanentes, móveis, máquinas e equipamentos. Estrutura da administração de materiais e patrimonial; modelos e condicionantes ambientais. A logística de materiais e estoques. A organização e o pessoal de compras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Marco A. P. **Administração de Materiais: Princípios Conceitos e Gestão**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Paulo. **Administração de Materiais**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALT, Paulo R. C.; MARTINS, Petrônio G. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LELIS, João Caldeira. **Gestão de Materiais**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. GASNIER. São Paulo, 2010

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de materiais: uma abordagem introdutória**. 3ed. São Paulo: Manole, 2015

CASTRO, Rodrigo Rennó Cunha Magalhães. **Administração de Recursos Materiais para Concursos**. Método, 2014

(TIC'S) TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS

EMENTA: Análise conceitual da função Logística. Estágio atual de desenvolvimento da Logística Empresarial (logística integrada, operadores logísticos, tecnologias de informação/comunicação, cross-docking, transit point, logística reversa etc.). Práticas atuais na gestão da cadeia de suprimentos: as organizações líderes. A infraestrutura logística brasileira. A cadeia de suprimento e suas relações inter e intraorganizacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIRES, S. **Gestão da Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2004

NOVAES, A. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro. Campus, 2001

BALLOU, R. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOWERSOX, D. J., CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001

GOMES, Carlos F. S. e RIBEIRO, Priscilla C. C. **Gestão da Cadeia de Suprimentos: Integrada à Tecnologia da Informação**. São Paulo: Editora Cengage, 2011

LAUDON, KENNETH; LAUDON, JANE. **Sistemas de Informações Gerenciais**. São Paulo: Pearson, 2011

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 16ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2014

GESTÃO DA QUALIDADE

EMENTA: Conceito de qualidade. Histórico. Gurus da administração ligados à qualidade. Gestão da Qualidade Total (GQT). Certificações de qualidade. Principais processos de uma empresa. Ferramentas de otimização de processos. Ferramentas de gestão (ERPs corporativos). Mapeamento de processos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARPINETI, L.C.R. **Gestão da qualidade ISO 9001/2000: princípios e requisitos**. São Paulo: Atlas, 2007

PALADINI, E.P. **Gestão estratégica da qualidade**. São Paulo: Atlas, 2008

VIEIRA FILHO, Geraldo. **Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática**. Campinas: Alínea, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JURAN, J. M. A. **Qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços**. São Paulo: Cengage Learning, 2009

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. **Gestão da Qualidade ISO 9001:2008: Princípios e Requisitos**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006

ROBLES JUNIOR, Antonio; BONELLI, Valério Vitor. **Gestão da qualidade e do meioambiente**. São Paulo: Atlas, 2006

BARRETO, Maria das Graças Pitia. **Controladoria na Gestão: A relevância do custo da qualidade**. São Paulo: Saraiva.

GOBE, Antônio Carlos; et. al. **Gerência de produtos**. São Paulo: Saraiva.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM LOGÍSTICA

EMENTA: Evolução dos SI, Integração dos sistemas logísticos com os sistemas ERP, Sistemas de TMS – Transportation Management System, Integração dos sistemas TMS com rastreamento. WMS – Sistemas de Gerenciamento de Armazenagem(Warehouse Management System). VMI (Vendor Managed Inventory).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUDON, K.; LAUDON, J. **Sistemas de informações gerenciais**. 7ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007

STAIR, R. **Princípios da administração de sistemas de informação**. 6ed. São Paulo: Thomson Learning, 2005

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informações empresariais**. São Paulo: Atlas, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUDY, Jorge Luís Nicolas. **Sistemas de informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

O'BRIEN, James A. **Administração de sistemas de informação** 15ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: AMGH, 2013.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação**. 9ed. São Paulo: Cengage, 2011

TURBAN, Efraim et al. **Tecnologia da informação para a gestão: transformando os negócios na economia digital**. 6ed. Porto Alegre: Bookman,

OPTATIVAS

O aluno deverá escolher como optativa uma das seguintes disciplinas;

LIBRAS

EMENTA: Discussão quanto ao papel da Língua Brasileira de Sinais e o conhecimento a respeito. No que se refere ao sistema de transcrição para libras as configurações da mão e estrutura sintática. Possibilitar a comunicação visual e gestual entre surdos e ouvintes, divulgar a língua, a cultura e a comunidade surda e muda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; SARUTA, Flaviana da Silveira; HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **Intérprete de Libras**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para Surdos: Concepções e Implicações Práticas**. Curitiba: Juruá, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Mariângela Estelita. **ELIS: sistema brasileiro de escrita de línguas de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MOURA, Maria Cecília; CAMPOS, Sandra Regina Leite de, VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena. **Educação para surdos: práticas e perspectiva II**. São Paulo: Santos, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de; CRUZ, Carine Rebello. **Língua de sinais: Instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SÁ, Nídia. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006

LOGÍSTICA REVERSA.

Conceitos e caracterização de Logística Reversa. Fluxo Tradicional versus Fluxo Reverso. O processo de Logística Reversa e o conceito de ciclo de vida. Fatores críticos. Planejamento da distribuição da logística reversa. Fatores ecológicos, tecnológicos, econômicos e logísticos que influenciam na logística reversa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**. 2ed. São Paulo: Makron Books, 2009.

CORREA, Henrique Luiz; Xavier, Lucia Helena. **Sistema De Logística Reversa**. Atlas. 2013

PAOLESCI, Bruno. **Logística industrial integrada do planejamento, produção, custo e qualidade à satisfação do cliente**. São Paulo: Érica, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, A.L.; Bruzi, C. e Braga, H. F. Tadeu. **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CHING, H. Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. São Paulo: ATLAS, 2010.

NOVAES, A G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Campus, 2007. VALLE, Rogerio, SOUZA, Ricardo Gabbay (orgs.). **Logística reversa: processo a processo**. São Paulo: Atlas, 2013.

GURGEL, Floriano C. do Amaral. **Logística industrial**. São Paulo: Atlas, 2008.

3.16 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Por meio das Atividades Complementares previstas no Curso Superior de Tecnologia em Logística, são estabelecidas diretrizes que permite ao estudante iniciar uma trajetória própria e personalizada na vida acadêmica, preservando sua identidade e sua vocação, bem como ampliar seus conhecimentos. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo didático-pedagógico, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas aptidões.

A Instituição, objetivando um curso mais dinâmico, com ênfase especial no estímulo da capacidade criativa e da corresponsabilidade do aluno no processo de sua formação definiu, em regulamento próprio que, para a integralização curricular, o aluno deve cumprir a carga horária de Atividades Complementares previstas na estrutura curricular. As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando e, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico. As Atividades Complementares envolvem temas acordes com as unidades curriculares do curso.

Orientam-se, desta maneira, à estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade, estabelecidas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, a temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos e Educação Ambiental, Sustentabilidade e Acessibilidade. A Instituição oferece, periodicamente, palestras, oficinas, cursos e minicursos ligados às diferentes áreas de conhecimento, permitindo ao aluno complementar o aprendizado e diversificar a construção do conhecimento.

Também são realizados, periodicamente, eventos ligados ao curso e a disciplinas específicas. As atividades complementares estão devidamente normatizadas, através de regulamentação própria.

3.17 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, competências e habilidades em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso, capacidades pessoais. Dessa forma, é abandonada a relação na qual o aluno coloca-se no processo de ensino-aprendizagem em uma posição de expectador, limitando-se apenas a captar o conhecimento transmitido pelo professor. Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos de sua própria aprendizagem, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas para a construção de conhecimentos, competências e habilidades.

O professor passa, então, a desempenhar o papel de mediador e incentivador, garantindo situações que estimulem a participação ativa do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a formação de conhecimentos, competências e habilidades. Assim, os métodos e técnicas de ensino-aprendizagem devem ser cuidadosamente selecionados e planejados pelo corpo docente da Faculdade Padrão de Senador Canedo, observando-se a necessidade de propiciar situações que:

- a) viabilizem posicionamentos críticos;
- b) proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;
- c) definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;
- d) provoquem a necessidade de busca de informação;
- e) enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;
- f) otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista;
- g) dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;
- h) desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento e a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas;

i) tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos, estimulando e facilitando a busca do aprendizado de forma autônoma, assim como o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas ao perfil do egresso. A necessidade de constante atualização decorrente das rápidas transformações que se processam na sociedade e no mercado de trabalho, exige a adoção de um novo paradigma pedagógico, no qual a atenção se desloca do ensino para o processo de aprendizagem. No desenvolvimento do Curso de Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo são utilizadas metodologias ativas e interativas, centradas no aluno e voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, social e emocional.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os objetivos do curso, buscando o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico. Os professores deverão utilizar diversos métodos e técnicas no desenvolvimento de seus componentes curriculares, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um. No caso da técnica de aula expositiva nas suas formas participativa e dialógica, a atuação do professor não se restringe à mera transmissão de conhecimentos, sendo-lhes destinada a tarefa mais importante de desenvolver no aluno o hábito de trazer para debate, questões que ultrapassem os rígidos limites teóricos, levando-os, assim, a repensar o conhecimento.

Também como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem a matriz curricular, pode-se citar a utilização de investigações científicas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Além disso, são desenvolvidas, entre outros métodos e técnicas, as seguintes opções: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica e iniciação científica. Será também estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o

seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais.

Será dedicada atenção especial a garantia da acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal. A acessibilidade metodológica e pedagógica é referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo metodologias de ensino. Será estimulado o uso, entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. Estará garantida a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Os professores promoverão processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, *softwares* ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

A acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Existe, por parte dos gestores da Faculdade Padrão de Senador Canedo, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. No desenvolvimento da política de formação e capacitação do corpo docente será priorizada a temática “acessibilidade pedagógica e atitudinal”.

3.17.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras

Os projetos pedagógicos dos cursos devem viabilizar práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase para o uso cada vez mais intenso das tecnologias da informação. Recursos tecnológicos contemporâneos darão apoio às metodologias de ensino, que devem privilegiar estudos de casos e de problemas. As estratégias de engajamento, motivação, capacitação, acompanhamento, assim como as propostas de novos projetos são salutares para que haja experiências exitosas no que se refere às inovações tecnológicas.

Para além das inovações tecnológicas, o trabalho em equipe e a elaboração periódica de trabalhos acadêmicos devem retirar da sala de aula a exclusividade do processo ensino-aprendizagem. Para isto se faz necessário reconhecer a interação entre os pares, a inserção dos discentes no lócus escolar, a

formação voltada para a pesquisa, com fundamento nas metodologias científicas, como caminho para esta superação.

3.17.2 Recursos Audiovisuais

O Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição. A constante aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais utilizados em sala de aula, irá facilitar o fazer pedagógico. Objetivando que os docentes desenvolvam atividades acadêmicas, utilizando as mais modernas metodologias de ensino, estes têm à sua disposição os recursos de multimídia necessários, podendo utilizá-los nas salas de aulas e demais ambientes, conforme o caso.

3.17.3 Recursos Tecnológicos e Rede de Comunicação

O Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estarão armazenadas todas as informações administrativas e didático-pedagógicas da Instituição. Os dados administrativos estarão disponíveis somente para direção, e os didático-pedagógicos poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna.

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos nos espaços acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo estão conectados à rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

3.18 APOIO AO DISCENTE

Para que se cumpra o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência nas Instituições de Ensino Superior torna-se necessário que estas priorizem programas de assistência estudantil entendidos como um direito do aluno e como política de inclusão social. A Faculdade Padrão de Senador Canedo, dentro dessa perspectiva, tem como princípio de que, independentemente de condição física ou financeira, todo discente deverá ser tratado com igualdade, respeitando-se as

diferenças e possibilitando uma formação superior consistente e compatível com as exigências da sociedade.

A política de atendimento aos discentes oferecerá, através de ações inovadoras, um conjunto de alternativas que proporcionaram condições ao aluno com menor renda de concluírem os seus cursos, tais como: Bolsas, Financiamentos, além de formas específicas de descontos por grupos de alunos de uma mesma instituição. São objetivos da política de atendimentos ao discente da Faculdade Padrão de Senador Canedo:

- Criar programas de acolhimento e permanência do discente, visando condições de acesso e permanência para todos os estudantes dos seus cursos, independente da condição física ou socioeconômica;
- Criar e manter programas de acessibilidade;
- Garantir programas de bolsas para alunos de baixa renda por meio de mecanismos específicos da própria Instituição;
- Divulgação dos mecanismos de nivelamento;
- Garantir, mediante a participação de programas de bolsas governamentais, permanência dos seus ingressantes dos cursos;
- Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados;
- Possibilitar espaços para discussão das atividades acadêmicas e pedagógicas;
- Oferecer apoio psicopedagógico;
- Estimular a formação da organização estudantil fornecendo apoio logístico necessário;
- Criar uma instância que permita o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição;
- Estimular a participação dos discentes em eventos acadêmicos, científicos e culturais.

Além do apoio financeiro para ingresso e permanência, o atendimento aos discentes será fundamental, visto que o processo pedagógico só realiza seus mais elevados objetivos quando contempla as necessidades dos educandos. Nesse sentido, a Faculdade Padrão de Senador Canedo desenvolverá programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares (não

computadas como atividades complementares) e de participação em ligas acadêmicas, associações atléticas acadêmicas.

O apoio extraclasse, no que diz respeito à vida acadêmica e à aprendizagem, também será desenvolvido na modalidade virtual, em conjunto com os professores e coordenadores, devendo, os mesmos, se posicionarem para colaborar com os alunos, esclarecendo suas dúvidas, orientando em relação ao plano curricular, a sequência das disciplinas, maior ou menor grau de dificuldades, de modo que tenham o máximo aproveitamento acadêmico. O apoio extraclasse será disponibilizado aos alunos por meio do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, através de ferramentas que permitirão monitorar a sua vida acadêmica, acompanhar as disciplinas e acessar materiais de apoio disponibilizados pelos respectivos docentes, conteúdos *web*, exercícios *online*, sistema de mensagens, espaço que possibilita a comunicação para troca de informações, como avisos, comunicados e orientações entre alunos, orientadores virtuais, professores e coordenador do curso.

Além disso, os cursos vão dispor do uso do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), cujo objetivo será oferecer aos discentes subsídios para a melhoria do seu desempenho acadêmico, bem como contribuir para a integridade psicológica dos alunos, realizar orientação e serviços de aconselhamento, assegurando a adaptação do aluno na Instituição. O NAP já se encontra em pleno funcionamento, possui regulamentação e funcionalidade consolidada por meio do desenvolvimento de um programa de atendimento aos alunos e funcionários com dificuldades de aprendizagem e de relacionamento. A IES possuirá no Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, espaço físico e profissional disponível para o atendimento dos discentes. O profissional manterá um arquivo contendo os históricos dos atendimentos, bem como o encaminhamento dado para cada questão que lhe é apresentada. Além disso, atividades de ensino que estimularão a permanência do aluno, tais quais:

- Fixação do número limite de disciplinas em reprovação para ser promovido à série seguinte;
- Participação em atividades de monitoria de ensino;
- Realização de estágios supervisionados em organizações/ entidades localizadas em outras cidades /estados mediante convênio específico e de acordo com a legislação vigente, quando houver;

- Participação em projetos de extensão e iniciação científica.

O número de atendimentos do NAP expressará a importância desse núcleo para o acompanhamento e assessoramento dos discentes no processo de aprendizagem, sendo que os alunos poderão ser indicados pelos professores à coordenação do curso, a partir de dificuldades apresentadas no desempenho acadêmico, ou podem buscar o atendimento espontaneamente de forma eletiva. A Faculdade Padrão de Senador Canedo realiza diversas atividades de apoio ao discente em níveis MACRO, como:

- Semana dos calouros;
- Trote Solidário;
- Serviços de acolhimento e atendimentos do NAP;

- **Monitoria:** A Faculdade Padrão de Senador Canedo prevê ainda a possibilidade de atividades de monitoria, desempenhadas por acadêmicos. O acadêmico dos cursos de graduação da Faculdade Padrão de Senador Canedo, tanto na modalidade presencial quanto à distância, que demonstrar interesse na realização de atividades de monitoria passará por uma seleção em edital específico onde poderá atuar como monitor em determinada disciplina.

- **Estágios não obrigatórios remunerados:** A Faculdade Padrão de Senador Canedo, por meio da Supervisão Geral de Estágio, promoverá convênios com instituições especializadas em estágio extracurriculares remunerados, onde essas disponibilizam estágios remunerados em várias áreas do conhecimento. E a Supervisão Geral de Estágio divulgará e encaminhará os discentes interessados;

- Além disso, promoverá eventos, gratuitos e transmitidos *online*, onde são trazidas essas instituições para motivar o aluno a procurar esses tipos de estágios, além de promover capacitações ensinando o aluno a concorrer de forma mais competitiva por esses estágios;

- **Nivelamento:** O nivelamento de conteúdo acontecerá por meio de cursos livres *online*: Português, Matemática, Ciências naturais e Biológicas, Informática etc., tendo como finalidade proporcionar o avanço no conhecimento dos conteúdos programados, de acordo com a ementa das disciplinas. Além dessas estratégias de nivelamento, a instituição também oferecerá aos discentes, quando necessário, cursos de nivelamento nas áreas ligadas às disciplinas do eixo profissional de formação, visto que os estudantes precisarão destes conhecimentos

para acompanhar as aulas dos trimestres subsequentes e para o exercício de suas carreiras.

3.18.1 Formas de Ingresso

O acesso aos cursos da Faculdade dar-se-ão através de Processo Seletivo aberto aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, e o seu principal objetivo é verificar o domínio do conhecimento adquirido nas diversas formas de educação em nível médio. O regramento do Processo Seletivo, constante do Regimento Interno da IES, é orientado pelos preceitos e diretrizes estabelecidos pelo art. 206 da Constituição Federal; Parecer CNE/CP nº 98/99; inciso II do art. 44 e art. 5 da Lei 9.394/96 (LDB); Portaria Normativa do MEC nº 23, alterada pela Portaria nº 742/2018, em seu art. 99 § 2º.

As inscrições são abertas por meio de Edital, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, do qual constarão a denominação, grau e modalidade de cada curso abrangido pelo processo seletivo; ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no DOU; número de vagas autorizadas de cada curso; número de alunos por turma; normas de acesso e prazo de validade do processo seletivo. Os candidatos, aprovados e devidamente matriculados iniciarão o curso em conformidade com o Calendário Acadêmico da IES. O ingresso nos cursos de graduação da Faculdade Padrão de Senador Canedo também estará acessível, nos termos da lei:

- a. Por meio da transferência de outra IES. Nesse sentido, o candidato deverá trazer os conteúdos curriculares ministrados na Instituição de origem para serem analisados pelo coordenador do curso e, em seguida, poder fazer a sua matrícula;
- b. A portadores de diploma de cursos superiores, mediante existência de vagas;
- c. Transferência ex-offício, nos termos da lei;
- d. Processo simplificado considerando a nota obtida pelo candidato nas últimas edições do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio);
- e. Processo seletivo agendado.

O processo seletivo destina-se a avaliar a capacidade de interpretação e o desempenho escolar referente ao ensino médio, para a percepção se o candidato poderá ter um bom aproveitamento dos conteúdos programáticos ministrados através

das disciplinas durante a formação acadêmica no Curso, e classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas, podendo ser efetuado sob a forma de concurso vestibular.

As vagas oferecidas pelo curso são autorizadas pelo Ministério da Educação. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá ser realizado novo processo seletivo, ou as vagas remanescentes poderão ser preenchidas com estudantes transferidos de outro curso afim, ou portadores de diploma de cursos superiores.

3.18.2 Programa de Apoio Financeiro

A Faculdade Padrão de Senador Canedo tem compromisso no apoio aos estudantes levando em conta suas necessidades sociais, de aprendizado e nos mecanismos de inclusão. Reconhecendo, deste modo, seu papel de instituição formadora que tem como pressuposto o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, plural e ética. Desse modo, a Instituição oferecerá um conjunto de alternativas que proporcionarão condições ao aluno de concluírem os seus cursos, tais como: bolsa atleta, bolsa convênio, bolsa desconto parentesco, bolsa incentivo à pesquisa ou bolsa talento, bolsa incentivo à extensão, bolsa estágio e ou trabalho administrativo, bolsa OVG, bolsa portador de diploma, bolsa convênio instituições, pontualidades, dentre outras.

3.18.3 Estímulos à Permanência

Destacam-se também ações pedagógicas em atenção ao atendimento e estímulo à permanência dos acadêmicos. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico prestará apoio educacional e social ao aluno da Faculdade Padrão de Senador Canedo, possibilitando enfrentamento tanto de questões sociais quanto de questões relacionadas a dificuldades de aprendizagem e relacionamento. Além disso, a Faculdade Padrão de Senador Canedo prevê política de bolsas que também viabilizam a permanência de alunos.

3.18.4 Ações de Nivelamento

Para o aluno ingressante, quando necessário, a Faculdade Padrão de Senador Canedo oferecerá cursos de nivelamento de forma a propiciar condições intelectuais para que o aluno que apresente deficiências de conteúdo programático tenha possibilidades de acompanhamento das aulas, em nível de igualdade com os

demais colegas. O nivelamento de conteúdo acontecerá por meio de cursos livres *online*: Português, Matemática, Ciências naturais e Biológicas, Informática etc., tendo como finalidade proporcionar o avanço no conhecimento dos conteúdos programados, de acordo com a ementa das disciplinas.

Além dessas estratégias de nivelamento, a instituição também oferecerá aos discentes, quando necessário, cursos de nivelamento nas áreas ligadas às disciplinas do eixo profissional de formação, visto que os estudantes precisarão destes conhecimentos para acompanhar as aulas dos trimestres subsequentes e para o exercício de suas carreiras.

3.18.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)

A Faculdade Padrão de Senador Canedo institucionalizou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico com o objetivo de oferecer aos discentes, subsídios para a melhoria do seu desempenho acadêmico, bem como contribuir para a integridade psicológica dos alunos, realizará orientação e serviços de aconselhamento, assegurará a adaptação do aluno na Instituição. O Núcleo desenvolverá um programa de atendimento a alunos e funcionários com dificuldades de aprendizagem e de relacionamento.

O número de atendimento expressará a importância desse núcleo para o acompanhamento e assessoramento dos discentes no processo de aprendizagem. Além disso, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade Padrão de Senador Canedo contará com psicopedagogo, psicólogo, pedagogo, profissionais habilitados ao cuidado de pacientes com deficiência e de assistente social. A inserção do profissional do Serviço Social possibilita atendimentos psicossociais que expõe o caráter inovador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico. O NAP consiste em uma ação multidisciplinar, voltada para o apoio docente e discente tanto para cursos da modalidade presencial quanto de ensino à distância. Ele proporcionará ao discente:

- Ações de acolhimento e permanência;
- Acessibilidade metodológica e instrumental;
- Monitoria;
- Nivelamento;
- Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados;

- Apoio psicopedagógico e participação em centros acadêmicos;
- Subsídios, informações e assessoramento para que possa refletir, entre outras questões, acerca da sua condição acadêmica e emocional no processo de ensino e aprendizagem, visando uma formação integral, cognitiva e de inserção profissional e social.

O NAP tem como finalidade realizar intervenções breves de cunho psicopedagógico e social para o corpo discente, docente e técnico-administrativo da instituição. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir encaminhamento para locais que disponibilizam atendimento a essas demandas e/ou, nos casos mais graves, deverá oferecer acompanhamento. Os atendimentos psicológicos do NAP, só poderão ser realizados por uma profissional com formação em Psicologia e/ou Psicopedagogia. Os atendimentos psicossociais do NAP, só poderão ser realizados por uma profissional com formação em Serviço Social.

3.18.6 Programa de Monitoria

A Faculdade Padrão de Senador Canedo se propõe a oferecer programa de monitoria no qual participarão estudantes selecionados por meio de editais com o intuito de avaliar o potencial dos estudantes que melhor respondam às atividades dos projetos pedagógicos dos cursos. Para participar do programa, é preciso que os alunos demonstrem um rendimento escolar plenamente satisfatório na disciplina disponível para monitoria e que tenham aptidão para atividades auxiliares de ensino e iniciação à pesquisa. A monitoria não implica vínculo empregatício entre o discente e a Instituição. Será exercida sob a orientação de um professor ao qual não será permitido deixar a cargo do monitor as aulas teóricas ou práticas correspondentes a carga horária da disciplina. São objetivos do Programa de Monitoria:

- Possibilitar aos alunos a revisão de conteúdos visando esclarecer dúvidas;
- Auxiliar o professor na elaboração de material pedagógico;
- Possibilitar o ingresso dos alunos em projetos de iniciação científica;
- Proporcionar a mediação entre professores e alunos com defasagem de aprendizagem.

Maiores informações podem ser verificadas no Regulamento de Monitoria.

3.18.7 Apoio a Organização Estudantil

As ações desse programa são orientadas para promover o apoio necessário às iniciativas de caráter estudantil, voltadas prioritariamente para eventos promovidos pelos estudantes. Este projeto viabilizará a participação de alunos em encontros de caráter local e regional. Também registrará e certificará os eventos culturais promovidos por instâncias da organização estudantil realizados em parceria com a Instituição, por meio da Coordenação de Extensão.

3.18.8 Apoio à Participação de Discentes em Eventos

Está regulamentado o programa de participação discente em eventos técnico-científicos, pelas disposições que regem a qualificação da sua formação profissional sendo que as concessões são limitadas à disponibilidade de recursos. Entende-se por eventos técnico-científicos (congressos, seminários e similares), em âmbito nacional e internacional, aqueles de natureza orais ou visuais de pesquisa, tecnológicos, culturais e artísticos, cuja participação deverá ser recomendada pelo Colegiado de curso. O auxílio, objetiva apoiar a participação de alunos regularmente matriculados em cursos de graduação.

3.18.9 Participação em eventos técnico-científicos

Os discentes, regularmente matriculados em cursos de graduação e vinculados ao Programa de Iniciação Científica — PIC, poderão solicitar auxílio para participação em congressos, seminários ou similares, promovidos no país ou no exterior, concedidos exclusivamente para a apresentação de trabalhos. Eles poderão receber auxílio para participação em eventos, uma única vez ao ano, desde que os mesmos ocorram fora do município-sede do curso que frequentam.

3.18.10 Programa de Acompanhamento dos Egressos

O acompanhamento dos egressos é fundamental para conhecimento do perfil profissional dos graduados, tendo o propósito de buscar subsídios para melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária, fortalecendo as atividades institucionais e a constante busca de melhor qualidade de vida da sociedade. O egresso poderá trazer contribuições valiosas para a instituição, possibilitando uma visão de aspectos relevantes de procedimentos de avaliação e de processos educativos, evidenciando as demandas da sociedade pela sua percepção.

Para isso, são realizados, periodicamente, encontros dos seus egressos de todos os cursos.

Vale mencionar ainda, que o Programa de Acompanhamento ao Egresso, é voltado com exclusividade a alunos e ex-alunos, com o objetivo de mantê-los em contato com a instituição e com o mercado de trabalho. Os participantes do programa possuirão acesso às informações sobre a profissão, educação continuada e aos acontecimentos do meio acadêmico, e poderão, por meio de uma rede de contatos, manterem-se próximos a coordenadores, professores, colegas de turma e funcionários da Instituição.

Há ainda, o atendimento a pessoas com deficiência, com questões relativas ao acesso e permanência delas, onde se define dentre os seus documentos, ações específicas que alcançaram os objetivos de acessibilidade e inclusão, dos quais mencionamos:

- Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão;
- Aquisição de equipamentos e tecnologias assistidas adequados ao atendimento das pessoas com necessidades especiais;
- Acompanhamento e atendimento de alunos, docentes, tutores e colaboradores com deficiências;
- Disponibilizar Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais nos cursos de graduação, pós-graduação e demais atividades internas;
- Disponibilizar tutoria para alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- Incentivar e divulgar eventos e projetos sobre acessibilidade e inclusão;
- Apoiar projetos de Extensão e de Pesquisa que promovam Acessibilidade;
- Manter meios de comunicação e informação em LIBRAS (por meio de *software*);
- Introduzir a disciplina optativa – LIBRAS, nas matrizes curriculares;
- Capacitar constantemente seus docentes, tutores e colaboradores, visando o atendimento às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Por fim, mencionamos a garantia ao corpo discente a representação nos Órgãos Colegiados Acadêmicos da Faculdade Padrão de Senador Canedo com

direito a voz e voto. Caberá aos Diretórios Acadêmicos indicarem seus representantes e respectivos suplentes junto aos Órgãos Colegiados Acadêmicos da Faculdade Padrão de Senador Canedo. Os representantes estudantis, nos Órgãos Colegiados Acadêmicos, terão mandato de até dois anos, permitida a recondução em alguns casos.

A acessibilidade pedagógica (ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, relacionadas diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas) e demais acessibilidades, também são garantidas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, com o apoio institucional.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo, com a finalidade de acompanhar o acesso e a trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes, favorecendo sua permanência e considerando a importância em promover a integração e assimilação da cultura e da vida acadêmica aos alunos ingressantes, assim como a necessidade de integrá-los com o ambiente acadêmico apresentando o funcionamento da instituição, criou o Programa de Acolhimento ao Ingressante.

3.19 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Faculdade Padrão de Senador Canedo projeta para o curso, procedimentos de acompanhamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem em harmonia com as suas bases filosóficas e princípios metodológicos, garantindo, desta forma, uma coerência epistemológica com a Missão e os Objetivos Institucionais, assim como com as propostas pedagógicas do curso. A avaliação será contínua, processual, contextualizada com a realidade profissional do futuro egresso e objetivará a melhoria do acompanhamento do aluno, considerando-se as individualidades, além de possibilitar que o aluno possa acompanhar o seu desempenho a cada avaliação.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem à concepção do curso definida no PPI, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma gradativa e efetiva. A avaliação do desempenho será feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o

aproveitamento. O aproveitamento será avaliado mediante verificações conforme normas regimentais, a saber:

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 50. A aprendizagem é avaliada continuamente, mediante verificações durante o período letivo, expressando-se o resultado final em notas de zero a dez, nos termos das normas expedidas pelo CONSUP.

§ 1º O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, mediante justificativa e no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina ou unidade curricular, de acordo com o calendário escolar, sujeitando-se ao pagamento das taxas respectivas.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

§ 3º Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado, com o pagamento da taxa respectiva.

§ 4º O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, sucessivamente, à Coordenadoria de Curso, ao Colegiado do Curso e, em instância final, ao CONSUP.

Art. 51. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovadas pela Coordenadoria de Curso.

Parágrafo único. O professor, a seu critério e com a aprovação da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pela Diretoria.

Art. 52. A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina ou unidade curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre ou módulo letivo.

§ 1º Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, obedecido o projeto pedagógico do curso, devendo o Diretor fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

§ 2º É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Art. 53. Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado quando obtiver resultado não inferior a seis, correspondente à somatória das avaliações parciais realizadas durante o período letivo, incluindo o exame final, obrigatório.

Parágrafo único. As médias são expressas em números inteiros.

Art. 54. É considerado reprovado o aluno que:

- I - não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina ou unidade curricular;
- II - não obtiver, na disciplina ou unidade curricular, resultado final igual ou superior a seis.

Art. 55. O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina ou unidade curricular, no período letivo seguinte ou em período letivo especial, aprovado pela Diretoria.

Art. 56. É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas ou unidades curriculares do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência, na forma regulamentada pelo CONSUP.

Art. 57. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina ou unidade curricular, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 58. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

3.20 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Em atendimento ao inciso VIII do artigo 3º da Lei do SINAES, a explicitação do projeto de autoavaliação do curso consolida um sistema de avaliação regular, que permite o aproveitamento dos seus resultados para o aperfeiçoamento do curso. A autoavaliação é entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o curso, viabilizando o conhecimento das fragilidades e deficiências que porventura possam existir, e a possibilidade de adotar as providências necessárias para saná-las. Dentro desse princípio, a autoavaliação abarcará todos os agentes envolvidos nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação profissional, sendo elemento central da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

3.20.1 Autoavaliação do Curso

A autoavaliação do curso terá como objetivo geral rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico de Curso, promovendo a permanente melhoria das atividades relacionadas ao ensino, à iniciação científica e à extensão. A avaliação a ser empreendida será focada, sobretudo, em 04 (quatro) itens: a garantia da infraestrutura necessária para o desempenho das atividades, a aplicabilidade e eficiência do Projeto Pedagógico de Curso, a adequação dos materiais didáticos elaborados e a atuação dos docentes.

As questões relativas ao conjunto dos componentes curriculares do curso (e dos demais processos pedagógicos que compõem as atividades acadêmicas) são analisadas tendo-se em conta a percepção do aluno e do professor sobre o seu lugar no processo de ensino-aprendizagem. Na autoavaliação será importante considerar como os alunos e professores percebem o curso como um todo e, também, a sua inserção nesse processo.

Assim, a autoavaliação do curso levará em conta a multidimensionalidade do processo educacional que supera o limite da teoria, promovendo o diagnóstico constante para avaliação da efetividade do Projeto Pedagógico de Curso e

compreensão do processo de construção/apropriação do conhecimento/ desenvolvimento de competências dos alunos através das suas produções, vivências e ações na sua trajetória de formação profissional. A autoavaliação será realizada no curso:

a) por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre o desempenho destes;

b) em seminários sobre o processo de ensino-aprendizagem e materiais didáticos, realizados no início dos períodos, com a participação de alunos e de professores, para a discussão de formas e critérios;

c) por meio de pesquisas para levantamento do perfil do aluno, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao curso e à profissão;

d) por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre a infraestrutura disponível sobre o curso.

A autoavaliação será contínua e sistemática de forma a contribuir para o fortalecimento do curso e seu constante aperfeiçoamento. Serão considerados relevantes os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, do ENADE, do CPC, do Projeto Autoavaliação da Faculdade Padrão de Senador Canedo e das atividades de iniciação científica e extensão.

Os resultados da avaliação externa, quando estiverem disponíveis, serão incorporados aos resultados da autoavaliação do curso em tela, com o objetivo de melhor avaliar os pontos fortes e fracos do curso. Todo o processo de autoavaliação do projeto do curso será monitorado pelo Colegiado de Curso e implantado de acordo com as seguintes diretrizes:

a) a autoavaliação deve estar em sintonia com Projeto de Autoavaliação da Faculdade Padrão de Senador Canedo;

b) a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular;

c) o processo de autoavaliação deve envolver a participação dos professores e dos alunos do curso;

d) cabe ao Coordenador de Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com apoio do Núcleo Docente Estruturante do curso, com a produção de relatórios conclusivos.

A análise dos relatórios conclusivos de autoavaliação será realizada pelo Coordenador de Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, e encaminhada para o Colegiado de Curso para fins de adoção das medidas indicadas. Os resultados das análises do processo serão levados ao conhecimento dos alunos e professores envolvidos, por meio de comunicação oral ou escrita.

Soma-se a autoavaliação do curso, a avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, conforme orientações do Ministério da Educação. A autoavaliação do curso se articulará com a avaliação institucional, uma vez que ambas visam à consecução de objetivos comuns, relacionados à qualidade do curso e do crescimento institucional com vistas a ajustes e correções imediatas, viabilizando a implementação de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo ensino-aprendizagem.

Em atendimento ao disposto no artigo 11, da Lei nº 10.861/2004, a Faculdade Padrão de Senador Canedo constituirá a CPA, responsável por desenvolver e executar as atividades de autoavaliação institucional no âmbito da IES. A CPA será, portanto, o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da autoavaliação da IES. Ela possui autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes na Instituição.

Na sua composição, a CPA contará com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e, também, da sociedade civil organizada. Nos termos do inciso I, §2º do artigo 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, é vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.

A composição da CPA será paritária, ou seja, será constituída pelo mesmo número de representantes de cada segmento que a compõe: representação do corpo docente; representação do corpo discente; representação do corpo técnico-administrativo e representação da sociedade civil organizada.

As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização da CPA serão objeto de regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior.

Os representantes serão escolhidos entre pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, no

processo de escolha dos seus membros, são consultados os agentes participantes do processo.

3.21 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Considerando as demandas por novas tecnologias que permeiam constantemente o universo acadêmico, a Instituição tem grande compromisso na manutenção e melhoria constante de seu acervo tecnológico, equipamentos e outros que dão o suporte ao processo de ensino-aprendizagem. A relação de TICs empregadas no Curso é bastante ampla, no entanto, merecem destaque:

- Suporte multimídia nas salas de aula e demais ambientes da Instituição;
- Uso de ambientes virtuais e mídias digitais para o desenvolvimento de atividades acadêmicas;
- Emprego de redes sociais e similares para estimular a participação do aluno em atividades acadêmicas;
- Realização de atividades simuladas em laboratório e computadores; entre outros.

Assim, há de se destacar o fato de que em todas as salas de aula existem computadores com acesso à internet, televisor e /ou projetor multimídia. Professores e alunos têm acesso aos laboratórios de informática que comportam computadores com configurações atualizadas e diversos *softwares* que auxiliam na execução do projeto pedagógico. O planejamento dos laboratórios obedece às exigências didático-científicas do projeto pedagógico do curso, quanto à área física, às instalações específicas, aos equipamentos e aparelhos indicados pelos professores responsáveis pelas práticas, projetos de iniciação científica e também programas de extensão.

Todo espaço físico da instituição possui rede WiFi para ser utilizada pela comunidade acadêmica. Os equipamentos são adequados ao Projeto do Curso em quantidade que mantém a relação equipamento/aluno compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Possuem acessórios necessários às atividades previstas e materiais de consumo compatível, em quantidade suficiente. Há também o Portal Acadêmico que prevê área privativa para alunos e professores, onde podem ser trocados materiais de auxílio à construção do conhecimento.

O sistema de gestão acadêmica da IES integra os diversos setores e disponibiliza no ambiente exclusivo dos discentes, do Portal Acadêmico, tudo sobre

sua vida acadêmica, tais como: notas, frequência, situação de atividades complementares, histórico financeiro, etc., além de serviços importantes como matrícula *online*, negociação financeira eletrônica, emissão de boletos bancários, reserva e renovação de empréstimos de livros da biblioteca, consulta do acervo da biblioteca, solicitação de documentação da Secretaria Acadêmica, etc.).

Em atenção aos portadores de necessidades especiais, além da IES possuir sinalização em Braille e nos computadores há instalado o *software* específico (DOS VOX - possibilita que pessoas cegas ou com baixa visão, com um baixo nível de escolaridade, se tornem capazes de utilizar o computador, trazendo assim muitos benefícios às suas vidas), teclados em Braille e fones de ouvido. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) implantadas no processo de ensino- aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo incorporará, de maneira crescente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Para tanto, será destinado percentual de sua receita anual para a aquisição de microcomputadores e *softwares* utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos. As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem incluirão, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. Será estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem. Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela Faculdade Padrão de Senador Canedo são utilizados (as):

➤ Internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os alunos utilizarão as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google Acadêmico, Yahoo, Bases de Dados *online*, demais banco de dados etc.) para elaborar e

apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

➤ Pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados. Esses pacotes de ferramentas são utilizados pelos docentes, na Faculdade Padrão de Senador Canedo, para preparar aulas e elaborar provas; e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, numa extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser utilizados tanto para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides etc.;

➤ Jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para investigações científicas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

➤ Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo incentivará, também, a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino–aprendizagem para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito dos cursos.

A estrutura de Tecnologia da Informação da Faculdade Padrão de Senador Canedo é composta por seu laboratório de informática, contendo computadores avançados e acesso à internet.

3.22 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O funcionamento dos cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo demandará, ao longo do tempo de vigência projetado para o PDI (2020-2024), a aquisição de equipamentos de informática. A instalação dos Laboratórios de Informática também demandará a aquisição de alguns conjuntos de máquinas. O laboratório instalado conta com 20 (vinte) microcomputadores de configuração avançada, interligados em rede e com conexão de internet em alta velocidade. Para os laboratórios a serem instalados nos anos seguintes, são adquiridos, a cada ano,

novos lotes de microcomputadores, scanners e impressoras. Os microcomputadores estarão ligados em rede, apoiados por um computador servidor instalado no próprio laboratório de Informática.

3.22.1 Infraestrutura de Informática

3.22.1.1 Laboratórios de Informática

O objetivo é propiciar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES e às necessidades da comunidade acadêmica da Faculdade Padrão de Senador Canedo. A instituição disponibiliza para utilização acadêmica um laboratório com 30 computadores e todos possuem acesso à internet. O funcionamento dos Laboratórios de Informática se dará de acordo com os dias letivos disponibilizados no calendário acadêmico, nos seguintes horários:

- Segunda à quinta-feira: 8h às 22h;
- Sexta-feira: 8h às 18h.

3.22.1.2 Biblioteca

Também contamos com 05 notebooks na biblioteca, todos com acesso à internet, para que os alunos possam estudar e pesquisar, além de localizar os livros mais rapidamente por meio do nosso site que está interligado ao Sistema da Faculdade, agilizando assim o atendimento na Biblioteca.

3.22.1.3 Rede Wi-fi

Acompanhando a tendência tecnológica e a fim de ampliarmos as opções de estudos para os alunos, a Faculdade Padrão de Senador Canedo também está oferecendo uma cobertura Wi-fi em toda a IES com aparelhos de ponta. A instituição apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com plenas condições no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, com acesso à internet em banda larga, em quantidade e proporção que permite aos usuários a facilidade de uso, considerado as vagas ofertadas no primeiro ano de funcionamento da Instituição.

Os laboratórios e demais meios implantados de acesso à informática possuem boa quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico. A Faculdade Padrão De Senador Canedo possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estarão armazenadas todas as informações administrativas e didático-pedagógicas da instituição.

Os dados administrativos estarão disponíveis somente para direção e os didático-pedagógicos e poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna. Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos espaços existentes na Instituição, estão conectados à rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

4. CORPO DOCENTE

4.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Por acreditar na importância do Núcleo Docente Estruturante - NDE, este grupo de docentes possui atribuições acadêmicas de acompanhamento, do processo de concepção, consolidação e atualização contínua do PPC. Na seleção dos professores participantes, procurou-se docentes com liderança acadêmica, conhecimento na área do curso, atuação no ensino, pesquisa e extensão, bem como conhecimento de regulação educacional. O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui-se de um grupo de docentes, com caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) visando à contínua promoção de sua qualidade.

São algumas atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- Acompanhar a consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Garantir o atendimento às necessidades pedagógicas e formativas pelas atividades previstas no PPC, bem como definição de cargas horárias, composição e bibliografias;
- Indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação.

O Núcleo Docente Estruturante - NDE conta com, além do coordenador de curso, no mínimo, mais 4 (quatro) docentes, atendendo integralmente a legislação vigente no tocante a composição, formação, regime de contratação e garantia de renovação parcial de seus membros. Estão previstos os seguintes docentes:

QUADRO – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

NOME DO PROFESSOR	ÁREA DA GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
CARLA MEIRY DE SOUZA	ADMINISTRAÇÃO	ESPECIALISTA	INTEGRAL
GABRIELA RODRIGUES DE SOUSA	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL
LARA MISZTELA DOS SANTOS	DIREITO	MESTRE	INTEGRAL
JOSÉ AURICICERO	ADMINISTRAÇÃO/CÊNCIAS CONTÁBEIS	MESTRE	PARCIAL
NAYANE SOARES DE LIMA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL

(*) Coordenadora do Curso.

4.3. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenadora do Curso, professora Especialista Carla Meiry de Souza se dedicará, integralmente, ao cumprimento efetivo das atividades planejadas no projeto pedagógico do curso. Será a responsável pela condução do Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso na construção do projeto pedagógico do curso e pelo cumprimento de todo o previsto no PPC, respeitando as exigências regulatórias do Ministério da Educação - MEC, as normas institucionais e as demais legislações que regem o ensino superior.

Professora Carla Meiry possui qualidades essenciais para o pleno desenvolvimento do curso, como dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; participação ativa em reuniões de órgãos colegiados superiores; estímulos a participação de discentes e docentes em atividades de ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão. O regime de trabalho na presente Instituição é de tempo integral de dedicação à gestão do curso. O tempo de exercício na Instituição e na função de Coordenadora do Curso é de oito meses.

É quem coordena os trabalhos dos professores e cuida para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva a contento tanto para os alunos quanto para a instituição. O regime de contratação do coordenador será de tempo integral de dedicação à gestão do curso, com atribuições diversas, tais como: atendimento aos alunos e professores; relação com os docentes e discentes, inserção do curso justificando sua relevância e contextualização; constante atualização e comprometimento com o PPC; busca por parcerias etc.

No esforço de alinhar o desempenho da Coordenação de Curso aos referências determinados pelo INEP/MEC, quanto a sua participação nos colegiados acadêmicos, no comando dos colegiados de curso, na titulação e na experiência do coordenador, no seu regime de trabalho, na experiência não acadêmica e administrativa, enfim, na condução, com qualidade, do projeto do curso, a Faculdade Padrão de Senador Canedo entende que competência, o coordenador, deverá estabelecer os diferenciais de qualidade do curso, em articulação com os dirigentes, professores, alunos e funcionários, tendo como referência a missão, os objetivos, a vocação e os princípios do projeto pedagógico do curso, singular em suas

características. Para tal desenvolvimento são requisitos para exercer a função de Coordenador de Curso:

a) Possuir, preferencialmente, a titulação de Mestre ou Doutor, na área do curso, pois o Coordenador deve ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso;

b) Ser contratado, preferencialmente, em regime mensalista de quarenta horas semanais de atividades. Isto permitirá uma dedicação maior ao desenvolvimento do Curso, principalmente se o Curso funcionar em mais de um turno de forma a “permitir o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua” (INEP);

c) Ministras aulas para os alunos do Curso que dirige, em pelo menos duas turmas, para maior vinculação. Uma disciplina deverá ser obrigatoriamente no primeiro período do curso, a fim de estreitar contato acadêmico permanente com os alunos do seu curso;

d) Possuir perfil inovador, proativo e gerencial, de forma a manter o PPC e o perfil do egresso alinhado com as demandas de mercado e o PPC, bem como o quadro de professores totalmente alinhados às diretrizes elaboradas e aprovadas pelo colegiado, uma vez que a Coordenação de Curso é um agente facilitador de mudanças no curso, no comportamento dos docentes e dos colaboradores.

As atividades da coordenação envolvem funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de promover análises e planos de ação de melhoria contínua perante as avaliações de curso, em todas suas esferas, sejam elas internas ou externas.

Os planos de melhoria referente às avaliações oriundas da CPA, como do Exame Nacional de Curso, são atividades inerentes ao coordenador de curso, que deverá elaborá-las junto ao NDE e respectivo Colegiado de Curso, de forma a representar o espírito de coesão e esforço mútuo para a obtenção das melhorias e correções como ato contínuo e sistemático à cultura gerencial do curso.

4.3.1 PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO

O Plano de Ação da Coordenação do Curso predomina-se em um trabalho na qual a participação e integração do aluno e professor, aliada a uma dinâmica ativa e coerente constitui-se num resultado cujas linhas norteadoras corroborarão para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da instituição. Como parceiro no processo de ensino e de aprendizagem e nas relações Projeto Pedagógico do Curso, o trabalho do Coordenador é um dos elementos fundamentais na educação.

Então, como articulador no desenvolvimento do ensino, torna-se imprescindível a elaboração de um planejamento claro e objetivo que vise atender as necessidades educacionais da nossa instituição e região. Desta forma, segue abaixo um cronograma de ações inerentes a maior eficiência na execução de suas respectivas funções:

1. **Ações permanentes e diárias:** Acompanhamento pelo Sistema acadêmico o dia a dia de seus professores (frequência e notas dos discentes, assiduidade docente, lançamento de conteúdos, dentre outras afins). Acompanhar e incentivar a construção de projetos de extensão e pesquisa se relacionar com os mais diversos setores, buscando uma maior interação além de obter informações para suas decisões e construções didáticas diárias. Se atualizar, seja por produção de pesquisa, participação de eventos, leituras de revistas intrínsecas a sua função ou área de formação;

2. **Ações permanentes mensais:** Acompanhar a elaboração de todo material de seus docentes, sejam construtivos ou avaliativos. Envio de e-mail para seus docentes com finalidade de esclarecimento, reforço de informações essenciais ou mesmo para divulgação de informações internas ou externas a instituição;

3. **Ações permanentes semestrais:** Encontros/reuniões com os diversos setores Institucionais (financeiro, secretaria, Rh, projeto social, coordenações, entidades públicas e sociais, direções e outros). Incentivar e cobrar projetos de extensão, iniciação científica, sociais, culturais, esportivos, ambientais, dentre outros. Acompanha e cobrar a atualização de todas as atas inerentes aos colegiados (CPA, NDE etc.) do seu respectivo curso.

4.4 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é previsto no Regimento que dispõe sobre sua constituição e atribuições, conferindo-lhe plena representatividade e importância junto à comunidade acadêmica. Levando-se em consideração as características do colegiado de curso, em aspectos composicional e funcional, cabe esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre todas as implicações pedagógicas do curso.

Trata-se de um campo, onde são concebidas e indicadas, ações didático-pedagógicas que se transformam em base para a efetivação delas. É esclarecedor também registrar que esse espaço também reflete as diretrizes preconizadas pelo projeto pedagógico do curso, bem como as diretrizes institucionais defendidas pela IES, formalizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O colegiado do curso, bem como dos demais cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, encontra-se previsto no Regimento Interno, o qual garante sua institucionalização, com representatividade dos segmentos docente, discente e administrativo bem como suas premissas básicas de planejamento, periodicidade das reuniões e registro de suas decisões.

O Regimento legitima ainda o regulamento do colegiado no qual estão definidas suas atribuições e deveres deste órgão seus fluxos processuais, decisórios, formas de registros, formas de acompanhamento e execução de seus processos e decisões, bem como a realização de avaliação de seu desempenho, visando a busca contínua pela qualidade e implementação de boas práticas de gestão.

4.4.1. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

A coordenação didática de cada curso está sob a responsabilidade de um Colegiado de Curso, constituído pelo Coordenador de Curso, seu Presidente; por todos dos professores que ministram disciplinas do currículo do curso e por 01 (um) representante do corpo discente, indicado por seus pares. De acordo com o Regimento, são atribuições dos Colegiados de Curso:

I – Fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

II – Analisar e aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, conforme sugestão do Núcleo Docente Estruturante – NDE;

III – Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;

IV – Promover a avaliação do curso em cooperação com a Comissão Própria de Avaliação;

V – Propor e dar parecer sobre projetos de iniciação científica e extensão;

VI – Colaborar com os demais órgãos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, no âmbito de sua atuação;

VII – Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

O Colegiado de Curso define o Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação, submetido à aprovação do Diretor, *ad referendum* do Conselho Superior. O NDE é órgão consultivo de cada curso responsável pela concepção, acompanhamento e revisão de seu Projeto Pedagógico, regido por regulamento próprio. De acordo com o Regimento da Faculdade Padrão de Senador Canedo, o funcionamento dos órgãos deliberativos obedece às seguintes normas:

I – As reuniões realizam-se no início e no final de cada semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do respectivo órgão;

II – As reuniões realizam-se com a presença de metade mais um dos membros do respectivo órgão;

III – As reuniões de caráter solene são públicas e realizam-se com qualquer número;

IV – Nas votações, são observadas as seguintes regras:

a) as decisões são tomadas por maioria dos presentes;

b) as votações são feitas por aclamação ou por voto secreto, segundo decisão do Presidente;

c) as decisões que envolvem direitos pessoais são tomadas mediante voto secreto;

d) o Presidente dos órgãos participa da votação e no caso de empate, tem o voto de qualidade;

e) nenhum membro do órgão pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular.

V – Da reunião do respectivo órgão é lavrada ata, que é lida e aprovada ao final da própria reunião ou no início da reunião subsequente;

VI – Os membros do respectivo órgão, quando ausentes ou impedidos de comparecer às reuniões, são representados por seus substitutos;

VII – as reuniões que não se realizarem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação, a pauta dos assuntos.

É obrigatório e preferencial a qualquer outra atividade na Faculdade Padrão de Senador Canedo, comparecimento dos membros dos órgãos deliberativos às reuniões de que façam parte.

4.5 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE DOCENTES

DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	HORAS SEMANAIS	SALA DE AULA	ATENDIMENTO AO DISCENTE / ORIENTAÇÕES	PESQUISAS, EXTENSÃO, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL	COLEGIADO DE CURSO/INDE	OUTRAS
ANTÔNIO FERREIRA CASTILHO NETO	ESPECIALISTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PARCIAL	17	09	04	04	-	
CARLA MEIRY DE SOUZA	ESPECIALISTA	ADMINISTRAÇÃO	INTEGRAL	40	12	10	-	04	14
DENISE CRISTINA MARTINS DOS SANTOS NERY	DOUTORA	ADMINISTRAÇÃO	HORISTA	12	12	-	-	-	
DJAIR DOS SANTOS LACERDA JUNIOR	ESPECIALISTA	MATEMÁTICA	HORISTA	09	09	-	-	-	
JOSÉ AURICÍCERO SOUSA SILVA	MESTRE	ADMINISTRAÇÃO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS	HORISTA	09	09	-	-	-	-
JOSE AMÉRICO DE LACERDA JUNIOR	DOUTOR	FILOSOFIA	HORISTA	09	09	-	-	-	
LARA MISZTELA DOS SANTOS	MESTRE	DIREITO	INTEGRAL	40	06	10	20	04	
LÍVIA CRISTHINA FREITAS E SOUZA	ESPECIALISTA	LETRAS LIBRAS	HORISTA	03	03	-	-	-	
LUCIMAR DUARTE	MESTRE	ADMINISTRAÇÃO	PARCIAL	16	12	04	-	-	
MARIZA MARQUES DOMICIANO SANTIAGO	ESPECIALISTA	ADMINISTRAÇÃO	INTEGRAL	40	12	20	08	-	
NAYANE SOARES DE LIMA	MESTRE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PARCIL	18	06	08	04	-	
SERGIO AMOEDO DE CASTILHO	ESPECIALISTA	CIENCIAS CONTÁBEIS	HORISTA	12	12	-	-	-	

TITULAÇÃO	QDE	%
DOUTORADO	02	
MESTRADO	04	
ESPECIALISTA	06	
TOTAL	12	100,00
CARGA HORÁRIA	QDE	%
HORISTA		
PARCIAL		
INTEGRAL		
TOTAL		100,00

QUADRO – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE

NOME DO DOCENTE	O TEMPO DE EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO SUPERIOR É NA PRÓPRIA IES? SIM OU NÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO (EM ANOS)	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EDUCAÇÃO BÁSICA (ANOS)	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM EAD (EM ANOS)	TEMPO DE EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR (EM ANOS)
ANTÔNIO FERREIRA CASTILHO NETO	NÃO	15 anos	0	3	10 anos
CARLA MEIRY DE SOUZA	Não	20 anos	0	3	08 anos
DENISE CRISTINA MARTINS DOS SANTOS NERY	Não	10 anos	08 anos	02 anos	8 anos
DJAIR DOS SANTOS LACERDA JUNIOR	SIM	0	04 anos	0	6 meses
JOSÉ AURICÍCERO SOUSA SILVA	Não	10 anos	05 anos	06 anos	10 anos
JOSE AMÉRICO DE LACERDA JUNIOR	Não	20 anos	0	04 anos	26 anos
LARA MISZTELA DOS SANTOS	Não	20 anos	0	0	13 anos
LÍVIA CRISTHINA FREITAS E SOUZA	Não	6 anos	10 anos	2 anos	6 anos
LUCIMAR DUARTE	Não	31 anos	0	5 anos	10 anos
MARIZA MARQUES DOMICIANO SANTIAGO	Sim	10 anos	0	2 anos	02 anos
NAYANE SOARES DE LIMA	Não	08 anos	0	5 anos	08 anos
SERGIO AMOEDO DE CASTILHO	Não	30 anos	0	0	02 anos

QUADRO – PUBLICAÇÕES DOS DOCENTES NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

NOME COMPLETO	ARTIGOS PUBLICADOS EM PERÍODICOS NA ÁREA	ARTIGOS PUBLICADOS EM PERÍODICOS EM OUTRAS ÁREAS	LIVROS OU CAPÍTULOS PUBLICADOS NA ÁREA	LIVROS OU CAPÍTULOS PUBLICADOS EM OUTRAS ÁREAS	TRABALHOS PUBLICADOS EM ANAIS COMPLETOS	TRABALHOS PUBLICADOS EM ANAIS RESUMOS	TRADUÇÃO DE LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS OU ARTIGOS PUBLICADOS	PROPRIEDADE INTELECTUAL DEPOSITADA	PROPRIEDADE INTELECTUAL REGISTRADA	PROJETOS OU PRODUÇÕES E TÉCNICAS E CULTURAS	PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICO, RELEVANTE PUBLICADO OU NÃO	TOTAL PUBLICAÇÕES
ANTÔNIO FERREIRA CASTILHO NETO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CARLA MEIRY DE SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DENISE CRISTINA MARTINS DOS SANTOS NERY	6	2	3	0	2	0	2	0	0	0	0	15
DJAIR DOS SANTOS LACERDA JUNIOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JOSÉ AURICÍCERO SOUSA SILVA	9	7	2	2	6	0	0	0	0	0	6	32
JOSE AMÉRICO DE LACERDA JUNIOR	5	0	7	3	3	3	1	0	0	2	3	28
LARA MISZTELA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LÍVIA CRISTHINA FREITAS E SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LUCIMAR DUARTE	1	01	8	4	4	0	0	0	0	0	0	18
MARIZA MARQUES DOMICIANO SANTIAGO	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
NAYANE SOARES DE LIMA	8	0	0	0	3	0	4	0	0	0	0	15
SERGIO AMOEDO DE CASTILHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO – VINCULAÇÃO DE DOCENTES AS DISCIPLINAS DO CURSO

	DISCIPLINAS	DOCENTE
1º PERÍODO	Introdução a Administração	MARIZA MARQUES DOMICIANO SANTIAGO
	Fundamentos da Logística Empresarial	LUCIMAR DUARTE
	Matemática Aplicada	DJAIR DOS SANTOS LACERDA JUNIOR
	Introdução a Economia	LARA MISZTELA DOS SANTOS
	Empreendedorismo	CARLA MEIRY DE SOUZA
	Seminário Temático I: Culturas Brasileiras e Diversidades Étnicas	JOSE AMÉRICO DE LACERDA JUNIOR
2º PERÍODO	Estatística	DJAIR DOS SANTOS LACERDA
	Contabilidade Básica	SERGIO AMOEDO DE CASTILHO
	Administração Pública	JOSÉ AURICÍCERO SOUSA SILVA
	Movimentação, armazenagem e embalagem	LUCIMAR DUARTE
	Administração da Produção	CARLA MEIRY DE SOUZA
	Seminário Temático II: Educação e Direitos Humanos	LARA MIZDELA
3º PERÍODO	Gestão de Custos e Legislação	JOSÉ AURICÍCERO SOUSA SILVA
	Logística e Marketing Internacional	SERGIO AMOEDO DE CASTILHO
	Pesquisa Operacional Aplicada à Logística	LUCIMAR DUARTE
	Distribuição e Transporte	CARLA MEIRY DE SOUZA
	Logística em E-commerce	ANTÔNIO FERREIRA CASTILHO NETO
	Seminários Temáticos III: Meio Ambiente e Sustentabilidade	NAYANE SOARES DE LIMA
4º PERÍODO	Gestão da Cadeia de Suprimentos	DENISE CRISTINA MARTINS DOS SANTOS NERY
	Administração	MARIZA MARQUES DOMICIANO SANTIAGO
	(TICs) Tecnologia	SERGIO AMOEDO DE CASTILHO
	Gestão da Qualidade	LUCIMAR DUARTE
	Sistemas de Informação em Logística	ANTÔNIO FERREIRA CASTILHO NETO
	Optativa - LIBRAS	LÍVIA CRISTHINA FREITAS E SOUZA

5 INFRAESTRUTURA

As instalações físicas da Faculdade Padrão de Senador Canedo são adequadas às atividades desenvolvidas, apresentam condições de segurança e conforto. Há avaliação periódica das salas e gerenciamento da manutenção patrimonial e predial. O objetivo principal do plano de gerenciamento da manutenção patrimonial e predial é de estabelecer uma sistemática mais eficiente e eficaz da gestão patrimonial e predial, contemplando as manutenções preventivas e corretivas da Faculdade Padrão de Senador Canedo, em especial nas instalações administrativas; salas de aula; sala de professores; espaços para atendimento aos discentes; laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e instalações sanitárias.

Ressalta-se que uma atuação preventiva traz impactos positivos no que se refere à economia dos custos previstos e à confiabilidade dos sistemas e instalações que integram as edificações, trazendo segurança e bem-estar aos servidores, usuários e terceirizados.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste, a Faculdade Padrão de Senador Canedo disponibiliza serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição dispõe de ambiente de trabalho para os professores em tempo integral que atendem as necessidades destes, prezando pela dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Os ambientes possuem computadores conectados à internet, impressora, telefone e outros equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades planejadas, viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico e garantem privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos.

Os espaços são dotados de: mesas, armários, cadeiras estofadas, ar-condicionado, computadores conectados à internet, impressoras. Além desse espaço, ressalta que a instituição também considera outros ambientes onde o docente em tempo integral pode fazer uso, tais como: salas de orientação, sala de reunião, biblioteca, laboratório de informática e sala de professores.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O Coordenador do curso conta com espaço de trabalho especialmente organizado para o desenvolvimento de atividades acadêmico-administrativas. A sala é ampla, climatizada, bem iluminada, com excelentes condições de limpeza e manutenção, equipada com mesas, cadeiras, bancos e armários para o coordenador, computador pessoal, rede de internet sem fio, telefone, sistema acadêmico com acesso específico à coordenação, que possibilita o acompanhamento diário dos registros acadêmicos de frequência, desempenho, evasão, requerimentos diversos, bem como relatórios e gráficos que auxiliam na gestão do curso. O coordenador conta com apoio de um colaborador do corpo técnico administrativo responsável pelos atendimentos iniciais, como recepção, agendamentos e registros mais gerais. A secretária atende em espaço conjugado à sala do coordenador e tem disponível computador, telefone e rede de internet sem fio. Na sala de coordenação há espaços reservados para atendimento individual com cadeiras confortáveis e mesa de apoio. Os espaços possibilitam atendimentos reservados e promovem privacidade.

5.3 SALA DOS PROFESSORES

A Instituição dispõe de sala de professores que atende plenamente às necessidades destes. As instalações para os docentes na referida sala estão equipadas segundo a finalidade na qual se destinam e atendem plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade e comodidade ao número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas. As instalações para professores possuem mobiliários modernos, computadores conectados à internet etc. O ambiente permite o descanso e atividades de lazer e integração entre os frequentadores e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

5.4. SALAS DE AULA

A Faculdade Padrão de Senador Canedo dispõe de salas de aula, adequadas e suficientes ao número de alunos e para plena utilização dos professores no desenvolvimento das atividades acadêmicas, com boa acústica, com uso de recursos instrucionais sempre que necessários e solicitados, possuindo iluminação condizente, climatização, sendo mobiliadas com carteiras tipo escolares, mesa e cadeira para o professor, limpeza e arrumação efetuada após término de cada turno. As salas possuem acesso à internet, além do tradicional quadro, para garantia do desenvolvimento das atividades acadêmicas. Todas as salas de aula são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Para que os alunos tenham acesso à Internet e produzam seus trabalhos acadêmicos e pesquisas, a faculdade disponibiliza o laboratório de informática com acesso à internet, inclusive Wi-Fi, *softwares* disponíveis atualizados, Windows e com a política de utilização devidamente exposta para a comunidade acadêmica. O laboratório conta com técnico que auxilia os alunos em suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e *softwares*. O técnico também é responsável pelo controle de entrada e saída dos alunos. Além disso, os alunos dispõem de computadores, na Biblioteca e em alguns laboratórios específicos.

A gestão de uso, funcionamento, conservação e atualização do laboratório estão contempladas em regulamento próprio. O laboratório de informática consiste em ambientes equipados com ar-condicionado, bancadas para microcomputadores, quadro branco etc. Em atenção aos portadores de necessidades especiais, há instalado *softwares* específicos, como: DOS VOX - possibilita que pessoas cegas ou com baixa visão, com um baixo nível de escolaridade, se tornem capazes de utilizar o computador, trazendo assim muitos benefícios às suas vidas, o VLIBRAS que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas.

5.6 BIBLIOTECA

O Plano de Desenvolvimento Institucional contempla recursos para a aquisição e atualização do acervo bibliográfico, sendo subordinadas à Direção Acadêmica e gerenciadas pela Bibliotecária Chefe com função de coordenar o processo de aquisição de livros, periódicos e outras fontes de consulta e regulamentar os processos de usuários das bibliotecas. O acervo pode ser consultado na página eletrônica da faculdade.

As informações são recuperadas através do sistema informatizado, disponibilizados nos terminais de consulta, inclusive na internet, através do qual pode-se realizar buscas por assunto, autor e/ou título das publicações.

A aquisição e o processamento técnico do material bibliográfico estão centralizados na Biblioteca Central. A catalogação dos materiais é feita através de processo informatizado, utilizando-se o Sistema, onde são preenchidos dados de autoria, título, edição, local de publicação, editora, ano de publicação entre outros itens descritivos. Os alunos matriculados na Faculdade Padrão de Senador Canedo estão automaticamente inscritos na Biblioteca e para a retirada de materiais devem apresentar um documento com fotografia.

A Faculdade Padrão de Senador Canedo faz uso, também, de Biblioteca Virtual (Curatoria Editora) na composição do seu acervo, com garantia de oferta ininterrupta sem limitação de acessos simultâneos aos títulos e prazos de empréstimos. Adicionalmente a Biblioteca virtual ainda dispõe de ferramentas de acessibilidade que possibilitam: o acesso a pessoas com baixa visão e/ou cegos, portadores de surdez e/ou pessoas com baixa audição e ainda ferramentas de tradução para o português. O acervo possui, ainda, bases eletrônicas de periódicos indexados, correntes e atualizados em sua maioria nos últimos três anos, sempre atendendo, a periódicos de textos completos distribuídos entre as principais áreas de abrangência do curso.

As instalações para estudos individuais e em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário. Os usuários contam com cabines individuais e instalações para estudos em grupo que se localizam próximas ao acervo, proporcionando comodidade, facilidade de acesso. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira das 13h00min às 21h00min.

A biblioteca está sob a responsabilidade de uma bibliotecária, devidamente registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia, além de auxiliares contratados pela Mantenedora. A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços:

- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Reserva;
- Levantamento bibliográfico;
- Comutação bibliográfica (COMUT);
- Orientação quanto à normalização bibliográfica (Normas ABNT).

A consulta local na própria biblioteca pode ser feita por usuários devidamente cadastrados. O usuário tem acesso livre às estantes onde se encontra o material bibliográfico disponível na biblioteca. O empréstimo domiciliar é permitido apenas a professores, alunos e funcionários. Cada usuário pode retirar simultaneamente até 03 (três) títulos. O período de empréstimo é de 07 (sete) dias consecutivos, podendo ser prorrogado desde que não haja reserva. Se o material estiver em atraso, a renovação será bloqueada até o pagamento da multa.

As reservas podem ser realizadas no balcão de atendimento. Todo material emprestado pode ser reservado e, quando devolvido, fica à disposição do usuário que reservou por 24 horas. Após esse prazo, passará para outro usuário ou volta à estante. O levantamento bibliográfico é realizado em base de dados, nacionais e estrangeiras. Pode ser solicitado por qualquer usuário da biblioteca através de preenchimento de formulário próprio. A biblioteca disponibiliza para seus usuários o programa de comutação bibliográfica, facilitando o acesso às informações necessárias ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico através de uma ampla rede de bibliotecas no país e no exterior.

É oferecido, ainda, apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. Há um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Os funcionários da biblioteca estão capacitados para auxiliar os usuários na normalização dos trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação.

5.6.1. Bibliografias básica e complementar por Unidade Curricular (UC)

A bibliografia básica e complementar constante do Projeto Pedagógico é plenamente adequada aos objetivos do curso, às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC. O acervo é atualizado, de modo que toda alteração feita em conteúdo de qualquer disciplina, em razão de alteração legislativa ou para atender novas necessidades, a bibliografia pertinente é indicada aos alunos, após reunião com os professores do curso.

O acervo está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia da unidade curricular, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo (físico ou virtual). Há garantia de acesso físico na instituição aos títulos virtuais, com instalações e recursos tecnológicos necessários. O acervo possui periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas disciplinas. O acervo físico é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

O acervo é todo informatizado no que se refere à consulta, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Há representação de todo o acervo no *software* utilizado pela Faculdade Padrão de Senador Canedo, inclusive com possibilidade de acesso remoto.

5.6.2. Formas de Atualização e Cronograma de Expansão do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, Coordenações de Curso, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos. A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, Coordenações de Curso, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um documento impresso

com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o período letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

No decorrer do semestre, são adquiridas obras de acordo com novos lançamentos e que sejam relevantes para os cursos, com o objetivo de atender os usuários em tempo hábil e deixar o acervo sempre atualizado. O Coordenador de Curso encaminha semestralmente, no meio do período letivo, a relação de livros necessários às disciplinas do semestre posterior.

A instituição reconhece que somente com a contínua manutenção do acervo bibliográfico, conseguirá atender aos padrões de qualidade requeridos para cada área dos cursos que oferecerá. Reconhece, também, que a atualização deve ser minuciosamente trabalhada, sendo que a tarefa inicial se constitui na indicação dos títulos a serem adquiridos. Sendo assim, compromete-se a atualizar e adequar a bibliografia conforme as necessidades dos docentes e discentes para a melhor qualidade dos cursos oferecidos.

5.7 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Com respeito à manutenção e conservação das instalações físicas, visando a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios a Faculdade Padrão de Senador Canedo estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas. Desnecessário dizer, que para qualquer norma funcionar tem de haver bom senso e civismo, tanto da parte de quem as cumpre como de quem as aplica. A manutenção e conservação dos laboratórios incluem os laboratórios de ensino de graduação e os laboratórios de pesquisa, sendo executada por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções.

A coordenação da manutenção e conservação das instalações fica a cargo do supervisor de cada laboratório, uma vez que, haverá supervisores para cada laboratório ou instalação ou grupos de laboratórios definidos pela administração. Os procedimentos de manutenção são divididos em 3 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência, e incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- As reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- As reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- As reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- Os consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

Com vistas a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a mantenedora estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas. A manutenção e conservação dos laboratórios a serem utilizados pelos professores e alunos do curso são executadas por funcionários da própria instituição, bem como por pessoal especializado ou treinado, dependendo do serviço a ser executado. Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil, e consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes. Os responsáveis providenciarão a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos. O plano de expansão e atualização abrangerá as seguintes funções:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na instituição;

- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos;
- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente.

5.8 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Com vistas a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a mantenedora estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas. A manutenção e conservação dos laboratórios a serem utilizados pelos professores e alunos do curso são executadas por funcionários da própria instituição, bem como por pessoal especializado ou treinado, dependendo do serviço a ser executado. Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil, e consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes. Os responsáveis providenciarão a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos. O plano de expansão e atualização abrangerá as seguintes funções:

- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na instituição;

- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

5.9 PLANO DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Faculdade Padrão de Senador Canedo possui espaço físico disponível nas instalações de sua unidade sede, e já conta com projetos arquitetônicos para a ampliação da área útil das instalações acadêmicas atuais.

6. ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

6.1. ACESSIBILIDADE FÍSICA, PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES

A Faculdade Padrão de Senador Canedo apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Da mesma forma, a Faculdade Padrão de Senador Canedo apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A finalidade primeira da educação deve ser a de garantir o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como a inserção da pessoa portadora de deficiência ou diferencial cognitivo num estabelecimento de ensino, mas proporcionar-lhe condições de aquisição do conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades, razão pela qual a Faculdade inclui em seu PDI, além das condições de acessibilidade, o atendimento aos alunos com deficiência visual e auditiva, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, através do Núcleo Pedagógico (NUPE).

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição deve prover as condições necessárias para o bom

aprendizado do aluno, tais como acervo bibliográfico básico em braile, máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, lupas, régua de leitura.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição deverá proporcionar além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para todos os professores, intérprete em LIBRAS, principalmente em períodos de realização de provas, para complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva.

6.2 ADAPTABILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

Para atender a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, a Faculdade Padrão de Senador Canedo providenciará as seguintes características em suas instalações, segundo a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques etc. (Capítulo II, Art. 3);
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);
- Disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art. 5);
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art. 6);
- Disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art. 6);
- Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);

- Instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art. 2, Parágrafo III, V);
- Ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:
 - a) entradas;
 - b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
 - c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
 - d) sanitários;
 - e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
 - f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas;
 - g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).

6.3. ADAPTABILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Cegueira e Baixa Visão: Para atender a pessoas com cegueira ou baixa visão, a Faculdade Padrão de Senador Canedo poderá providenciar as seguintes características e assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- a) Teclado Braille, impressora Braille acoplados a computador, linha ou “display” Braille, Reglete e punção (Atendimento Educacional Especializado - AEE) e (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- c) *Softwares* com magnificadores de tela e programas com síntese de voz (AEE);
- d) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

- e) Lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e régua de leitura (AEE);
- f) Scanner acoplado a um computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- g) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas (AEE);
- h) Ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (AEE);
- i) Soroban - instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas (AEE);
- j) Assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
- k) Profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- l) O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
- m) Uso de sinalização tátil (Braille) posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
- n) O uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez); e
- o) O uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).

6.4. ADAPTABILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A Faculdade Padrão De Senador Canedo assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso I) e especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);
- Aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado) (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Uso do símbolo internacional de pessoa com surdez deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
- Uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, deve estar associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez);
- Inclusão da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. Constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior (Decreto Nº 5.626, Cap. II, Art. 3º, Parágrafo 2º);
- Disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de

alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);

- Uso de Dicionário Ilustrado em LIBRAS (AEE); e
- Uso de tecnologias assistivas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (tele communications device for the deaf - telefone de texto para surdos), etc. (AEE).

6.5. DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Faculdade Padrão De Senador Canedo defende os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que concede a este segmento os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, abrangendo desde a reserva de vagas em empregos públicos e privados, o direito à educação e até o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas, é ainda mais representativa no campo da inclusão, se levarmos em conta, que muito pouco se faz para esse segmento.

É bem verdade que as pessoas com autismo e seus familiares ainda sofrem o perverso abandono da sociedade que, ao virar-lhes as costas, transferem-lhes o ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da coletividade, principalmente do setor público. Do ponto de vista legal, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I. A intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- II. A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III. A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
- IV. O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) ;
- V. A responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
- VI. O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;
- VII. O estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

1. A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
2. A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
3. O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o(a)/os(as):
 - a) Diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - b) Atendimento multiprofissional;
 - c) Nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - d) Medicamentos;
 - e) Informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

4. O acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
 - c) ao mercado de trabalho;
 - d) à previdência social e à assistência social.

Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. A Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que define condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

BRASIL. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB.

BRASIL. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental.

BRASIL. A Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. A Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012.

BRASIL. A Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

BRASIL. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. A Constituição Federal de 1988;

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Institui condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Demais legislações pertinentes à educação, relativas a cursos de graduação, com especial atenção aos pareceres das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação dos Colegiados de Cursos e das Coordenações, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da Faculdade Padrão de Senador Canedo, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de iniciação científica e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

Art. 2º As Atividades Complementares têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional.

Art. 3º As Atividades complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, serão planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação dos cursos da Faculdade Padrão de Senador Canedo as realizem no decorrer de todos os semestres letivos.

§ 1º As atividades são regidas por este regulamento e pelo que dispõe a legislação do ensino superior vigente que trata sobre este assunto.

§ 2º As cargas horárias obtidas pelos alunos devem ter relação direta com os princípios fundamentais dos cursos e serão lançadas no Histórico Escolar do aluno, desde que devidamente comprovadas e observando-se as diretrizes regulamentadas.

§ 3º Os Projetos Pedagógicos dos cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das Atividades Complementares.

CAPÍTULO II - DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º O Coordenador das Atividades Complementares é indicado pela Direção da Faculdade Padrão de Senador Canedo, dentre os membros do seu corpo docente, por um período de dois anos e possui as seguintes atribuições:

I – promover a realização de atividades das quais os alunos dos cursos de graduação possam beneficiar-se;

- II - disponibilizar informações aos alunos dos cursos de graduação sobre as atividades complementares, inclusive fora da Faculdade Padrão de Senador Canedo;
- III - manter, junto à Secretaria Geral, arquivo atualizado contendo a ficha de cada aluno, documentação apresentada e total de horas validadas e registradas no respectivo Histórico Escolar;
- IV - proporcionar, aos alunos dos cursos de graduação, acesso a palestras, seminários, cursos, vídeos informativos, e outras atividades afins;
- V - estabelecer contato com as unidades e órgãos da Faculdade Padrão de Senador Canedo, visando criar, para os alunos dos cursos de graduação, acesso às atividades do seu interesse;
- VI - estabelecer contato com órgãos dos Poderes Públicos, instituições públicas e privadas, entidades assistenciais e organismos não governamentais, entre outros, com o objetivo de proporcionar aos alunos dos cursos de graduação a possibilidade de desenvolver atividades em parceria com estas instituições;
- VII - apreciar os requerimentos de alunos e professores sobre questões pertinentes às atividades complementares;
- IX - apreciar e decidir sobre a validação das atividades realizadas pelos alunos para efeito de cumprimento das atividades complementares;
- X - fiscalizar o arquivamento adequado dos certificados e demais informações sobre as atividades cumpridas pelos alunos;
- XI - fixar o limite de aproveitamento da carga horária cumprida pelo aluno em cada evento para o cômputo das Atividades Complementares, independentemente da carga horária total prevista na atividade.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E SEU APROVEITAMENTO

Art. 5º As Atividades Complementares desdobram-se entre os níveis de ensino, iniciação científica e extensão.

Parágrafo único. Estas atividades devem ser realizadas na Faculdade Padrão de Senador Canedo ou em outras instituições.

Art. 6º As Atividades Complementares a serem realizadas e suas respectivas cargas horárias estão elencadas nos quadros abaixo:

Tabela 1: ATIVIDADES DE ENSINO

Atividades	Horas/Semestre	Horas Totais	Comprovação
Disciplinas Afins cursadas fora da IES em até 2 anos antes de ingressar	Até 40	80	Histórico acadêmico e plano de ensino
Visitas Técnicas fora da Carga Horária da Disciplina	Até 4 horas por visita	20	Relatório do professor orientador
Monitorias	Até 50	100	Relatório do professor orientador
Estágio Extracurricular	30% da CH Total do estágio	30% da CH Total do estágio	Declaração da Empresa constando atividades desenvolvidas, carga horária e profissional responsável pelo acompanhamento do estágio

Tabela 2: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Atividades	Horas/Semestre	Horas Totais	Comprovação
Participação em Congressos, Seminários, Simpósios na área afim	1 hora de evento = 1 hora de AC	100	Certificado de participação
Iniciação Científica incluindo pesquisas realizadas fora da IES	10 horas por trabalho	80	Relatório do professor orientador
Apresentação de trabalhos em eventos	Até 2 horas por trabalho	16	Certificado de apresentação
Publicação de artigos na área	Até 4 horas por artigo	32	Cópia do artigo
Participação em Atividades de IES	Até 20 horas por semestre	100	Relatório do professor orientador
Eventos diversos promovidos pela IES	1 hora = 1 hora de AC	100	Certificado de participação
Eventos diversos fora da IES	1 hora = 1 hora de AC	50	Certificado de participação
Trabalho Voluntário orientado e assistido pela Faculdade	Até 20 horas por semestre	80	Relatório do professor orientador
Grupo de Estudos orientado e assistido pela Faculdade	Até 10 horas por semestre	40	Relatório do professor orientador
Palestras, Cursos e Mini-cursos	1 hora de evento = 1 hora de AC	50	Certificado de participação

Art. 7º No cômputo das Atividades Complementares respeitar-se-ão as descrições e os limites de carga horária estabelecidos nos quadros acima.

§ 1º A Tabela de Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo, em consonância com a filosofia e os objetivos explicitados no art. 1º deste Regulamento, a critério dos Colegiados dos Cursos de graduação.

Art. 8º Cabe ao aluno, encaminhar a documentação comprobatória de sua participação em atividades de ensino e/ou extensão, entregando-a Coordenação das Atividades Complementares, para lançamento e computação da respectiva carga horária.

§ 1º Caso o aluno não esteja regularmente matriculado na Faculdade Padrão de Senador Canedo, não será possível o aproveitamento da atividade cumprida no

mesmo semestre, impondo-se sua matrícula no semestre seguinte e adoção do procedimento de aproveitamento das atividades realizadas no período de afastamento.

Art. 9º O aproveitamento das Atividades Complementares na integralização do currículo obedecerá ao sistema de pontuação de crédito-hora de atividade.

Art. 10º. A Coordenação de cada curso poderá exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, independentemente dos requisitos fixados no artigo subsequente, a apresentação de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho, relatórios circunstanciados dos discentes e quaisquer outras provas ou documentos que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar.

Art.11º. As exigências mínimas para o aproveitamento das atividades complementares e outorga de horas a serem creditadas ao aluno estão definidas nas tabelas do artigo 6º.

Art. 12º. Antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenha previsão ou pontuação horária pré-fixada nas Tabelas do artigo 6º, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável da Coordenação das Atividades Complementares, inclusive quanto à carga horária a ser considerada e registrada no histórico escolar.

Art. 13º. Das decisões da Coordenação de Atividades Complementares de negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos de graduação, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão, a ser protocolado na Secretaria Geral da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

Art.14º. Os casos omissos serão resolvidos e decididos pela Coordenação dos cursos de graduação e Colegiados dos Cursos.

Art. 15º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo órgão colegiado competente, ficando revogado o regulamento anterior.

ANEXO II – REGULAMENTO DE MONITORIA

Art. 1º A Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão, admitirá, sem vínculo empregatício, estudantes dos cursos de graduação nas funções de Monitor, tendo como finalidade a formação de futuros professores.

Art. 2º São objetivos da monitoria:

- I - aproveitar o estudante que apresente rendimento escolar geral satisfatório e manifeste interesse pela docência e/ou investigação científica;
- II - assegurar oportunidade de cooperação do corpo discente ao cargo docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III - oferecer ao estudante que manifeste potencialidade para a docência e/ou investigação científica a oportunidade de desenvolver e aperfeiçoar-se, consolidando seu progresso científico.

Art. 3º São Atribuições dos Monitores:

- I - colaborar com os professores nas tarefas didáticas e/ou atividades de pesquisa e extensão, compatíveis com sua área de conhecimento;
- II - colaborar com os professores na elaboração, execução e avaliação dos planos de ensino da disciplina.

Art. 4º A distribuição das vagas para monitor será feita pelo Conselho Superior, a partir da demanda de vagas encaminhada pelas Coordenadorias dos Cursos.

§ 1º Ao apresentarem suas reivindicações as Coordenadorias devem justificar o pedido.

§ 2º Na distribuição das vagas será dada prioridade:

- I - disciplinas com aulas experimentais ou práticas;
- II - turmas com maior número de estudantes sob sua responsabilidade;
- III - as disciplinas que realizam atividades de pesquisa.

Art. 5º A seleção deverá ser realizada anualmente e a abertura da inscrição será divulgada no quadro de aviso da Faculdade Padrão de Senador Canedo, no período fixado no Calendário Acadêmico, podendo submeter-se à seleção o estudante que satisfazer os seguintes requisitos:

- I - estar matriculado regularmente;
- II - não estar em dependência em nenhuma disciplina do curso;
- III - não ter reprovação na disciplina pleiteada;
- IV - não ter sofrido sanção disciplinar.

Art. 6º A seleção será realizada pelo professor da disciplina objeto de seleção, acompanhado de um professor indicado pelo Colegiado de Curso, que elaborarão programa específico de acordo com as peculiaridades da mesma e abrangerá:

I - prova escrita;

II - prova prática, quando a disciplina assim o exigir;

III - exame do histórico escolar.

§1º Serão aprovados os candidatos que obtiverem média mínima de 7,0 (sete).

§2º Em caso de empate a classificação obedecerá à verificação dos critérios a seguir:

I - maior média na(s) disciplina(s) pleiteada(s);

II - maior média no curso.

Art. 7º Preenchida as vagas de Monitoria oferecidas pela Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão, poderá ser admitido dentre os aprovados e não classificados o Monitor Voluntário que terá atribuições e deveres idênticos ao Monitor, exceto a remuneração prevista no art. 10 desta Norma.

Art. 8º O exercício da Monitoria será de um ano letivo, podendo ser renovado desde que o estudante se submeta e seja aprovado em nova seleção.

Art. 9º O monitor exercerá suas atividades em regime semanal de doze horas, ficando vinculado ao professor da respectiva disciplina.

Art. 10º. A remuneração do Monitor se dará sob forma de desconto nas parcelas da anuidade escolar e corresponderá a vinte por cento do valor das referidas parcelas.

Parágrafo único. O controle de frequência do Monitor será feito pela Coordenadoria de Curso.

Art. 11º. As atividades de Monitoria obedecerão a um plano de trabalho elaborado conjuntamente com o professor da disciplina e o monitor.

§1º O plano de trabalho deverá ser elaborado de forma a não causar prejuízo às atividades regulares do estudante.

§2º Na distribuição da carga horária deverá ser observado o seguinte limite: oito horas para atividades de classe e quatro horas para atividades extraclasse.

Art. 12º. Ao final do ano letivo o Monitor apresentará a Coordenadoria do Curso o relatório de suas atividades destacando os pontos cumpridos no seu plano de trabalho.

Parágrafo único. O professor da disciplina deverá emitir parecer sobre o relatório e emitir conceito sobre o monitor.

Art. 13º. Visando a melhoria do Sistema de Monitoria, anualmente será procedida avaliação da atuação dos Monitores pelo Coordenador do Curso e Professores com quem desenvolveram suas funções.

Art. 14º. Será expedido declaração de exercício de Monitoria por disciplina ou grupo de disciplinas junto ao qual o Monitor desenvolveu suas atividades, firmada pela Coordenação do Curso e Diretor da Faculdade Padrão de Senador Canedo – Padrão.

Parágrafo único. Fará jus a Declaração, o Monitor cuja frequência em suas atividades tenha sido igual ou superior a setenta e cinco por cento e o conceito atribuído pelo professor igual ou superior a sete.

Art. 15º. Os casos não previstos nestas normas serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, ouvido o colegiado competente.

ANEXO III – REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Art. 1º A Faculdade Padrão de Senador Canedo proporcionará aulas de Nivelamento sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.

Art. 2º O Programa de Nivelamento, quando necessário, também será oferecido aos discentes de outros semestres que não sejam os iniciais.

Art. 3º Os discentes serão convidados a participar do Programa, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º O professor ministrante das aulas de Nivelamento se responsabilizará pelo controle da frequência dos discentes participantes do Programa de Nivelamento.

Art. 5º Os docentes envolvidos no Programa de Nivelamento serão indicados pela Direção Geral.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, de caráter básico, para a formação acadêmica do discente.

§1º A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, estudantes ou pelo coordenador de curso, que levará o pedido para aprovação do Diretor da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

§2º O Diretor Geral, por sua vez, deverá verificar a disponibilidade financeira mediante a mantenedora.

Art. 7º A avaliação do Programa ocorrerá por meio da relação entre controle de frequência e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art. 8º As aulas ocorrerão durante os períodos matutino, vespertino ou noturno, em horários diferenciados, e aos sábados no turno matutino.

Art. 9º As aulas são oferecidas de acordo com critérios estabelecidos pela Diretoria Geral e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos discentes e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos discentes.

Art. 11º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão acontecer por meio do Colegiado.

ANEXO IV – REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO - NAPI

CAPÍTULO I - DO NAPI E SEUS OBJETIVOS E AÇÕES

Seção I - Objetivos

Art. 1º O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPI) possui os seguintes objetivos:

- I. apoiar o processo de aprendizagem dos estudantes, zelando pelas condições de ensino e de vivência institucional;
- II. prestar assistência psicológica e pedagógica aos estudantes;
- III. garantir aos estudantes o acesso ao conjunto de informações acadêmicas e administrativas;
- IV. analisar e encaminhar propostas de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria.

Seção II - Ações Permanentes

Art. 2º O NAPI desenvolverá ações permanentes que visem a melhoria do processo ensino-aprendizagem do educando. Acompanhamento do aproveitamento de aprendizado dos estudantes:

- verificar, junto às turmas, o processo de aproveitamento, por meio de entrevistas motivadas dos estudantes e preenchimento, por eles, da ficha de aproveitamento do ensino;
- avaliar os aspectos relativos à dinâmica das aulas, do material didático utilizado, das dificuldades encontradas, do processo de avaliação, das instalações e da utilização dos equipamentos disponíveis na instituição;
- analisar periodicamente os conteúdos e a organização curricular, visando especialmente, sua contextualização e adequação à formação competitiva ao mercado de trabalho;
- assessorar os colegiados de curso na reformulação curricular e atualização dos projetos pedagógicos;
- monitorar os bolsistas de iniciação científica, de extensão e de monitoria;
- assegurar a garantia da acessibilidade plena, precipuamente para atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Serviço de informação ao corpo discente, tornado disponível informações relativas:

- ao processo de avaliação da aprendizagem;
- ao regime disciplinar;
- à titulação e experiência do corpo docente;
- ao PDI;
- ao planejamento pedagógico de todos os cursos, inclusive os de extensão, incluindo o currículo dos cursos;
- aos procedimentos de utilização da biblioteca e dos laboratórios;
- à disponibilidade de utilização de computadores para atividades de ensino e pesquisa;
- às informações sobre o acervo da biblioteca;
- bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria;
- aos resultados das avaliações realizadas na instituição e nos seus cursos;
- à situação de cada curso quanto ao seu reconhecimento e outras informações de funcionamento administrativo da instituição.

Eventos e atividades culturais:

- estimular os estudantes a ampliarem seu repertório cultural, proporcionando atividades monitoradas de cinema, música, teatro, dança entre outras;
- promover minicursos e palestras de forma a estimular a associação do aprendizado com a realidade econômica e social da região;
- incentivar a formação de grupos de estudos e pesquisas sobre temas pertinentes ao ensino;
- estimular / orientar a participação nas atividades complementares;
- realizar cursos de capacitação para o desenvolvimento de iniciação científica e de atividades de extensão e de monitoria;
- apoiar atividades de voluntariado.

Serviço de apoio à inserção profissional:

- acompanhar as atividades práticas previstas nos currículos dos cursos, de forma a estimular a sua expansão e oferta regular pela instituição, e proporcionar aos estudantes uma formação contextualizada e próxima de seu futuro ambiente profissional;
- organizar eventos com empresários dos diversos setores econômicos da região e

com agentes governamentais, de forma a estimular o convívio da instituição com o meio econômico e a realização de programas de parceria de estágios e ensino continuado, para inserção regional;

➤ apoiar os estudantes em relação à identificação de postos de trabalho e à sua colocação ou recolocação profissional.

Serviço de ouvidoria e assistência psicopedagógica

➤ assistir aos estudantes quanto às suas dificuldades em relação ao acompanhamento do curso, no processo de aprendizagem, e de convívio com colegas e docentes;

➤ zelar pelo bem-estar do estudante e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas;

➤ proporcionar aos estudantes uma interlocução direta com os dirigentes da instituição e seus docentes, garantindo a averiguação isenta e o encaminhamento, quando for o caso, de suas queixas.

➤

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O NAPI é um órgão de apoio à Diretoria Acadêmica e será coordenado por professor designado pelo Diretor.

Art. 4º O NAPI contará com a participação das coordenadorias de curso em suas atividades de atendimento ao educando, além dos demais serviços da instituição.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O NAPI deverá ter suas atividades planejadas semestralmente, e ao fim de cada semestre será submetido ao Diretor o planejamento das atividades do semestre seguinte, contendo justificativa, ações, cronograma, custos e resultados esperados.

Art. 6º Caberá ao Diretor a aprovação institucional do planejamento.

Art. 7º Cada atividade do NAPI deverá conduzir a um relatório que será objeto de apreciação do Diretor Acadêmico.

Parágrafo único. O Diretor Acadêmico definirá o encaminhamento institucional dos resultados descritos.

Art. 8º O horário de funcionamento do NAPI, inicialmente, será das 18 às 21h, e quando a instituição ofertar cursos e programas em mais de um turno, o NAPI deverá funcionar durante, pelo menos, seis horas diárias, cobrindo os dois turnos.

CAPÍTULO IV - DA INTERAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 9º As atividades desenvolvidas pelo NAPI deverão interagir com as do Núcleo de Apoio Docente, da Comissão Própria de Avaliação, das Coordenadorias de Cursos e dos seus respectivos colegiados, devendo subsidiar as ações institucionais de melhoria contínua do processo de aprendizagem e outras atividades acadêmicas, além daqueles referentes à atualização do Projeto Pedagógico-Institucional e o Plano de Desenvolvimento.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º As disposições deste Regulamento serão complementadas por normas baixadas pelo Coordenador do NAPI, ouvida a Diretoria Acadêmica e a Diretoria da Faculdade.

Art. 11º Este Regulamento poderá ser alterado, no todo ou em parte, pelo Coordenador do NAPI, ouvido o Diretor Acadêmica e o Diretor da Faculdade, e com posterior aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 12º Este Regulamento entrará em vigor na data de sua homologação, após aprovação do Conselho Superior da Faculdade.

ANEXO V – REGULAMENTO DA OUVIDORIA

Art. 1º A Ouvidoria da Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão é um elo de ligação entre a comunidade – acadêmica ou externa – e as instâncias administrativas da instituição, visando agilizar a administração e aperfeiçoar a prestação dos serviços oferecidos.

Art. 2º A Ouvidoria tem como objetivos específicos:

- I. Estreitar as relações entre a comunidade (interna e externa) e as instâncias da administração da Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão;
- II. Constituir um espaço de recebimento de qualquer demanda positiva ou negativa da comunidade (interna e externa);
- III. Registrar as questões recebidas e levantar os dados objetivos sobre as mesmas, tendo autonomia para requisitá-los em todos os setores da instituição, e encaminhá-los para a Comissão de Análise tendo como base a ética, o respeito e o sigilo;
- IV. Dar feedback sobre as decisões da Comissão de Análise;
- V. Contribuir com a instituição para a garantia da qualidade do ensino e para as melhorias contínuas.

Art. 3º A Ouvidoria Acadêmica não possui poder deliberativo, executivo e judicativo.

Art. 4º O Ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia, atendendo às disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis.

Parágrafo Único - O Ouvidor contará com uma estrutura de serviços adequada para o desempenho de suas funções.

Art. 5º A Ouvidoria manterá em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação seja indispensável para a solução do problema e atendimento ao interessado.

Art. 6º A Ouvidoria terá contato com a comunidade através de meio eletrônico (e-mail), telefônico, site institucional, fac-símile e pessoalmente.

Parágrafo Único - A Ouvidoria manterá registro, classificação das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos à sua consideração.

Art. 7º São atribuições da Ouvidoria:

- I. Exercer a função de representante da comunidade interna e externa junto a direção da Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão , dentro de sua

competência;

II. Receber de forma imparcial, personalizada e transparente as reclamações, elogios, sugestões, solicitações diversas e questionamentos.

III. Coletar e analisar os dados e informações que fundamentam as questões trazidas à ouvidoria.

IV. Registrar e conduzir as questões à Comissão de análise.

V. Encaminhar, prontamente, a questão ou sugestão apresentadas à área competente e a comissão de análise;

VI. Acompanhar o andamento dos procedimentos, verificando o cumprimento das demandas;

VII. Atuar na prevenção e solução de conflitos;

Art. 8º. A análise final da demanda será realizada pela comissão de análise que após, a retornará à ouvidoria para encaminhamento.

Art. 9º. A comissão de análise é formada por membro diretivo da instituição.

Art. 10 Finalizada a análise da demanda, ela será encaminhada para o autor, finalizando a participação da ouvidoria.

Art. 11 As demandas recebidas pela Ouvidoria têm a seguinte classificação:

I. Reclamação: manifestação de caráter negativo envolvendo os serviços prestados pela instituição;

II. Sugestão: proposta de melhoria;

III. Elogio: consideração positiva;

IV. Solicitação: pedido para realização de uma ação por parte da instituição;

V. Informação: pedido de esclarecimento;

VI. Denúncia: ato pelo qual alguém leva ao conhecimento da Faculdade Padrão de Senador Canedo - Padrão um fato contrário às normas ou a algum regulamento da instituição.

Art. 12º Os dados dos participantes ficarão restritos à Ouvidoria

ANEXO VII – REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

CAPÍTULO I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Padrão de Senador Canedo.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso Superior de Tecnologia em Logística e tem, por finalidade, a implantação e consolidação do mesmo.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a. Elaborar e Acompanhar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- b) atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- d) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares para deliberação do Colegiado do Curso;

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído de cinco docentes, incluindo o coordenador.

CAPÍTULO IV - DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 5º Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

CAPÍTULO V - DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de horário parcial e ou integral.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.7º Compete ao Coordenador do Núcleo:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um de seus membros para secretariar as reuniões.

CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES

Art.8. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Coordenador, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta de seus membros.

Art 9. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor.

Art 11. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.